
Revista

do Instituto

Histórico

e Geográfico

do Rio Grande

do Norte



R. IHGRGN	Vols. LXXIX - LXXX	Anos: 1987 - 1988	NATAL/RN
-----------	--------------------	-------------------	----------

A MAIS ANTIGA INSTITUIÇÃO CULTURAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Rua da Conceição,622 - (DDD 084) - Fone: 221-1228 - Cep. 59025
Natal-Rio Grande do Norte -Brasil

DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES BIÊNIO: 1987-1989

Presidente:	– Enélio Lima Petrovich
1º Vice-Presidente:	– Manoel Rodrigues de Melo
2º Vice-Presidente:	– Itamar de Souza
1º Secretário:	– Jurandir Navarro da Costa
2º Secretário:	– Luiz G. M. Bezerra
Secretário-Adjunto:	– Hélio Dantas
Orador:	– Alvarado Furtado de Mendonça
Vice-Orador:	– Marcos Maranhão
Tesoureiro:	– Manoel Varela de Albuquerque
Tesoureiro-Adjunto:	– Boanerges Januário Soares de Araújo
Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo:	– Olavo de Medeiros Filho
Diretor-Adjunto:	– Gumercindo Saraiva

COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO:

- Iveraldo Lopes da Silva
- Vicente de Almeida
- Cláudio Augusto Pinto Galvão

COMISSÃO DE ESTATUTO E REDAÇÃO DA REVISTA:

- Fernando Hippolyto da Costa
- Tarcísio Natividade Medeiros
- Otto de Brito Guerra.

(Reeleita por aclamação no dia 31 de Março de 1987).

JUSTIFICATIVA

Este é mais um número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Refere-se aos anos de 1987 e 1988 – Volumes LXXIX e LXXX.

Na verdade, não nos parece fácil promover a cultura histórica neste país. E só Deus sabe a luta em conseguir os meios para uma publicação desta ordem.

Felizmente, graças ao apoio financeiro, mais uma vez, da PETROBRÁS – Petróleo Brasileiro S.A., faz-se esta edição, na qual inserem-se diversos escritos de real valia e interesse para a história, geografia, literatura e a própria memória norte-rio-grandense e brasileira.

E se registramos este fato, como forma de justificativa, emergem, pari passu, alguns agradecimentos oportunos.

Em primeiro lugar, à direção da PETROBRÁS, sensível ao nosso pedido, através do sócio correspondente Otomar Lopes Cardoso, escritor e sociólogo, que integra o quadro da importante empresa.

Segundo, a gratidão aos ilustres confrades e colaboradores que se dignaram em apresentar seus trabalhos, fornecendo-nos valiosos dados e informações, tão úteis a quantos, nos seus variados ramos de pesquisa, preocupam-se com as promoções do saber e do humanismo.

Aqui, também, decerto, evidenciamos a palavra de reconhecimento à Nordeste Gráfica Ltda., à frente o amigo e incentivador das letras potiguares, Antonio Mariano da Silva, que conta com uma eficiente equipe, a exemplo do poeta Ivory e os auxiliares José Avelino da Silva e Alva Medeiros da Costa, responsáveis pelos trabalhos de composição, revisão e diagramação das matérias constantes, ao lado de algumas servidoras, cedidas pela Fundação “José Augusto” à tradicional entidade, quase secular.

Que o exemplo da PETROBRÁS sirva de ponto convergente, consolidando o idealismo que nos domina na presidência da vetusta instituição. Ainda para que outras empresas, sentindo a necessidade de valorizar a cultura histórico-geográfica, venham ao nosso encontro e, assim, possamos atualizar a Revista do IHG/RN, até o ano corrente de 1994.

Eis, sem dúvida, o propósito de todos nós. A meta a ser alcançada.

Por isso, temos plena confiança no bom senso e na espontânea colaboração dos que, acima das contingências do dia-a-dia, do consumismo reinante e – convenhamos – de tantos gastos supérfluos, reconheçam procedentes

os autênticos anseios que norteiam os dirigentes, sócios e admiradores da Casa da Memória Norte-rio-grandense – a mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte, no seu mister, alto e nobre, de legar à contemporaneidade e ao porvir a sua mensagem perene de sabedoria e inteligência, sob a égide da História.

Enfim, estamos convictos de que esse apelo não será em vão. Outros samaritanos do apoio e do bem-querer, empresas e órgãos de governo, atenderão ao nosso chamamento, porque a CULTURA, num país como o Brasil, deverá sempre representar um facho de luz, um centro de irradiação promissor, como que afastando, paulatinamente, com persistência, o flagelo da ignorância e a crueldade do analfabetismo.

Que muito breve melhor e mais feliz seja o homem brasileiro, em suas dimensões humanas e universais.

Natal, 29 de março de 1994.

92º Aniversário de fundação do IHG/RN

ENÉLIO LIMA PETROVICH
– Presidente –

Fernando Hippólito da Costa
(Sócio Efetivo)

I – A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO – 1902

No dia 29 de março de 1902, num sábado de muito sol, precisamente às 12:00 horas, reuniram-se no salão do antigo Atheneu Norte-rio-grandense, onde funcionava a Biblioteca Estadual (nesse local situa-se hoje a Secretaria Municipal da Fazenda), doze pessoas que representavam a elite daquela distante época nos meios políticos, educacionais, na magistratura e no setor administrativo do Estado.

SEUS NOMES, POR ORDEM ALFABÉTICA:

- 1) Alberto Maranhão (Governador do Estado, de 1900 a 1904)
- 2) Francisco Carlos Pinheiro da Câmara (Chefe de Polícia)
- 3) Francisco de Sales Meira e Sá (Presidente do Superior Tribunal de Justiça)
- 4) Francisco Pinto de Abreu (Diretor do Atheneu Norte-rio-grandense)
- 5) Joaquim Manoel Teixeira de Moura (Coronel da Polícia e Presidente da Intendência de Natal)
- 6) Luiz Manoel Fernandes Sobrinho (Juiz de Direito da Capital)
- 7) Manoel Dantas (Diretor Geral da Instrução Pública)
- 8) Olímpio Manoel dos Santos Vital (Juiz Federal da Seção)
- 9) Pedro Soares de Araújo (Coronel da Polícia e Inspetor do Tesouro do Estado)
- 10) Tomaz Landim (Procurador da Fazenda Nacional)
- 11) Veríssimo de Toledo (Contador do Tesouro do Estado)
- 12) Vicente Simões Pereira de Lemos (Desembargador)

QUAL A RAZÃO DAQUELA DATA?

Afirmou-se que era para relembrar a entrada vitoriosa do Senhor do Cunhaú, quando chegou para proclamar, naquela localidade, a República de 1817.

POR QUE O HORÁRIO DAS 12:00 HORAS?

Explica com riqueza de detalhes o confrade Manoel Rodrigues de Melo em seu majestoso trabalho "A fundação do Instituto" (conferência realizada em 29 de março de 1973), quando diz:

"O fato revela aos homens de hoje, o que era a vida familiar natalense em 1902. Dormia-se com as galinhas e acordava-se às primeiras cantadas do galo."

"De manhã cedo, a primeira refeição. Às dez horas, almoço, e jantar às duas horas da tarde. À noite, ceia, cadeiras na calçada, palestra com os vizinhos, ao clarão da lua cheia, para desenfatiar, e por fim rede embaladora e remançosa."

Em razão disso, conclui-se sem sombra de dúvida, que a fundação da entidade iniciou-se após o almoço a tempo de terminar antes do jantar...

Aquele grupo reuniu-se sob a liderança e o entusiasmo do Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos o qual, tomando a palavra declarou que o objetivo da reunião era o da fundação, nesta Capital, de um Instituto Histórico e Geográfico, "que tomasse o encargo altamente patriótico de firmar com dados autênticos, colhidos em pacientes e constantes investigações, a verdade histórica da vida Potiguar em qualquer sentido, e promovesse todos os meios conducentes à realização dessa aspiração."

Justificando ainda com frases conceituosas, apresentou argumentos que não deixaram em dúvida, o alto propósito e a nobreza da intenção.

A idéia foi recebida com grande euforia, em meio à manifestação de aplausos pelas pessoas presentes.

O idealizador da nóvel instituição pediu que seus pares aprovassem os nomes que passaram a compor a primeira diretoria, cabendo a presidência ao mais idoso na ocasião, o Juiz Olímpio Manoel dos Santos Vital.

A "diretoria provisória", aprovada por unanimidade, ficou então assim constituída:

Presidente — Olímpio Manoel dos Santos Vital

Vice-Presidente — Alberto Maranhão

1º Secretário — Francisco Pinto de Abreu

2º Secretário — Luiz Manoel Fernandes Sobrinho

Orador — Francisco de Sales Meira e Sá

Tesoureiro — Veríssimo de Toledo

Aclamada essa diretoria pioneira, o Dr. Olímpio Vital assumiu, emocionado, a presidência e declarou instalado o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Fez, então, algumas considerações com relação aos objetivos que seriam atribuídos à nova entidade.

Em seguida, pedindo e obtendo a palavra, o Dr. Alberto Maranhão declarou que estava autorizado a representar, naquela reunião, outras pessoas que não podendo comparecer, em razão de suas atividades, aderiram entretanto à feliz iniciativa e pediram para que fossem incluídas como sócios fundadores:

- 13) Augusto Tavares de Lyra (Deputado Federal)
- 14) Eloy Castriciano de Souza (Deputado Federal)
- 15) Joaquim Ferreira Chaves (Senador)
- 16) Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (Senador)

Declarações idênticas fizeram sucessivamente, o Dr. Manoel Dantas com relação a:

- 17) José Bernardo de Medeiros (Senador)

E, também, o Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos com referência às seguintes pessoas:

- 18) Antônio José de Melo e Souza (Procurador Geral do Estado)
- 19) Henrique Castriciano de Souza (Secretário do Governo)
- 20) João Avelino Pereira de Vasconcelos (Capitão)
- 21) João Batista de Siqueira Cavalcante (Desembargador)
- 22) José Teotônio Freire (Desembargador)
- 23) Manoel Hemetério Raposo de Melo (Advogado e Juiz aposentado)
- 24) Manoel Moreira Dias (Desembargador)
- 25) Pedro Avelino (Jornalista e Diretor da "Gazeta do Comércio", de Natal)
- 26) Sérgio Paes Barreto (Industrial)

Estes são, portanto, os 26 sócios fundadores do Instituto; 12 achavam-se presentes à sessão de fundação e 14 fizeram-se representar.

Naquele dia, iniciaram-se as atividades da nova entidade que viria a destacar-se, no correr dos anos, nos meios culturais do Estado.

O Instituto Histórico e Geográfico constitui, pois, a MAIS ANTIGA CASA DA CULTURA do Rio Grande do Norte.

O Instituto nasceu em pleno desenrolar da denominada "Questão de Grossos", uma área em litígio entre os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Pode-se afirmar que o Instituto foi fundado em decorrência dessa acirrada disputa de terras que, por pouco, não terminou em conflito armado entre os dois Estados.

Após vários anos de contenda judicial, com a interferência do próprio Presidente da República e, porque não dizer, das vozes esclarecedoras dos que labutavam no Instituto, deu a Justiça ganho de causa em favor do Rio Grande do Norte, cujo advogado foi Rui Barbosa, a "Águia de Haia."

Em retribuição aos serviços prestados, foi-lhe concedido, em 1904, o título de Sócio Honorário da entidade.

Como instituição cultural, pioneira no Estado, representa o Instituto um marco fulgurante na História do Rio Grande do Norte.

Respeitado e enaltecido pelos norte-rio-grandenses que vêem no Instituto o guardião do passado histórico da nossa terra, ele bem justifica o epíteto que recebeu do seu ex-Presidente Nestor dos Santos Lima, como a "Casa da História Potiguar", ou como costuma denominar o seu atual Presidente, Dr. Enélio Lima Petrovich, a "Casa da Memória."

A PRIMEIRA ATA

Confeccionada na reunião da fundação do Instituto, essa primeira ata recebeu as assinaturas de todos os sócios fundadores presentes, tendo sido lavrada pelo 2º Secretário, Luiz Manoel Fernandes Sobrinho.

A PRIMEIRA COMISSÃO

Na mesma sessão de fundação do Instituto, foi formada pelo Presidente, a primeira comissão. Teve, a mesma, a finalidade de confeccionar e apresentar para discussão, os Estatutos da nova instituição.

Ficou constituída dos seguintes sócios: Vicente Simões Pereira de Lemos, Antônio José de Melo e Souza e Pedro Soares de Araújo.

A PRIMEIRA SESSÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

Foi realizada às 12:00 horas do dia 27 de abril de 1902, na Biblioteca Estadual do Atheneu Norte-rio-grandense, sob a presidência de Olímpio Manoel Fernandes Sobrinho. Nessa sessão foi iniciada a discussão para a elaboração dos Estatutos do Instituto, que se prolongou nas sessões de 4, 11 e 22 de maio de 1902.

A PRIMEIRA HOMENAGEM

Na quarta sessão de assembléia geral, transcorrida a 18 de maio de 1902, houve a homenagem prestada a Augusto Severo de Albuquerque

Maranhão, falecido há seis dias passados, no acidente do seu balão-dirigível "Pax", na cidade de Paris, França.

O Presidente Olímpio Vital pronunciou uma saudação em memória do insigne norte-rio-grandense. Pela primeira vez foi lançado em ata um voto de pesar e suspensão a sessão.

APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS

Após cinco sessões de assembléia geral, foram finalmente apresentados e aprovados, na sessão de 25 de maio de 1902, os Estatutos do Instituto.

Essa regulamentação compunha-se de 60 artigos distribuídos em 10 capítulos.

O Artigo 1º tinha o seguinte teor: "O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte tem por fim coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencentes à história, geografia, arqueologia e etnografia, principalmente do Estado e à língua de seus indígenas, desde a época do descobrimento do Brasil."

O Artigo 2º estipulava o seguinte: "O Instituto procurará manter correspondência com todas as sociedades de igual natureza e bem assim com as associações literárias existentes nos diversos Estados da União, para mais fácil desempenho dos fins a que se propõe."

A respeito da "Revista", dizia o Artigo 3º: "O Instituto publicará, duas vezes por ano, a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte", a qual terá, pelo menos 48 páginas em cada número, em oitavo francês e formará uma edição uniforme."

Parágrafo Único — "Nessa Revista serão publicados, além das sessões, os discursos do Presidente e do Orador e os relatórios do 1º Secretário, apresentados na sessão magna, assim como as memórias e documentos relativo à história do Rio Grande do Norte e à sua geografia, os trabalhos dos sócios e as notícias ou os extratos de nossa história publicados em outra parte, no País ou no estrangeiro, precedendo a respeito destes o parecer de uma comissão para este fim nomeada."

Artigo 4º — "A assinatura da Revista é fixada em 5\$000 (cinco mil réis), por dois números, pagos adiantadamente, sendo vendidos os números avulsos a 3\$000 cada um.

Os sócios terão direito a um exemplar de cada número, a contar do dia da sua admissão, e o Instituto remete-lhe-á gratuitamente às sociedades literárias e às pessoas a quem quiser distinguir por este modo."

A respeito das categorias de sócios, determinava o que se segue:

Artigo 5º – “O Instituto compor-se-á de 4 classes de sócios, a saber:

I – Efetivos

II – Honorários

III – Correspondentes

IV – Beneméritos.”

Artigo 6º – “Poderá ser sócio do Instituto todo cidadão, nacional ou estrangeiro, que tiver feito jus a esta distinção, nos termos dos presentes Estatutos.”

Em síntese, estas eram as exigências:

a) Para sócio efetivo – o candidato deveria residir em Natal ou em lugar que estivesse em comunicação fácil e constante com a Capital;

b) Para sócio honorário – poderia ser proposto o cidadão que, por seu reconhecido saber, estivesse em condições de justificar essa escolha;

c) Para sócio correspondente – para candidato residente fora da sede do Instituto e que reunisse as demais condições exigidas;

d) Para sócio benemérito – para os sócios efetivos, honorários e correspondentes que tivessem dedicação e devotamento pela prosperidade e renome do Instituto, prestando-lhe serviços de reconhecido merecimento e utilidade, ou então, ao sócio que tivesse exercido qualquer cargo da diretoria por mais de 5 anos sucessivamente.

E também: aos cidadãos que ainda não sendo “homens de letras”, tivessem prestado serviços relevantes ao aumento do patrimônio, da biblioteca, do arquivo, ou do museu do Instituto ou ainda, realizado outros benefícios.

Ainda, de acordo com os Estatutos, a Diretoria era composta de 10 membros: Presidente, 1º Vice-presidente, 2º Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, Orador, Tesoureiro, Adjunto do Orador e dois Suplentes do 2º Secretário.

Estavam, também, previstas quatro comissões, cada uma com três membros:

a) de Fazenda e Orçamento

b) de Estatutos e Redação da Revista

c) de Revisão de manuscritos e pesquisa de documentos

d) de Trabalhos de história, geografia e corografia do Brasil, especialmente do Rio Grande do Norte.

As duas primeiras comissões eram de caráter permanente, enquanto que as duas últimas eram constituídas de acordo com a necessidade.

Inicialmente, foi estipulado o dia 3 de fevereiro de cada ano para que fossem procedidas as eleições da diretoria e comissões permanentes, convocando-se para esse fim, uma sessão de assembléia geral.

A eleição seria procedida por escrutínio secreto.

A posse da diretoria ficou sendo no dia 3 de maio de cada ano, considerando-se o "ano social" o espaço de tempo decorrido entre 3 de maio de qualquer ano à data de 3 de maio do ano seguinte.

Atualmente, a data marcada para a posse da Diretoria coincide com a da fundação do Instituto: 29 de março, e o mandato passou a ser bienal. O "ano social" passou a ser o "ano civil", com início a 29 de março.

Os Estatutos continham as assinaturas do Presidente Olímpio Vital e dos demais sócios fundadores presentes à sessão.

A PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Foi realizada a 5 de junho de 1902, às 12:00 horas, no local habitualmente escolhido (Atheneu Norte-rio-grandense). Nessa sessão foi novamente prestada homenagem à memória de Augusto Severo, tendo sido lida uma mensagem especial remetida pelo Senador Pedro Velho, irmão do aeronauta falecido.

O PRIMEIRO VOTO DE CONGRATULAÇÕES

Na sessão, anteriormente citada, foi lançado em ata o primeiro voto de congratulações pela visita do Sr. José Domingues Codeceira, membro do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, o qual tomou parte da mesa dirigente dos trabalhos.

ELEIÇÃO DA SEGUNDA DIRETORIA

Na 7ª sessão de assembléia geral, ocorrida em 12 de junho de 1902, foi eleita a 2ª diretoria, isto é, a que sucedeu à "diretoria provisória."

Foram eleitos: Olímpio Manoel dos Santos Vital (Presidente), Vicente Simões Pereira de Lemos (1º Vice-presidente) e Antônio de Souza (2º Vice-presidente).

E ainda: Francisco Pinto de Abreu (1º Secretário), Luiz Manoel Fernandes Sobrinho (2º Secretário), Francisco de Sales Meira e Sá (Orador), Veríssimo de Toledo (Tesoureiro), Francisco Carlos Pinheiro da Câmara (1º Suplente do 2º Secretário) e Tomaz Landim (Adjunto do Orador).

A Comissão de Fazenda ficou constituída dos sócios: Manoel Moreira Dias, Manoel Hemetério Raposo de Melo e João Batista de Siqueira Cavalcante.

A Comissão de Estatutos e Redação da Revista foi formada pelos sócios: Alberto Maranhão, Pedro Soares de Araújo e Luiz Manoel Fernandes Sobrinho.

A PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Em 15 de junho de 1902, na 1ª sessão ordinária realizada, sob a presidência de Olímpio Manoel dos Santos Vital, ficou decidido que o Instituto enviaria correspondência às diversas sociedades literárias e redações dos jornais do Estado, assim como associações congêneres dos outros Estados, participando a fundação da entidade.

Foi decidido, ainda, mandar imprimir papel para ser utilizado na correspondência oficial do Instituto, conforme modelo então aprovado.

A PRIMEIRA SUBSTITUIÇÃO

Na 2ª sessão ordinária, realizada em 6 de julho de 1902, tomou-se conhecimento de que o sócio Veríssimo de Toledo, ocupante do cargo de tesoureiro, iria ausentar-se dos trabalhos do Instituto por motivo de saúde.

Marcada uma outra reunião para o dia 9 do mesmo mês, foi eleito, então, Sérgio Barreto para ocupar a vaga. Foi essa, em consequência, a primeira substituição ocorrida em diretoria do Instituto.

AS PRIMEIRAS PROPOSTAS DE SÓCIOS

Na 4ª sessão ordinária, de 3 de agosto de 1902, foram apresentadas as primeiras propostas para o quadro de sócios efetivos: José de Calazans Pinheiro (Padre), José Correia de Araújo Furtado, Honório Carrilho da Fonseca e Silva, João Tibúrcio da Cunha Pinheiro e Francisco Gomes Vale Miranda. Essas propostas foram aprovadas na sessão seguinte, transcorrida a 17 do mesmo mês.

O PRIMEIRO PROTESTO E O PRIMEIRO TELEGRAMA

Na sessão ordinária de 3 de agosto de 1902, foi aprovada por unanimidade, uma indicação do sócio Tomaz Landim, no sentido do Presidente do Instituto telegrafar ao Presidente do Congresso Nacional, protestando contra um projeto de lei apresentado ao mesmo Congresso, pela representação do Estado do Ceará, anexando a esse Estado o território de Grossos, pertencente ao Rio Grande do Norte.

A PRIMEIRA SOLICITAÇÃO DE NUMERÁRIO

Na mesma sessão foi aprovada a remessa de um expediente ao Congresso Legislativo do Estado (a atual Assembléia Legislativa), solicitando

um auxílio pecuniário de mil e quinhentos contos de réis anuais. Na documentação remetida, informava-se que o Instituto não tinha patrimônio nem recursos de espécie alguma que pudesse garantir a sua existência.

AS 15 PRIMEIRAS DOAÇÕES AO INSTITUTO

Foram as seguintes, com as respectivas datas de registros em atas:

- 1ª) Do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, uma coleção dos números da Revista daquele Instituto (17-08-1902)
- 2ª) Idem, um exemplar da "História da Revolução Pernambucana em 1817", de autoria de Francisco Muniz Tavares (17-08-1902)
- 3ª) Idem, uma cópia da carta de Pero Vaz Caminha, dirigida ao Rei Dom Manoel, de Porto Seguro da Ilha de Vera Cruz, em 1º de maio de 1500 (17-08-1902)
- 4ª) Idem, dois exemplares do "4º Centenário do descobrimento de Pernambuco em 26 de janeiro de 1500" (17-08-1902)
- 5ª) Idem, dois exemplares dos Estatutos do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (17-08-1902)
- 6ª) Um volume de "Auroras e Sombras", poesias de Bianor de Oliveira, oferta de Ribeiro da Silva (17-08-1902)
- 7ª) Oito volumes dos trabalhos da Comissão Especial da Câmara de Deputados sobre o projeto do Código Civil Brasileiro, ofertados pelo sócio fundador Olímpio Vital (17-08-1902)
- 8ª) Diversos exemplares de uma pequena publicação feita em memória de Augusto Severo, por Manoel Segundo Wanderley, oferecidos pelo sócio fundador Pedro Soares de Araújo (17-08-1902)
- 9ª) Seis números da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, ofertados pelo sócio fundador Vicente Simões Pereira de Lemos (19-10-1902)
- 10ª) Cópia da carta de Pero Vaz Caminha ao Rei Dom Manoel, ofertada pelo sócio fundador Vicente Simões Pereira de Lemos (19-10-1902)
- 11ª) Biografia de Gervásio Pires Ferreira, ofertada pelo Comendador Joaquim Inácio de Melo (19-10-1902)
- 12ª) Dois volumes apenas à referida biografia, não identificados na ata (19-10-1902)
- 13ª) Um volume com as biografias de Joaquim Inácio de Lima, Luiz Alves Pinto e José Correia Picanço, oferta do Comendador Joaquim Inácio de Melo (19-10-1902)

OS PRIMEIROS JORNAIS RECEBIDOS

De acordo com os registros das atas, foram os seguintes os primeiros jornais ofertados ao Instituto:

“Diário de Natal” (02-11-1902), pelo Dr. Francisco Muniz Tavares

“Diário Oficial” (16-11-1902), pelo sócio fundador Olímpio Vital

“Gazeta Popular” e “Correio do Recife” (16-08-1903), ambos de Recife

“A República” (04-10-1903), de Natal

“Gazeta do Comércio” (18-10-1903), de Natal

“Liberal do Norte” (03-01-1904).

1903

O PRIMEIRO NÚMERO DA REVISTA DO INSTITUTO

Em janeiro de 1903, circulou o N.º 1 da Revista do Instituto. Foi impresso na tipografia da “Gazeta do Comércio”, e na capa foi estampada uma frase de J. de Maistre: “Nada do que é grande, começou grande.” O número avulso custava 3\$000 e esse primeiro volume constou de 100 páginas.

Nele foram transcritos os Estatutos do Instituto e o necrológio do sócio Veríssimo de Toledo, falecido em 31 de agosto de 1902.

Na apresentação do volume, a Redação da Revista esclareceu que “certo, este primeiro número da nossa Revista terá a acolhida que merece o pensamento que a ditou, encontrando o Instituto em todos os que lhe possam ser úteis, o auxílio indispensável para que dignamente figure entre as sociedades congêneres.”

OS 10 PRIMEIROS ARTIGOS PUBLICADÔS PELA REVISTA DO INSTITUTO

Foram os seguintes:

- 1º) “O Rio Grande do Norte antes da conquista dos portugueses”. Não foi citado o autor
- 2º) “Resposta ao questionário preliminar sobre os limites do Rio Grande do Norte com o Ceará”, do sócio honorário Antônio Coelho Rodrigues

- 3º) "Limites do Rio Grande do Norte e Ceará", do sócio correspondente Felisbelo Firmo de Oliveira Freire
- 4º) "Padre Dr. Júlio Maria", da Redação da Revista
- 5º) "Réplica ao Conselheiro Lafaiete R. Pereira", do sócio honorário Antônio Coelho Rodrigues
- 6º) "Capitães-mores e Governadores da Capitania do Rio Grande do Norte", do sócio fundador Manoel Fernandes Sobrinho
- 7º) "Questão de limites entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte", do sócio fundador Augusto Tavares de Lyra
- 8º) "Duque de Caxias", da Redação da Revista
- 9º) "Questão de limites entre o Rio Grande do Norte e Ceará", do sócio fundador Francisco de Sales Meira e Sá
- 10º) "Índios célebres do Rio Grande do Norte", do sócio fundador Luiz Manoel Fernandes Sobrinho.

NOTA: – A Revista do Instituto editou alguns números especiais:

- a) Ao 1º centenário de nascimento do Frei Miguelinho (1917);
- b) Ao centenário da Independência do Brasil (1922);
- c) Ao cinquentenário do Instituto Histórico (1951-1952);
- d) Ao cinquentenário da própria "Revista" do Instituto (1953);
- e) Ao Ministro Augusto Tavares de Lyra, sócio fundador e ex-Governador do Estado (1959).

RECEPÇÃO AO PRIMEIRO SÓCIO HONORÁRIO

A 10 de maio de 1903, no salão nobre do Palácio do Governo, ocorreu a recepção ao primeiro sócio honorário do Instituto, Padre Júlio Maria, que foi saudado pelo orador Francisco de Sales Meira e Sá.

No seu discurso de agradecimento, o Padre Júlio Maria aproveitou a ocasião para doar ao Instituto um mapa geográfico do Bispado Sul-Mineiro.

A PRIMEIRA SESSÃO SOLENE

Para comemorar a passagem do primeiro centenário do natalício de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias e Patrono do Exército Brasileiro, o Instituto realizou uma sessão solene às 20:00 horas do dia 25 de agosto de 1903, no salão nobre do Palácio do Governo.

Presidiu-a Olímpio Manoel dos Santos Vital que proferiu uma alocução a respeito da efeméride. Discursaram, também, o Padre José de Calazans Pinheiro e o Alferes José da Penha. Ao final, houve uma demons-

tração de esgrima entre o Tenente Heráclito Hélio e o Alferes José da Penha.

O prédio achava-se profusamente iluminado a gás e artisticamente decorado, apresentando um aspecto festivo e atraente.

A PRIMEIRA TRANSFERÊNCIA DE SÓCIO

Em 1903, o sócio efetivo Tomaz Landim (fundador), por ter sido nomeado Juiz de Direito da Comarca de Apodi, deixou de pertencer à categoria de efetivo para ser transferido para a de correspondente.

1904

BRASÃO DA CIDADE DE NATAL

A fim de dar parecer sobre o brasão da cidade de Natal, foi constituída na sessão de 21 de fevereiro de 1904, a seguinte comissão: Carvalho e Souza, Tomaz Landim e Joaquim Lourival Soares da Câmara.

Na sessão ordinária de 21 de agosto do mesmo ano, decidiu-se que o projeto do escudo d'armas de Natal, proposto pelo consócio Alfredo Ferreira de Carvalho e estudado pela referida comissão, fosse encaminhado à Intendência Municipal (hoje Prefeitura Municipal), para que também opinasse sobre o assunto em tela, já que a proposta recebera já a aprovação do Instituto.

O ÍNDIO POTI

Na sessão de 6 de março de 1904, o sócio Luiz Manoel Fernandes Sobrinho apresentou uma Memória, de sua autoria, relativa ao Índio Antônio Felipe Camarão, onde comprovava ter o mesmo nascido no Rio Grande do Norte, e não, como se apregoava, nos Estados de Pernambuco ou Ceará. Por se tratar de um trabalho muito extenso, foi lido, por partes, nas sessões de 13 e 20 do mesmo mês. Ao final, foi lançado em ata um voto de louvor pela admirável pesquisa.

O PRIMEIRO ZELADOR

O primeiro zelador contratado para trabalhar no Instituto chamava-se Mateus Jorge da Cruz, cuja admissão foi autorizada na sessão de 19 de maio de 1904.

PELOURINHO

Na sessão de 17 de julho de 1904, foi dada ciência de que a coluna de pedra do antigo pelourinho e uma chapa de ferro gravada com a coroa imperial e retirada da fachada do referido pelourinho (que situava-se nas imediações da cadeia pública), foram recolhidas com a permissão do Governador do Estado, a uma das salas do Instituto para o seu futuro museu.

IGAPÓ

Na sessão de 4 de dezembro de 1904, foi apresentada uma proposta dos sócios Luiz Manoel Fernandes Sobrinho e Pedro Soares de Araújo nos seguintes termos: "Atendendo a que o sítio Aldeia Velha, à margem esquerda do Rio Potengi, ocupa exatamente o local da antiga aldeia de Igapó, berço do valoroso Poti (Antônio Felipe Camarão), indicamos que o Instituto promova o restabelecimento do nome antigo daquele sítio, começando por solicitar do Dr. José Matoso Sampaio Correia (engenheiro-chefe da comissão de obras contra as secas no Estado), a denominação de Igapó à estação ou parada que, na estrada de ferro de Natal a Ceará-Mirim houver de construir naquele lugar."

A sugestão foi aprovada.

1905

AUGUSTO SEVERO

Na sessão de 15 de janeiro de 1905, o Presidente Olímpio Manoel dos Santos Vital informou que, "constando-lhe que uma das casas comerciais de Natal, tendo entrado em liquidação, expuzera à venda um ótimo retrato a óleo de Augusto Severo, ricamente emoldurado, havia resolvido autorizar a aquisição desse retrato para o salão do Instituto, pela quantia de 300 mil réis."

Conforme foi decidido na sessão de 5 de fevereiro do mesmo ano, a inauguração do retrato de Augusto Severo foi adiada "para quando o Instituto pudesse transferir-se para um edifício mais espaçoso onde se pudesse conseguir a reunião de famílias e cavalheiros que abrilhantassem essa festa."

AS PRIMEIRAS MODIFICAÇÕES NOS ESTATUTOS

Na sessão de 14 de maio de 1905, foram apresentadas e aprovadas algumas emendas aos Estatutos, em vigor desde 25 de maio de 1902. Foi essa, portanto, a primeira modificação feita na regulamentação do Instituto.

Uma das emendas refere-se ao artigo 5º, ao qual foi acrescentado o seguinte parágrafo único: "Será ilimitado o número de sócios efetivos, mas, respeitados os direitos adquiridos, só poderão ser aceitos, de ora em diante, os candidatos que apresentarem uma memória escrita, histórica ou geográfica, ou tiverem colhido para o Instituto documentos de valor sobre fatos da História do Brasil ou do Rio Grande do Norte."

Ao artigo 18º foram inseridos três parágrafos:

- 1º) Os sócios efetivos pagarão, além da jóia, uma anuidade de 10.000 réis, em duas prestações semestrais cobradas em janeiro e julho de cada ano;
- 2º) Considerar-se-á não ter aceito a eleição o cidadão que, eleito sócio efetivo ou correspondente, dentro do prazo de 90 dias, contados da devida comunicação, não tiver pago a jóia;
- 3º) O sócio efetivo que estiver a dever dois semestres e, convidado a satisfazê-los não o fizer no prazo de 15 dias depois do convite, será eliminado."

O PRIMEIRO SONETO DA REVISTA

No ano de 1905, circulou o Volume III da Revista, correspondente aos números 1 e 2 (janeiro e julho de 1905). Nesse volume foi publicado o primeiro soneto, intitulado "Vera Cruz", de autoria de Manoel Segundo Wanderley.

O PRIMEIRO MAPA DA REVISTA

No Volume acima referido, foi estampado o primeiro mapa que focaliza a área em litígio entre os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará e inserido ao trabalho "Questão de limites Ceará — Rio Grande do Norte", de autoria dos consócios Augusto Tavares de Lyra e Vicente Simões Pereira de Lemos.

FREI MIGUELINHO

A 7 de junho de 1906, foi realizada uma sessão solene para comemorar o 89º aniversário do sacrifício de Frei Miguelinho, um dos mártires da Revolução de 1817. A 12 de junho ocorreu a "Festa Cívica do Frei Miguelinho."

O Volume IV, número 2, da Revista do Instituto, reservou 87 páginas contendo vasto material com relação ao citado religioso. Na sessão de 16 de junho de 1907, o Instituto recebeu quatro exemplares do "Hino Frei Miguelinho", de autoria do Maestro Luigi Maria Smido (música) e de Henrique Castriciano de Souza (letra).

CARTA GEOGRÁFICA DO ESTADO

Na sessão de 7 de outubro de 1906, o consócio Vicente de Lemos Filho sugeriu que o Instituto, ao agradecer ao Engenheiro José Matoso Sampaio Correia a remessa da Carta Geográfica do Rio Grande do Norte, ponderasse que "houve engano na linha dada como limite pretendido pelo Rio Grande do Norte, na zona em litígio com o Estado do Ceará.

A divisa que o Rio Grande do Norte sempre pleiteou e continua a pleitear é a linha que, partindo da extremidade da cordilheira do Apodi, aceita e mantida por ambos os Estados, ligue este ponto ao morro do Tibau, seu último contraforte na costa."

A indicação foi aprovada por unanimidade.

1907

FRANQUIA POSTAL

A partir de 8 de junho de 1907, o Instituto passou a gozar de franquia postal, conforme autorização concedida pelo Diretor-Geral dos Correios e divulgada na sessão de 7 de julho do mesmo ano.

HOMENAGEM A PEDRO VELHO

O Senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, sócio fundador do Instituto e falecido a 9 de dezembro de 1907 quando se encontrava a bordo do vapor "Brasil", fundeado no porto de Recife, recebeu todas as homenagens da parte do Instituto, cuja diretoria participou, incorporada, às cerimônias programadas.

A Bandeira Nacional que cobriu o esquife do ilustre morto, foi oferecida pelo Governador do Estado à entidade, conforme registro da sessão de 19 de janeiro de 1908.

O Volume VI da Revista do Instituto, que circulou em 1908, foi dedicado à memória de Pedro Velho, sendo publicado o seu retrato, o primeiro a ser divulgado na referida revista.

A Redação assim explicou a difusão do número especial: “... cogitou o Instituto de prestar à sua memória, condigna e justa homenagem, e por unânime acordo de seus membros, resolveu erigir-lhe, não muda estátua na praça pública, mas imorredouro padrão nas páginas desta Revista, dedicando-lhe exclusivamente, com a história de toda a sua vida, os dois números deste ano, que formam o VI Volume.”

1 9 0 8

BRASÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Na sessão de 19 de abril de 1908, foi lido o ofício do Governador do Estado, submetendo ao exame e parecer do Instituto, o modelo do brasão que se pretendia adotar para o Rio Grande do Norte, sugerido pelo pintor Corbiniano Vilaça.

A comissão designada para estudar o assunto foi a seguinte: Vicente Simões Pereira de Lemos, Manoel Dantas, Francisco Pinto de Abreu, Henrique Castriciano de Souza e Pedro Soares de Araújo.

Na sessão de 24 de junho de 1909, foi lido o parecer da comissão com as modificações sugeridas, sendo a documentação remetida ao Governador, para aprovação final. O relator do parecer justificou a demora havida no trabalho da referida comissão, motivada pelo desejo de melhor estudar e examinar o assunto.

SINETE DO INSTITUTO

Conforme foi divulgado na sessão de 6 de setembro de 1908, o Governador do Estado remeteu ao Instituto, uma pequena caixa contendo o sinete da agremiação, aprovado para uso.

CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE

O consócio Luiz Manoel Fernandes Sobrinho apresentou, na sessão de 2 de maio de 1909, cópias de documentos referentes à Capitania do Rio Grande do Norte, extraídas a pedido seu, da Torre do Tombo, em Portugal, por intermédio do seu colega Heliodoro Fernandes Barros.

DOAÇÃO DE BANDEIRA NACIONAL

Na sessão de 4 de julho de 1909, o consócio Manoel Dantas declarou que, "em nome do norte-rio-grandense Tenente Ezequiel Medeiros (Oficial do Exército, residente em Recife), vinha fazer ao Instituto uma oferta de alto valor.

Tratava-se da bandeira de seda bordada a ouro que a 28 de janeiro de 1891, em imponente festa cívica, as senhoras de Natal ofereceram ao 34.º Batalhão de Infantaria. A bandeira era a mesma que o Batalhão conduziu na expedição de Canudos, no Estado da Bahia, de onde voltou gloriosamente mutilada, sendo oferecida ao citado Batalhão, à sua chegada em Natal, a coroa cívica que acompanhava a referida bandeira, a qual, não podendo mais figurar nas paradas do Batalhão fora recolhida ao arquivo, sendo substituída por uma outra oferecida pelo povo de Natal.

Conseguiu, então, o Tenente Ezequiel Macedo com o seu Comandante, que a bandeira fosse recolhida ao Instituto."

Esses esclarecimentos terminaram com uma entusiástica salva de palmas e, então, o presidente Olímpio Vital determinou que a bandeira e a coroa cívica fossem recolhidas e conservadas em lugar conveniente.

NISSIA FLORESTA

No ato da inauguração de um monumento erigido no Sítio Floresta, no Município de Papary, no mesmo lugar onde nasceu e viveu até aos 15 anos, a escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta, compareceu uma comissão do Instituto, formada pelos consócios João Dionísio Figueira, Pedro Soares de Araújo e Sebastião Fernandes de Oliveira.

Na data do evento, 12 de outubro de 1909, foi comemorada ainda a passagem do 1.º centenário do nascimento da mencionada escritora.

BIBLIOTECA PÚBLICA

Pela Lei nº 277, de 25 de novembro de 1909, foi oficializada a entrega de todo o acervo da Biblioteca Pública do Estado aos cuidados do Instituto, com "o encargo de facultá-lo à visitação pública."

O professor Rafael Arcanjo, bibliotecário do Estado, passou à disposição da agremiação, conforme determinação do Governador e tornada pública na sessão de 17 de outubro do mesmo ano.

FUNDAÇÃO DE NATAL

A 25 de dezembro de 1909, o consócio Nestor dos Santos Lima pronunciou uma conferência — "A Matriz de Natal", por ocasião das comemorações do 310º aniversário da fundação de Natal.

Essa conferência, publicada na Revista do Instituto (Volume VII), contém a relação cronológica dos Vigários e Coadjuutores da Matriz de Natal (em número de 55), além de 42 documentos relacionados com a Igreja Católica.

1910

A ESTOLA DO FREI MIGUELINHO

Na sessão de 5 de junho de 1910, foi comunicado o recebimento da estola que pertenceu ao Frei Miguelinho (Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro), herói da revolução de 1817, ofertada pelos seus familiares. No dia 12 do mesmo mês, quando transcorreu o 93º aniversário da morte do referido prelado, a estola foi exposta ao público, tendo comparecido grande número de pessoas, conforme se depreende do livro de presenças do Instituto.

DIPLOMA DE SÓCIO

Na sessão de 5 de junho de 1910, o consócio Luiz Tavares de Lyra apresentou um projeto de "diploma de sócio", idealizado e desenhado pelo Dr. Luciano Veras, e por este oferecido ao Instituto.

A sugestão foi aprovada autorizando-se a impressão no Rio de Janeiro. Em consequência, foi lançado em ata um voto de louvor pela colaboração prestada pelo Dr. Luciano Veras.

SELO OFICIAL DO INSTITUTO

Na sessão de 5 de junho de 1910, o consócio Antônio Soares de Araújo apresentou um projeto de "selo oficial" do Instituto, o qual consistia de um avestruz, símbolo dado pelos holandeses ao Rio Grande do Norte, e em torno da ave, a inscrição "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte."

O projeto acabou sendo aprovado na sessão de 3 de julho do mesmo ano, tendo o presidente Vicente Simões Pereira de Lemos defendido a idéia esclarecendo ser ele (o projeto) "justamente o escudo que o Conde Maurício de Nassau idealizou para representar a ex-Capitania do Rio Grande do Norte, constante de um avestruz à margem de um rio."

1 9 1 1

PRERROGATIVAS PARA O INSTITUTO

Na sessão de 19 de novembro de 1911, foi comunicado que subira à sanção do Governador do Estado, no dia anterior, a resolução votada pelo Congresso Estadual (hoje, Assembléia Legislativa), que declarava ser "o Instituto, um estabelecimento de utilidade pública, isento dos impostos de selo e emolumentos, as certidões de documentos sobre história, geografia, corografia e etnografia do Brasil, passadas pelas repartições públicas a requerimento do mesmo Instituto, e com fé pública as certidões de papéis e documentos do seu arquivo e biblioteca, passados, conferidos e assinados pelos respectivos secretários."

1 9 1 7

HOMENAGEM A FREI MIGUELINHO

Em comemoração à passagem do primeiro centenário do fuzilamento de Frei Miguelinho, o Instituto realizou uma sessão magna no dia 12 de junho de 1917, a qual compareceu e presidiu a citada sessão o Governador do Estado, Desembargador Joaquim Ferreira Chaves (também sócio fundador).

A sessão teve lugar no Teatro Carlos Gomes (hoje, Teatro Alberto Maranhão), com a presença dos sócios do Instituto, de 37 senhoritas representando os municípios do Estado, de muitas famílias, corporações e alunos de estabelecimentos de ensino, ficando o teatro completamente lotado.

A grande orquestra do Centro Musical Natalense tocou o Hino Nacional, à chegada do Governador do Estado e Presidente de Honra da sessão. Proferiu o Governador um vibrante discurso patriótico sobre o grande feito e seus heróis.

Discursou, em seguida, o orador oficial do Instituto, Manoel Dantas. Facultada a palavra, falou o bacharelado Dioclécio Dantas Duarte. Ouviram-se sonetos a cargo de Francisco Palma e Ezequiel Wanderley.

Encerrando a sessão, as senhoritas representando os 37 municípios cantaram o "Hino Frei Miguelinho", acompanhado da grande orquestra. Ao final, houve uma magnífica apoteose simbolizando os três Estados envolvidos na revolução de 1817.

1923

HINO DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Na sessão de 16 de setembro de 1923, foram distribuídos aos associados do Instituto exemplares do Hino do Centenário da Independência, com letra do consócio Nestor dos Santos Lima e música do Maestro Luigi Maria Smido.

A distribuição do novo hino foi ampliada aos institutos congêneres e escolas estaduais.

1924

TOMAZ DE ARAÚJO PEREIRA

A 11 de maio de 1924, no salão nobre do Palácio do Governo, ocorreu a sessão magna destinada a comemorar o primeiro centenário da posse do Capitão Tomaz de Araújo Pereira no cargo de 1º presidente da Província do Rio Grande do Norte, o primeiro nomeado para tal cargo, após a Independência do Brasil.

O consócio Manoel Dantas proferiu uma brilhante alocução ressaltando a vida do homenageado. Em seguida, todos dirigiram-se à "Praça

Tomaz de Araújo", localizada em frente ao quartel do 29º Batalhão de Caçadores, onde a mesma foi inaugurada.

O Governador do Estado descerrou a Bandeira Nacional que cobria a placa comemorativa, dando por inaugurado o novo logradouro, discursando então o consócio Nestor dos Santos Lima.

Pouco mais de um mês, falecia Manoel Dantas, orador do Instituto.

1925

D. PEDRO II

Com o objetivo de festejar o primeiro centenário de nascimento de D. Pedro II, o Instituto promoveu uma sessão magna em 2 de dezembro de 1925.

A sessão foi realizada na "Praça Pedro II", assim batizada pela Intendência Municipal (atual Prefeitura Municipal), com a presença do Governador José Augusto Bezerra de Medeiros, de autoridades, dos membros do Instituto e de muitos populares.

A cerimônia iniciou-se às 07:00 horas, tocando as bandas de música da Polícia Militar e da Associação dos Escoteiros do Alecrim. Num altar elevado da praça, foi celebrada missa por Dom José Pereira Alves, Bispo de Natal. Discursou o orador do Instituto, Nestor dos Santos Lima, sendo então inaugurado o busto do 2º Imperador do Brasil.

A praça havia sido remodelada sob a supervisão do Engenheiro Júlio César de Melo Resende, sócio do Instituto.

1927

BODAS DE PRATA DO INSTITUTO

A 29 de março de 1927, no salão nobre do Palácio do Governo, ocorreu a sessão magna de posse da nova diretoria do Instituto e da passagem dos 25 anos da fundação da agremiação cultural. O consócio Nestor dos Santos Lima foi empossado na presidência do Instituto.

Discursaram, no decorrer da sessão, Honório Carrilho da Fonseca e Silva, Dom José Pereira Alves e Nestor dos Santos Lima.

O coral do Grupo Escolar Modelo apresentou alguns números de canto, sob a regência do Professor Tomaz Babini.

A programação foi bastante variada naquele dia: alvorada com a Banda de Música da Polícia Militar, pelas ruas da cidade, hasteamento da Bandeira Nacional, missa solene da Catedral, romaria ao Instituto, retreta e a sessão magna às 20:00 horas.

MARECHAL DEODORO DA FONSECA

A 5 de agosto de 1927, ocorreu a sessão solene no Teatro Carlos Gomes (hoje, Alberto Maranhão), para festejar o transcurso do primeiro centenário de nascimento do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca.

O orador da solenidade foi o consócio Adauto Câmara. O Presidente do Estado, Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, encerrou a sessão, sendo cantado o hino a Deodoro, pelas alunas da Escola Normal.

LOURIVAL AÇUCENA

Uma sessão solene foi realizada pelo Instituto na data de 17 de outubro de 1927, para rememorar a passagem do primeiro centenário de nascimento do poeta Lourival Açucena. Estiveram presentes à reunião, diversos parentes do homenageado, tendo discursado em nome do Instituto, o consócio Honório Carrilho da Fonseca e Silva.

1928

A PRIMEIRA MULHER ADMITIDA NO INSTITUTO

Na sessão de 29 de março de 1928, tomou posse a primeira mulher a candidatar-se ao Instituto, a Professora Isabel Urbana de Albuquerque Gondim.

Fez a saudação o presidente Nestor dos Santos Lima.

1930

TOPONÍMIA DE NATAL

A Lei nº 14, de 30 de agosto de 1930, assinada pelo Prefeito Omar O' Grady, aprovou 167 sugestões apresentadas pelo Instituto, com vistas

a identificar logradouros da cidade homenageando-se os "conterrâneos ilustres e demais compatriotas que se esforçaram para elevar o nome do Rio Grande do Norte, já desaparecidos entre os vivos."

Assim, algumas artérias passaram a ser conhecidas como Rua General Osório, Rua Almino Afonso, Rua Joaquim Manoel, Rua Vigário Bartolomeu, Rua Presidente Quaresma, Rua Bernardo Vieira, Avenida Romualdo Galvão, Rua José da Penha, Rua Vaz Gondim, Avenida Amintas Barros, etc.

Essa matéria foi discutida na sessão ordinária de 27 de abril de 1930.

1931

BRASÃO HOLANDÊS DO RIO GRANDE DO NORTE

Na sessão de 29 de março de 1931, o consócio Luís da Câmara Cascudo leu um interessante trabalho sobre "o brasão holandês do Rio Grande do Norte, demonstrando que a ema que se vê nesse escudo, é um símbolo, uma homenagem à tribo Janduf."

D. PEDRO I

Na sessão solene de 7 de abril de 1931, realizada para comemorar o primeiro centenário da Abdicação de D. Pedro I, discursou a respeito do evento, o orador oficial Joaquim Inácio de Carvalho Filho.

GAGO COUTINHO

Na sessão de 12 de junho de 1931, foi registrada a visita ao Instituto, do Almirante português Gago Coutinho, o qual na época era hóspede da cidade.

Após a saudação do presidente, que propôs o nome de Gago Coutinho para sócio honorário do Instituto, o aviador português respondeu agradecendo e justificou o interesse de sua visita à agremiação, "não só por se tratar de uma respeitável instituição histórica, mas, sobretudo, pelo seu desvelado amor aos estudos geográficos e às descobertas da antiguidade."

Coincidentemente, nessa mesma data, o Correio Aéreo Militar iniciava o seu primeiro vôo, uma viagem do Rio de Janeiro para São Paulo.

1932

CENTENÁRIO DA IMPRENSA NATALENSE

A 2 de setembro de 1932, foi realizada uma sessão magna para comemorar a passagem do primeiro centenário da imprensa potiguar.

O orador da solenidade, Luís da Câmara Cascudo, lembrou o aparecimento em 1832, do "O Natalense", citando seus fundadores, e o desenvolvimento da imprensa no Rio Grande do Norte.

Terminada a sessão, as pessoas presentes percorreram as diversas seções do Instituto, notadamente a exposição de jornais antigos, organizada na sala de leitura.

1933

TRICENTENÁRIO DA INVASÃO HOLANDESA

Para comemorar o tricentenário da invasão holandesa no Rio Grande do Norte, o Instituto promoveu uma sessão magna no Teatro Carlos Gomes, no dia 12 de dezembro de 1933.

A sessão foi presidida pelo Interventor Federal Mário Câmara, tendo sido orador da solenidade o consócio Luís da Câmara Cascudo.

No mesmo dia ocorreu a visita ao Forte dos Reis Magos, utilizando-se lanchas especiais que partiram do cais da Avenida Tavares de Lyra. Chegados ao Forte, os visitantes percorreram demoradamente as dependências em ruínas e, em seguida, pelo consócio Nestor dos Santos Lima, foi solenemente substituída por uma nova, definitiva, a placa comemorativa do centenário da Independência do Brasil, a qual se achava instalada na face principal daquele Forte. Usou da palavra, na ocasião, o consócio Luís Antônio Ferreira dos Santos Lima.

A placa tinha a seguinte inscrição:

"Os cidadãos de Natal, no primeiro centenário da Independência Nacional, vieram a este glorioso baluarte de lutas seculares, render homenagens aos seus antepassados conquistadores e colonizadores, que contribuíram para a formação do grande Brasil."

1934

PADRE JOSÉ DE ANCHIETA*

A 19 de março de 1934, teve lugar a sessão magna comemorativa do quarto centenário do nascimento do Padre José de Anchieta. O orador da sessão foi o consócio Antônio Soares de Araújo que relembrou fatos impressionantes da abnegação do padre catequista, o "apóstolo da brasilidade."

1938

ISENÇÃO DE IMPOSTOS E TAXAS

Pelo decreto estadual nº 548, de 22 de agosto de 1938, o prédio doado ao Instituto "ficou isento de todos os impostos, taxas, laudêmios e emolumentos estaduais e municipais, atuais e futuros."

A sede estava localizada à Rua da Conceição nº 622, bairro da Cidade Alta (onde até hoje permanece), sendo que a referida sede foi doada pelo Governo, conforme escritura lavrada em 1º de setembro de 1938, no Primeiro Cartório Judiciário.

1939

A QUESTÃO DE LIMITES ESTADUAIS

Na sessão de 12 de fevereiro de 1939, foi dado conhecimento de que o Instituto recebeu do Interventor Federal no Rio Grande do Norte, a documentação referente aos decretos 628, de 11 de janeiro de 1939, do Governo do Rio Grande do Norte, e 488, de 24 de janeiro do mesmo ano, do Governo do Ceará, que ratificaram o acordo celebrado entre os dois governos para definitivo cumprimento do acordão do Supremo Tribunal Federal, que decidiu a antiga questão de limites, entre os respectivos Estados.

1940

4º CENTENÁRIO DA COMPANHIA DE JESUS

A 27 de setembro de 1940, ocorreu a sessão solene destinada a comemorar o quarto centenário da fundação da Companhia de Jesus.

O orador da solenidade foi o consócio Luís da Câmara Cascudo que proferiu "uma brilhante oração na qual historiou a obra patriótica e cristã dos discípulos de Santo Inácio de Loyola."

1941

PADRE JOÃO MANOEL DE CARVALHO

A sessão magna de 25 de dezembro de 1941, além de celebrar o "Dia da Cidade de Natal", reverenciou a figura do Padre João Manoel de Carvalho, escritor e político, na passagem do seu primeiro centenário de nascimento.

Foi orador da cerimônia o consócio Nestor dos Santos Lima.

1943

AUGUSTO SEVERO

A 12 de maio de 1943, no Teatro Carlos Gomes (hoje, Teatro Alberto Maranhão), o Instituto promoveu uma sessão magna comemorativa ao 41º aniversário de falecimento de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, quando voava com o seu balão-dirigível "Pax", nos céus de Paris.

Presidiu a sessão o Interventor Federal Rafael Fernandes. O orador oficial da sessão foi o consócio Alberto Maranhão, que discorreu sobre a vida do indigitado inventor, "fazendo um estudo completo sobre aquele seu irmão, a quem a Humanidade deve um dos maiores passos do seu progresso."

Ao final, teve lugar uma audição dos alunos do Curso Waldemar de Almeida.

FELIPE CAMARÃO, NORTE-RIO-GRANDENSE

A 14 de maio de 1943, transcorreu uma sessão magna para festejar o terceiro centenário da nomeação do índio potiguar, Dom Antônio Felipe Camarão, para Capitão-General dos Índios do Brasil.

O consócio Nestor dos Santos Lima fez uma exposição detalhada sobre a personalidade de Felipe Camarão, ressaltando os motivos que confirmam ser o Rio Grande do Norte o berço do herói da guerra contra os holandeses.

O orador disse que "a dúvida que ainda hoje assalta certos espíritos teimosos, mas, para nós, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, não existe a mais leve ou tênue incerteza quanto ao ponto controvertido, porque o índio Poti, mais tarde, Dom Antônio Felipe Camarão, é filho desta gleba."

Em seguida, o consócio Luís da Câmara Cascudo pronunciou "uma palestra elucidativa sobre a discutida naturalidade de Felipe Camarão, explicando os fortes argumentos que o levaram, como a outros, a proclamar Felipe Camarão como norte-rio-grandense, baseando suas afirmações em fatos e documentos incontestáveis."

TERRA POTIGUAR

No dia 19 de agosto de 1943, na Praça André de Albuquerque, ocorreu uma solenidade a que foi dado o nome de "Terra potiguar", ou seja, um movimento cívico a ser cumprido em todos os Estados do Brasil, com o fim de obter de cada um deles, 100 gramas de terra comum, destinada a encher um grande vaso de bronze e que foi ofertado ao Presidente da República por ocasião das comemorações de 7 de setembro.

A cerimônia foi efetivada sob os auspícios do Instituto, tendo usado da palavra o consócio Nestor dos Santos Lima, fazendo a entrega da terra ao Interventor Federal do Estado, que a remeteu, por via aérea, numa urna apropriada, ao Rio de Janeiro.

1945

BARÃO DO RIO BRANCO

A 20 de abril de 1945, o Instituto comemorou, em sessão solene, o transcurso do primeiro centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Foi orador da solenidade o presidente da entidade, Nestor dos Santos Lima, que discorreu acerca da personalidade do Chanceler homenageado.

1949

AMARO CAVALCANTE

Em 15 de agosto de 1949, transcorreu a sessão especial dedicada à memória de Amaro Cavalcante, no transcurso do centenário do seu nascimento.

O presidente da entidade, Nestor dos Santos Lima, pronunciou uma conferência sob o tema de "Amaro e a educação nacional."

RUI BARBOSA

Em sessão conjunta, promovida pelo Instituto Histórico e a Academia Norte-rio-grandense de Letras, foi comemorada a passagem do primeiro centenário do nascimento de Rui Barbosa, a "Águia de Haia", na sessão solene de 10 de novembro de 1949.

Discursaram, com relação ao evento, Nestor dos Santos Lima e Floriano Cavalcante de Albuquerque.

1950

VICENTE DE LEMOS

Para comemorar a passagem do primeiro centenário do nascimento do sócio fundador e 2º presidente do Instituto, Vicente Simões Pereira de Lemos, foi realizada uma sessão magna na data de 28 de outubro de 1950.

Ocuparam a tribuna o presidente do Instituto Nestor dos Santos Lima (orador oficial) e o Desembargador Antônio Soares de Araújo (em nome da família do homenageado).

Presidiu a sessão o Governador do Estado, José Augusto Varela.

1952

CINQUENTENÁRIO DO INSTITUTO

A programação das solenidades comemorativas do primeiro cinquentenário da fundação do Instituto, estendeu-se no período de 23 a 29 de março de 1952, ficando denominada como "Semana da Cultura Potiguar."

Foram proferidas as seis seguintes conferências, uma a cada dia: "O jubileu de ouro do Instituto Histórico" (de Nestor dos Santos Lima), "Aspectos geopolíticos do Rio Grande do Norte" (do Capitão-de-Fragata Raul de Valença Câmara), "Evolução econômica do Rio Grande do Norte" (de Juvenal Lamartine de Faria), "Os jesuítas nas primeiras horas da Capitania" (do Monsenhor Paulo Herôncio de Melo), "A personalidade do Cel. José Bezerra, Patriarca do Seridó" (de Manoel Rodrigues de Melo) e "Lendas e tradições do Rio Grande do Norte" (de Nestor dos Santos Lima).

No dia 29 de março, ocorreu a sessão solene, sendo orador da solenidade o consócio Luís da Câmara Cascudo. Falaram ainda: Manoel Rodrigues de Melo, Monsenhor Paulo Herôncio de Melo, Edgar Barbosa e Américo de Oliveira Costa, este representante do Governador Sílvio Pedrosa.

CINQUENTENÁRIO DA MORTE DE AUGUSTO SEVERO

A 12 de maio de 1952, data do cinquentenário da morte de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, quando voava com o seu balão dirigível "Pax" nos céus de Paris, foi realizada uma sessão solene na qual discursaram, exaltando aquele mártir na conquista do espaço: Nestor dos Santos Lima (pelo Instituto), Manoel Rodrigues de Melo (pela Casa Euclides da Cunha) e Srta. Eliane Dantas (pela Academia Feminina de Letras).

Em seguida, a Srta. Miriam Coeli recitou versos de sua autoria, alusivos ao evento.

JOAQUIM FERREIRA CHAVES

Na data de 15 de outubro de 1952, o Instituto promoveu uma sessão solene comemorativa do centenário de nascimento do Desembargador Joaquim Ferreira Chaves, o qual, no Império e na República, prestou ao Rio Grande do Norte assinalados serviços como magistrado, quer como político, tendo governado o Estado e o representado no Senado Federal, durante longos anos, além de ter sido Ministro da Justiça e Ministro da Marinha.

O orador da solenidade foi o consócio Luís da Câmara Cascudo, tendo também discursado o 1º Secretário Silvino Bezerra Neto.

O homenageado era sócio benemérito do Instituto.

1953

PRESIDENTE PERPÉTUO

A 1º de agosto de 1953, transcorreu a sessão de assembléia geral para emendas dos Estatutos do Instituto. Uma das emendas, assinada por todos os presentes, continha o seguinte texto:

“Artigo 20, parágrafo 1º – O atual presidente (Nestor dos Santos Lima), passará a exercer as suas funções, desde a presente data, em caráter perpétuo.”

O consócio Luís da Câmara Cascudo justificou a emenda dizendo que “era justo que se prestasse uma homenagem àquele que tem sido presidente da Casa, há 25 anos, e que tem sabido continuar a obra dos seus antecessores pelo trabalho assíduo, pela respeitabilidade e pela dedicação. É justo, pois, que a ele (Nestor dos Santos Lima), prestemos essa homenagem, no dia do seu aniversário, hoje.”

O presidente em exercício, Luiz Tavares de Lyra, proclamou eleito “Presidente Perpétuo” do Instituto, Nestor dos Santos Lima, a quem foi remetido um telegrama (pois o homenageado encontrava-se no Rio de Janeiro), felicitando-o pelo seu aniversário e dando-lhe ciência do resultado da assembléia geral.

O Dr. Nestor chegou a dirigir o Instituto por 32 anos.

PADROEIRA DE NATAL

De 21 a 22 de novembro de 1953, a população de Natal celebrou o bicentenário da chegada à paróquia da Capital, da imagem que lhe serye de Padroeira, sob a invocação de Nossa Senhora da Apresentação.

Assim, a 21 teve lugar uma sessão cívica em frente à Catedral onde, ao lado de outros oradores, discursaram os consócios Luís da Câmara Cascudo (pela Comissão Executiva dos festejos) e Nestor dos Santos Lima (em nome do Instituto Histórico).

1959

AUGUSTO TAVARES DE LYRA

O Instituto fez circular o Volume LII, correspondente ao ano de 1959, todo ele dedicado à memória do Ministro Augusto Tavares de Lyra, sócio fundador e benemérito da entidade, falecido no Rio de Janeiro em 21 de dezembro de 1958.

O número circulou sob a responsabilidade da Comissão da Revista, constituída dos consócios Luís da Câmara Cascudo, Raimundo Nonato da Silva e Tarcísio da Natividade Medeiros.

Diversos artigos constaram desse volume, todos referentes à pessoa do homenageado, sendo seus autores: Luís da Câmara Cascudo, José Moreira Brandão Castelo Branco, Carlos Tavares de Lyra, José Augusto Bezerra de Medeiros, Tarcísio da Natividade Medeiros, Hélio Mamede de Freitas Galvão, etc.

1960

ESTOLA DO FREI MIGUELINHO

Na sessão de 12 de junho de 1960, foi comemorado o cinquentenário da doação da estola de Frei Miguelinho ao Instituto. Como ato inicial da solenidade, o presidente Aldo Fernandes descerrou o pano que cobria a citada estola; em seguida, o consócio Antônio Soares de Araújo discursou a respeito desse fato histórico.

Todos os presentes foram convidados para que assinassem o "Livro de Visitas" que, há 50 anos, foi usado para a solenidade da doação da estola.

Depois, todos os presentes dirigiram-se à Praça André de Albuquerque onde se realizou uma homenagem a Frei Miguelinho, pelos escoteiros do Alecrim e outras entidades, e na qual discursou o consócio Boanerges Januário Soares de Araújo.

ENÉLIO LIMA PETROVICH ELEITO PARA A PRESIDÊNCIA

Na sessão ordinária de 25 de agosto de 1963, foi lida a carta do presidente Aldo Fernandes Raposo de Melo em que renunciava à Presidência do Instituto, em caráter irrevogável, por motivo de suas inúmeras atividades.

Nessa mesma sessão, os consócios Antônio Soares de Araújo e Silvino Bezerra, respectivamente 1º e 2º vices-presidentes, alegaram motivo de saúde para não poderem assumir a Presidência.

Foi proposto, então, pelo consócio Manoel Rodrigues de Melo, o nome do Dr. Enélio Lima Petrovich para o cargo de Presidente do Instituto.

Os trabalhos foram suspensos por cinco minutos "para melhor se processar os entendimentos."

Reiniciada a sessão, foi eleito Silvino Bezerra Neto que renunciou logo ao cargo, por motivo de saúde, "agradecendo tão honrosa escolha."

Procedida nova eleição, foi escolhido em votação unânime o consócio Enélio Lima Petrovich que foi logo empossado. Para substituí-lo no cargo de 2º Secretário (eleito desde 5 de abril de 1959), foi escolhido Manoel Jácome de Lima, o qual não tomou posse por se achar ausente.

O novo presidente, Enélio Lima Petrovich, agradeceu "o sufrágio de seu nome para tão alto e honroso cargo."

Designou, de imediato, uma comissão para apresentar relatório acerca da situação em que se encontrava a biblioteca do Instituto e, ao mesmo tempo, sugestões para uma melhor e mais perfeita organização da mesma: Boanerges Januário Soares de Araújo, Tarcício da Natividade Medeiros e Eptácio Fernandes Medeiros.

Incumbiu, também, ao consócio Manoel Rodrigues de Melo "para relacionar datas de significação histórica para que o Instituto pudesse comemorá-las ou solenizá-las de acordo com os dispositivos regimentais."

1963

ENTREGA DO PELOURINHO

A 24 de dezembro de 1963, ocorreu a solenidade de entrega, pela Prefeitura Municipal de Natal ao Instituto, do pelourinho que se encontrava na Praça André de Albuquerque.

Falaram na cerimônia o Prefeito de Natal, Djalma Maranhão, e o presidente do Instituto, Enélio Lima Petrovich, que fez um relato da existência do pelourinho e agradeceu a doação, em nome do Instituto.

1964

· "SALA NESTOR LIMA"

A 29 de setembro de 1964, transcorreu uma sessão solene para comemorar a reabertura da sede própria, após a conclusão dos trabalhos de reparos, melhoramentos, limpeza interna e externa do prédio.

Foi também inaugurada a "Sala Dr. Nestor Lima", anexa ao salão nobre. A sala recebeu essa denominação porque nela foi instalada a biblioteca que pertencera ao ex-presidente do Instituto, e que o mesmo doara à entidade por disposições testamentárias.

Falando a respeito dessa doação, o presidente Enélio Lima Petrovich disse que "o Dr. Nestor dos Santos Lima fez desta casa uma célula do seu próprio corpo, um pedaço de sua alma, quase que a razão de sua vida."

Os trabalhos da sessão foram encerrados com o Hino Nacional entoado pelo coro da Escola Normal de Natal.

1965

GUERRA DO PARAGUAI

A 12 de março de 1965, realizou-se uma sessão solene em comemoração ao centenário da Guerra do Paraguai, oportunidade em que o consócio General Umberto Peregrino pronunciou uma conferência sob o tema: "A

Guerra do Paraguai na obra de Machado de Assis."

A apresentação do conferencista foi feita pelo consócio Luís da Câmara Cascudo.

MARECHAL RONDON

A sessão solene transcorrida a 5 de maio de 1965, teve como finalidade prestar homenagem à memória do sertanista Marechal Cândido Mariano Rondon, cujo centenário de nascimento celebrava-se nessa data.

O orador da sessão foi o consócio Luís Correia Soares de Araújo, que discorreu sob o tema: "A importância do Marechal Rondon na História do Brasil."

EPITÁCIO PESSOA

A 23 de maio de 1965, foi programada uma sessão solene para reverenciar a memória de Epitácio Pessoa, ex-Presidente da República, cujo centenário de nascimento transcorria nessa data.

"SEMANA CÂMARA CASCUDO"

O Instituto promoveu no período de 24 a 30 de dezembro de 1964, uma semana de estudos em homenagem ao escritor Luís da Câmara Cascudo, com a realização das seguintes conferências: "À margem de Câmara Cascudo" (de Américo de Oliveira Costa), "Poesia e Folclore" (de Newton Navarro), "Câmara Cascudo e a Academia Norte-rio-grandense de Letras" (de Aderbal de França), "Câmara Cascudo em família" (de Diógenes da Cunha Lima), "Câmara Cascudo, o musicista" (de Geraldo de Souza), "Câmara Cascudo, da Província ao Mundo" (de Nilo Pereira) e "Câmara Cascudo, o historiador" (de Manoel Rodrigues de Melo).

Durante o período das conferências houve uma exposição, no Instituto, das condecorações recebidas pelo homenageado de numerosas instituições culturais.

O Prefeito de Natal, Almirante Tertius Pires Rebelo pronunciou um discurso acerca da personalidade do homenageado, terminando por sancionar a lei que deu a denominação de Epitácio Pessoa a uma rua do bairro do Alecrim.

Discursaram, ainda, a respeito do homenageado, o consócio Luís da Câmara Cascudo e o presidente do Instituto, Enélio Lima Petrovich.

BATALHA NAVAL DO RIACHUELO

A 11 de junho de 1965, transcorreu uma sessão solene em comemoração ao centenário da Batalha do Riachuelo. .

A sessão foi presidida pelo Almirante Mário da Costa Furtado de Mendonça e a ela compareceram numerosos Oficiais da Marinha de Guerra e uma representação da Escola Doméstica de Natal, como também o Comandante da Base Naval, Capitão de Mar-e-Guerra Luís Cirilo de Albuquerque.

O orador da solenidade foi o consócio Luís da Câmara Cascudo. Em virtude da falta de energia elétrica em toda a cidade, a sessão foi realizada sob a luz de velas.

TONHECA DANTAS

A 31 de julho de 1965, realizou-se uma sessão para comemorar o centenário do nascimento do compositor norte-rio-grandense Antônio Pereira Dantas, conhecido por Tonheca Dantas.

O consócio Silvino Bezerra Neto ocupou a tribuna discorrendo sobre a biografia do homenageado, seguindo-se a palestra de Gumercindo Saraiva sob o tema: "Aspectos da vida de Tonheca Dantas."

DIA DO SOLDADO

A 25 de agosto de 1965, foi programada uma sessão solene para comemorar o "Dia do Soldado." A sessão foi presidida pelo General Gomes Tinoco, Comandante da Guarnição de Natal.

Usou da palavra o consócio Hélio Dantas que discursou a respeito de "Caxias, o cidadão e o soldado."

IMPrensa NATALENSE

O consócio José Melquíades de Macedo proferiu, na sessão de 28 de agosto de 1965, uma palestra referente à "Origem da imprensa natalense."

MANOEL MIRANDA

Na sessão solene de 19 de novembro de 1965, foi comemorada a passagem do "Dia da Bandeira."

O orador da solenidade, Luís da Câmara Cascudo, falou sobre o "fundador do Dia da Bandeira", o norte-rio-grandense Manoel Miranda, "pouco conhecido nos nossos meios culturais."

1976

MONSENHOR PEGADO CORTEZ

A 25 de agosto de 1976, foi proferida uma palestra pelo sócio efetivo Monsenhor Severino Câmara acerca da passagem do centenário de nascimento do Monsenhor Alfredo Pegado de Castro Cortez, sob o título: "Homenagem ao Monsenhor Pegado."

Na mesma ocasião, foi lançada uma plaquete de autoria de Manoel Cavalcante de Albuquerque, a respeito do homenageado.

Em nome da família, falou o romancista João Alfredo Pegado Cortez.

AUTA DE SOUZA

A 24 de setembro de 1976, ocorreu a sessão magna para homenagear a poetisa Auta de Souza, no ano do centenário de seu nascimento.

Foi orador o consócio Gumercindo Saraiva que dissertou sobre o tema: "Auta de Souza e a canção brasileira."

Também discursaram em homenagem a Auta de Souza: Manoel Rodrigues de Melo, a 9 de novembro do mesmo ano ("Auta de Souza e sua geração") e José Melquíades de Macedo, a 3 de dezembro ("Auta de Souza e seu século em Macaíba").

1977

VIGÁRIO BARTOLOMEU

A 9 de novembro de 1977, por ocasião do transcurso do centenário da morte do Vigário Bartolomeu (Bartolomeu da Rocha Fagundes), foi apresentada a palestra do consócio Enélio Lima Petrovich sob o tema: "A questão religiosa e o Rio Grande do Norte."

Também usou da palavra o consócio Luís da Câmara Cascudo.

1978

GUERRA DE CANUDOS

Como parte dos festejos dos 76 anos de fundação do Instituto, a entidade, em comum acordo com o Comando da Polícia Militar, reinaugu-

rou o monumento em homenagem aos sacrificados da Guerra de Canudos, discursando na ocasião o consócio Raimundo Nonato da Silva.

Na mesma data, 29 de março de 1978, foi efetivada uma sessão solene com uma palestra do consócio Manoel Rodrigues de Melo acerca do seguinte tema: "Evocando os heróis de Canudos."

AVIADORES ITALIANOS

Representando o Instituto, o presidente Enélio Lima Petrovich discursou em 5 de julho de 1978, ao pé da Coluna Capitolina, localizada na Praça Carlos Gomes, Baldo, quando foi comemorado o 50º aniversário da travessia Roma-Natal, realizada pelos aviadores italianos Arturo Ferrarin e Carlo Del Prete.

1980

AFONSO BEZERRA

A 8 de março de 1980, foi realizada uma sessão solene para comemorar o cinquentenário da morte de Afonso Bezerra. Foi orador da solenidade o consócio Nilo Pereira, tendo agradecido em nome da família, o poeta Gilberto Avelino.

1982

VIRGÍLIO OTÁVIO PACHECO DANTAS

A 7 de janeiro de 1982, o Instituto homenageou o sócio efetivo Virgílio Otávio Pacheco Dantas na passagem do seu centenário de nascimento.

Houve o lançamento do livro "Síntese biográfica — Virgílio Otávio Pacheco Dantas", pelo seu filho, Menerval Dantas, jornalista radicado no Rio de Janeiro.

Em nome do Instituto falou o consócio Marcos Maranhão, tendo o jornalista Menerval Dantas agradecido em nome da família do homenageado.

80º ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO

No dia 29 de março de 1982, houve a sessão solene comemorativa dos 80 anos de fundação do Instituto. O salão nobre ficou repleto de

sócios e convidados especiais, fazendo com que muitos permanecessem nas salas contíguas, por absoluta falta de espaço.

Após a abertura da sessão pelo presidente Enélio Lima Petrovich, o consócio Fernando Hippólyto da Costa ocupou a tribuna para falar dos eventos principais ocorridos nos 80 anos de atividades do Instituto.

Em seguida, houve a saudação aos novos sócios através das palavras do professor José Melquifades de Macedo e escritor Nilo Pereira.

O consócio Luís da Câmara Cascudo apresentou ainda seu depoimento acerca da trajetória vitoriosa do Instituto. A sessão foi então encerrada, tendo sido oferecido um coquetel aos presentes.

LANÇAMENTO DE LIVRO

A 28 de maio de 1982, foi realizada uma sessão conjunta com a Fundação José Augusto, ocasião em que foi lançado o livro "História do Rio Grande do Norte" (2ª edição), de autoria de Augusto Tavares de Lyra.

Esteve presente o filho do autor, escritor Carlos Tavares de Lyra.

HÉLIO GALVÃO

A 29 de julho de 1982, na sede da Academia Norte-rio-grandense de Letras, houve uma sessão solene em homenagem à memória do sócio efetivo e acadêmico Hélio Galvão, promovida pela referida Academia e pelo Instituto Histórico.

Foi orador da sessão, o sócio efetivo e acadêmico Antônio Soares Filho.

DUQUE DE CAXIAS

Com grande comparecimento de autoridades, sócios e convidados, o Instituto promoveu uma sessão solene no dia 23 de agosto de 1982, para comemorar mais um aniversário de natalício do Marechal Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, nascido em 25 de agosto de 1803.

O orador oficial foi o escritor Marcos Maranhão que falou sobre "Duque de Caxias – Estadista e Pacificador."

POLÍCIA MILITAR

A 3 de novembro de 1982, ocorreu uma sessão solene com a finalidade de comemorar mais um aniversário de criação da Polícia Militar do Rio Grande do Norte.

Foi orador o escritor Iveraldo Lopes que abordou o seguinte tema:
"Homens, Atos e Fatos da Polícia Militar."

1983

81º ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO

A sessão solene do dia 29 de março de 1983 constou de uma extensa pauta:

- a) Abertura da sessão pelo presidente Enélio Lima Petrovich;
- b) Homenagem póstuma ao Desembargador João Vicente da Costa (Sócio Benemérito), pela palavra do consócio Carlos Borges de Medeiros;
- c) Registro sobre o Instituto e saudação aos novos confrades pelo consócio Marcos Maranhão;
- d) Posse dos novos sócios e palavras do escritor Arnóbio Cabral;
- e) Inauguração da "Biblioteca Israel Nazareno";
- f) Lançamento de livros;
- g) Coquetel aos presentes.

DUQUE DE CAXIAS

Na sessão solene de 22 de agosto de 1983, destinada a reverenciar a memória do Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, pelo seu aniversário de nascimento, a 25 de agosto, ocupou a tribuna o orador e consócio Marcos Maranhão.

AUTA DE SOUZA

Na sessão de 29 de novembro de 1983, ocorreu a posse do sócio correspondente Monsenhor Primo Vieira. A saudação ao novo membro do Instituto foi feita pelo escritor e Deputado Federal Jaime Câmara.

O recém-empossado discursou a seguir, a respeito do seguinte tema:
"Auta de Souza — A dor santificada."

MARQUÊS DE TAMANDARÉ

A 8 de dezembro de 1983, o Instituto reverenciou a memória do Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré e Patrono da Marinha de Guerra do Brasil.

O conferencista foi o orador Marcos Maranhão que proferiu uma palestra com o tema: "Tamarandé e a Soberania Brasileira."

1984

MOURA RABELO

A 17 de janeiro de 1984, foi realizada uma sessão para dar posse ao novo sócio correspondente, escritor Genival Rabelo, que proferiu uma palestra enfocando a "Vida e obra de Moura Rabelo."

O novo confrade foi saudado pelo consócio Marcos Maranhão.

82º ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO

A 29 de março de 1984, transcorreu a sessão solene em homenagem aos 82 anos de fundação do Instituto. Após a abertura dos trabalhos pelo presidente Enélio Lima Petrovich, foi concedida a palavra ao escritor Nilo Pereira, que falou sobre a data comemorativa e saudou aos novos confrades que tomaram posse naquela ocasião.

O agradecimento, em nome dos empossados, foi feito pelo historiador José Octávio Arruda de Mello.

SEMANA DE CAXIAS

A 22 de agosto de 1984, foi dado posse ao novo sócio José Gurgel Guará, que foi saudado pelo consócio Fernando Hippólyto da Costa. Como estava sendo comemorada a "Semana de Caxias", o recém-empossado dissertou sobre o tema: "Caxias, o Cidadão e o Soldado, a serviço do Brasil."

MODERNISMO

A 15 de outubro de 1984, ocorreu a posse do escritor e jornalista Joaquim Inojosa, na categoria de sócio correspondente, e que proferiu uma conferência baseada no seguinte tema: "Aspectos do Modernismo."

O novo sócio foi saudado pelo confrade Paulo Macedo.

SANTOS-DUMONT

A 22 de outubro de 1984, por ocasião dos festejos da "Semana de Asa", o consócio Fernando Hippólyto da Costa ocupou a tribuna para pro-

ferir uma palestra, com projeção de "slides", a respeito do tema: "Vida e obra de Alberto Santos-Dumont, o Pai da Aviação."

DJALMA MARANHÃO

A 19 de novembro de 1984, transcorreu a sessão solene em homenagem à memória do ex-Prefeito de Natal, Djalma Maranhão.

O escritor Marcos Maranhão foi o orador da solenidade. Na ocasião, houve ainda o lançamento do livro "Cascudo – Mestre do Folclore Natalense", de autoria do homenageado.

JOSÉ AUGUSTO

A 22 de novembro de 1984, o Instituto comemorou o transcurso do centenário de nascimento do sócio benemérito José Augusto Bezerra de Medeiros.

Foi orador da sessão o sócio benemérito Aluízio Alves.

1985

TARCIŠIO MEDEIROS

Com o apoio do Instituto Histórico, a Fundação José Augusto lançou, em concorrida sessão a 20 de maio de 1985, o livro "Proto-História do Rio Grande do Norte", de autoria do escritor, professor e consócio Tarcísio da Natividade Medeiros.

JARBAS OITICICA

O Instituto promoveu uma sessão a 19 de outubro de 1985, para dar posse ao historiador Jarbas Elias da Rosa Oiticica, como sócio correspondente (Estado de Alagoas).

NIŠIA FLORESTA

A 31 de outubro de 1985, foi realizada uma sessão solene com o objetivo de comemorar o transcurso do centenário de falecimento de Nísia Floresta Brasileira Augusta como, também, do centenário de nascimento de Manoel Varela Santiago Sobrinho.

O orador oficial da solenidade foi o sócio correspondente Nilo Pereira.

JOSÉ MORETZSOHN

Na sessão de 6 de dezembro de 1985, ocorreu a posse do sócio efetivo General José Moretzsohn, Comandante da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada, com sede em Natal.

A saudação ao novo sócio foi feita pelo orador Marcos Maranhão.

O consócio recém-empossado, ocupando a tribuna, dissertou sobre tema ligado à "Geopolítica."

1 9 8 7

VIRGÍLIO GALVÃO

A sessão solene realizada em 21 de abril de 1987, destinou-se a comemorar o transcurso do 85º aniversário de fundação do Instituto, assim como o centenário de nascimento do sócio efetivo, poeta Virgílio Galvão Bezerra da Trindade.

O escritor e consócio Nilo Pereira foi o orador da solenidade. Ao final, ocorreu o lançamento de mais um número da Revista do Instituto e do "Guia do Visitante".

SILVINO BEZERRA

Na sessão de 30 de abril de 1987, foi festejado o centenário de nascimento do Desembargador Silvino Bezerra Neto, sendo orador oficial o sócio efetivo Dr. Manoel Varela de Albuquerque.

ANTÍDIO DE AZEVEDO

O centenário de nascimento do poeta e escritor Antônio Antídio de Azevedo, também sócio efetivo, foi comemorado pelo Instituto na sessão de 16 de junho de 1987.

Foram oradores da solenidade, os sócios efetivos professor Grácio Barbalho e o poeta Newton Navarro.

LUI\$ DA CÂMARA CASCUDO

A 30 de julho de 1987, transcorreu uma sessão solene destinada a reverenciar a memória do sócio benemérito Luís da Câmara Cascudo, na passagem do primeiro aniversário de falecimento.

Após a abertura dos trabalhos pelo presidente Enélio Lima Petrovich, foi ouvido o depoimento do sócio honorário Afonso Arinos de Melo Franco que enfocou a pessoa do homenageado. Em seguida, o escritor e sócio correspondente Amaury Vasconcelos apresentou uma palestra sobre o tema: "Câmara Cascudo — sua dimensão internacional."

Concluindo a sessão, houve uma brilhante evocação poética pelo sócio correspondente Jansen Filho. Agradeceu, em nome da família, o jornalista Fernando Cascudo, filho do homenageado.

NESTOR DOS SANTOS LIMA

A 10 de agosto de 1987, o Instituto comemorou o transcurso do centenário de nascimento do historiador, advogado, educador e sócio benemérito Nestor dos Santos Lima, também eleito Presidente Perpétuo do Instituto, em sessão de 1.º de agosto de 1953.

O orador da sessão solene foi o sócio efetivo Itamar de Souza que discorreu sobre o tema: "Nestor Lima — Historiador."

No dia imediato, houve outra sessão com o mesmo objetivo, sendo orador o Desembargador Anselmo Pegado Cortez o qual, no seu discurso de posse como sócio efetivo, falou a respeito de dois temas: "Nestor Lima — Advogado" e "Balbino Teixeira, uma Revelação."

A saudação ao novo sócio foi feita pelo sócio efetivo Gumercindo Saraiva. Seguindo-se essa programação em homenagem ao Dr. Nestor dos Santos Lima, no dia 12 do mesmo mês, o orador foi o sócio efetivo e escritor Manoel Rodrigues de Melo que apresentou o tema: "Nestor Lima — Educador."

POSSE DE HISTORIADORES

A 19 de novembro de 1987, ocorreu uma sessão solene, com a posse dos sócios correspondentes Egon Wolff e Frieda Wolff, e que foram saudados pelo sócio efetivo e historiador Olavo Medeiros Filho.

1988

JOÃO MEDEIROS FILHO

A 4 de fevereiro de 1988, foi realizada a sessão solene em homenagem à memória do sócio efetivo João Medeiros Filho, tendo sido orador da solenidade o sócio correspondente professor João Batista Pinheiro Cabral.

86º ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO

A 29 de março de 1988, transcorreu a sessão solene comemorativa ao 86 anos de fundação do Instituto. Na ocasião, tomaram posse como sócios efetivos: Clóvis Travassos Sarinho, Luiz Rabelo e Dorian Gray Caldas e, como sócios correspondentes: Joacil de Brito Pereira, José Tércio Fagundes Caldas, Gilberto Barbalho e Luiz Emygdio de Mello Filho.

Seguiu-se lançamento de diversos livros e coquetel oferecido aos presentes.

CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO

Em comemoração à passagem do centenário da Abolição da Escravatura, o Instituto promoveu quatro sessões solenes. A primeira, programada para 10 de maio de 1988, teve como orador o sócio efetivo Tarcísio da Natividade Medeiros, que dissertou sobre o tema: "O negro escravo — da Etnia à Abolição e os remanescentes de sua aculturação no Rio Grande do Norte."

No dia imediato, 11 de maio, discursou o sócio efetivo Itamar de Souza que apresentou o seguinte tema: "A Igreja e a escravatura no Brasil."

No dia 12 de maio, usou da palavra o sócio efetivo Raimundo Soares de Brito que falou sobre "A Abolição em Mossoró e na região."

Finalmente, a 13 de maio, a conferência da sessão foi apresentada pelo sócio honorário Almino Monteiro Álvares Afonso, que dissertou sobre "Almino Afonso e a Abolição."

PROFESSOR SEVERINO BEZERRA

A 27 de junho de 1988, foi comemorado o centenário de nascimento do sócio efetivo professor Severino Bezerra de Melo. Foram oradores dessa sessão, os sócios efetivos Veríssimo de Melo e Grácio Barbalho.

O agradecimento, em nome da família do homenageado, coube ao Desembargador Túlio Bezerra de Melo.

SESSÃO CONJUNTA

A 20 de julho de 1988, ocorreu na Ordem dos Advogados do Brasil/Seção do Rio Grande do Norte, em conjunto com o Instituto Histórico, uma sessão solene, ocasião em que foi apresentada uma conferência sobre "A Escola do Recife no Rio Grande do Norte", pelo advogado, professor universitário e consócio José Francelino de Araújo.

LUIŠ DA CÂMARA CASCU DO

Com a finalidade de reverenciar a memória do sócio benemérito Luís da Câmara Cascudo, pela passagem do segundo aniversário de falecimento, foi realizada uma sessão solene em 30 de julho de 1988, aberta pelo presidente Enélio Lima Petrovich.

Em seguida, ocorreu o cerimonial de posse do sócio e escritor Romildo Teixeira de Azevedo, tendo este sido saudado pelo jornalista Paulo Macedo, sócio efetivo da agremiação.

Discursou, então, o sócio efetivo Alvamar Furtado de Mendonça, em nome do Conselho Estadual de Cultura e Academia Norte-rio-grandense de Letras, discorrendo sobre a personalidade do notável escritor e pesquisador Luís da Câmara Cascudo.

Em nome da família do homenageado, agradeceu sua filha Anna Maria Cascudo Barreto, também sócia efetiva do Instituto.

TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY

A 16 de setembro de 1988, transcorreu uma sessão solene, ocasião em que foi empossado como sócio honorário o professor Tarcísio de Miranda Burity, Governador do Estado da Paraíba, tendo este proferido uma conferência sobre o tema: "A Paraíba no contexto histórico-cultural do Nordeste."

Na mesma sessão, o jornalista Murilo Melo Filho tomou posse como sócio correspondente. A reunião foi encerrada após os discursos dos sócios correspondentes Amaury Vasconcelos e Joacil de Brito Pereira.

JOAQUIM INÁCIO DE CARVALHO FILHO

O centenário de nascimento do historiador Joaquim Inácio de Carvalho Filho, foi comemorado em sessão de 7 de outubro de 1988, tendo sido o orador da cerimônia o sócio efetivo professor Otto de Brito Guerra.

LUIZ SOARES E DOM MARCOLINO

A 18 de outubro de 1988, o Instituto programou uma sessão solene para reverenciar a memória do professor Luiz Correia Soares de Araújo, assim como a de Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, pelo transcurso dos centenários de nascimento.

Foram oradores da solenidade, os sócios efetivos Itamar de Souza e Marcos Maranhão.

CLEMENTINO CÂMARA E GEORGINO AVELINO

Foi realizada a 23 de novembro de 1988, uma sessão solene destinada a comemorar os centenários de nascimento do educador Clementino Câmara e do Senador Georgino Avelino.

Ocuparam a tribuna os oradores da sessão, Geraldo Queiroz e Gilberto Avelino. Em seguida, ocorreu a posse do sócio efetivo, escritor e poeta Gilberto Avelino, o qual foi saudado pelo escritor e consócio Manoel Rodrigues de Melo.

Ao final da solenidade, houve o lançamento do livro "Naufrágios no litoral potiguar", de autoria do sócio efetivo Olavo de Medeiros Filho.

LUIŠ DA CÂMARA CASCU DO

A 29 de dezembro de 1988, transcorreu uma sessão solene em comemoração à passagem dos 90 anos de nascimento de Luís da Câmara Cascudo (30-12-1898 a 30-12-1988), sócio benemérito do Instituto e falecido em 1986.

Após a abertura da sessão e palavras iniciais do presidente Enélio Lima Petrovich, foi apresentado o depoimento do Deputado Federal Antônio H. B. Cunha Bueno sobre a figura de Câmara Cascudo. Seguiu-se a saudação ao escritor Francisco de Vasconcelos (sócio correspondente), feita pelo consócio Olavo de Medeiros Filho.

Concluído o cerimonial da posse, houve a apresentação da conferência do novo sócio que falou sobre: "Câmara Cascudo — Do Potengi ao Piabanha."

A sessão, que teve grande comparecimento de associados e convidados, foi encerrada com um coquetel de confraternização.

MONSENHOR SEVERINO BEZERRA

O cinquentenário de vida sacerdotal do sócio efetivo Monsenhor Severino Bezerra, foi comemorado na sessão solene de 30 de dezembro de 1988, tendo sido a saudação feita pelo professor Ulysses de Góis.

Na mesma ocasião, foi prestada uma homenagem ao sócio benemérito Luís da Câmara Cascudo que, se vivo estivesse, estaria completando naquela data, 90 anos de idade.

Falou a respeito do grande historiador, o escritor Romildo Azevedo.

"O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte não teve, em sua história, senão os elementos mais altos da dignidade cultural do mundo.

Foi a Casa da Justiça. Hoje é a Casa da Memória."

(Luís da Câmara Cascudo)

II – OS PRESIDENTES DO INSTITUTO

Da fundação do Instituto, em 1902, aos dias atuais, foram empossados oito presidentes.

- 1º) Dr. Olímpio Manoel dos Santos Vital
De 1902 a 1910 Total: 8 anos
- 2º) Desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos
De 1910 a 1916 Total: 6 anos
- 3º) Cel. Pedro Soares de Araújo
De 1916 a 1926 Total: 10 anos
- 4º) Desembargador João Dionísio Filgueira
Período para completar o mandato em face da renúncia do Cel. Pedro Soares de Araújo. Foi, portanto, uma Presidência interina, já que o Desembargador João Dionísio exercia o cargo de 1º Vice-presidente.
Ano: 1926 Total: 2 meses, 8 dias
- 5º) Desembargador Hemetério Fernandes Raposo de Melo
De 1926 a 1927 Total: 1 ano
- 6º) Dr. Nestor dos Santos Lima
De 1927 a 1959 Total: 32 anos
- 7º) Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo
De 1959 a 1963 Total: 4 anos
- 8º) Dr. Enélio Lima Petrovich
De 1963 a

NOTA – Dois presidentes faleceram no exercício da Presidência do Instituto: Olímpio Manoel dos Santos Vital e Nestor dos Santos Lima, o primeiro em 19 de fevereiro de 1910 e, o segundo em 28 de fevereiro de 1959. Coincidentemente, ambos faleceram no mês de fevereiro.
Em sessão de 1º de agosto de 1953, Nestor dos Santos Lima foi declarado “Presidente Perpétuo do Instituto.”

“Guardamos e enaltecemos as maiores e mais legítimas tradições de nosso povo. O Presente e o Passado aqui se irmanam e se reencontram, na imagem dos que, pelas suas obras, constituem exemplo impercível de honradez, obstinação e civismo.”

(Enélio Lima Petrovich, 1980)

III – AS SEDES DO INSTITUTO

O Instituto teve, nesses 92 anos de proffcuva existência, cinco sedes e realizou seis mudanças.

A primeira sede, onde ocorreu a fundação, foi na biblioteca do antigo Atheneu Norte-rio-grandense, à Avenida Junqueira Aires.

No ano seguinte, 1903, as sessões foram realizadas no prédio da Intendência Municipal (local da atual Prefeitura Municipal de Natal). Foi essa a segunda sede.

Em 1904, ocorreu nova mudança para a sua terceira sede, o prédio da antiga Justiça Federal (Rua 13 de Maio, hoje Princesa Isabel).

Em princípios de 1908 passou o Instituto a funcionar à Rua da Conceição, 622 (local atual). O prédio foi construído em 1906, no Governo Augusto Tavares de Lyra (quarta sede). Nessa época, o Supremo Tribunal de Justiça do Estado havia se instalado, também, no mesmo prédio.

Aumentando as suas instalações e crescendo a sua biblioteca, não foi possível conciliar a permanência das duas instituições dentro de um só prédio, e o Instituto transferiu-se a 3 de maio de 1926 para a casa de nº 577, na mesma rua, onde atualmente encontra-se a Assembléia Legislativa (quinta sede).

O Governo do Estado havia determinado a realização de obras no mencionado prédio, onde funcionou o Departamento de Saúde Pública, adaptando-se aos seus fins. Concluídos os trabalhos, às 13:00 horas da data supracitada, ocorreu a solenidade da instalação do Instituto, com sua biblioteca, na nova sede, cuja cerimônia de bênção foi procedida pelo Cônego Estêvam José Dantas.

Finalmente, a 21 de outubro de 1938, o Instituto procedeu a sua sexta mudança, retornando à quarta sede, à Rua da Conceição, 622, onde sempre permanecerá, pois o imóvel lhe foi doado por decreto do Interventor Federal, Dr. Rafael Fernandes Gurjão.

“O Instituto Histórico é o relicário do passado, a arca das tradições, o inventário das riquezas da História, a História do passado ou o passado da História. É um índice de civilização e cultura, ligando o passado ao presente, e o presente ao futuro. Há 50 anos, quando o

Instituto Histórico foi fundado, nós éramos futuro; hoje somos presente, e amanhã, seremos passado.

Um povo que não tem o seu Instituto Histórico não tem passado, não tem história, não tem nada. O Instituto Histórico é o marco luminoso de nossa civilização, de nossa fé católica e de nosso progresso." (Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, Arcebispo de Natal, Sócio Honorário, discursando em 29 de março de 1952).

IV – A REVISTA DO INSTITUTO

A Revista do Instituto começou a circular no ano seguinte ao da fundação da "Casa da Memória", isto é, em 1903, contando com 74 volumes publicados.

O artigo mais longo inserido na Revista do Instituto é o de autoria do sócio fundador Luiz Manoel Fernandes Sobrinho, com o título: "A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte", com 527 páginas. Foi o mesmo transcrito em seis partes, ou seja, em 6 volumes difundidos seguidamente.

O assunto mais debatido na Revista foi a chamada "Questão de Grosos", área em litígio entre os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Essa matéria, de diversos autores, foi divulgada em 16 artigos totalizando 951 páginas.

Verifica-se, pois, como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte tornou-se uma trincheira cultural em defesa das legítimas aspirações do povo norte-rio-grandense, fazendo-se ouvir através de 16 judiciosas argumentações.

O exemplar mais volumoso foi o de nº 3, correspondente ao ano de 1905, com 470 páginas.

A Revista já estampou 71 fotografias, sendo 30 somente no volume dedicado às festividades do Centenário da Independência do Brasil (Volume 19, ano de 1922).

A primeira fotografia publicada (Volume VI, ano de 1908), foi a do Senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, como homenagem ao seu falecimento ocorrido em 1907.

O primeiro número da Revista, publicado em 1903, constou de 100 páginas e custou, ao preço da época 3\$000. Foi impresso na "Gazeta do Comércio", em Natal, e na capa foi estampado um significativo pensamento: "Nada do que é grande, começou grande."

"É para isto que servem os Institutos Históricos: guardar as nossas tradições, os nossos feitos, a memória dos antepassados que fizeram a nossa grandeza e a nossa independência, tudo enfim que se relaciona com os nossos costumes, tradições, desenvolvimento, progresso, cultura, raça, etc." (Luís da Câmara Cascudo, discursando em 28 de março de 1952).

V – ALGUMAS PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO

- 1 – “Revista do Instituto”
- 2 – “Presença Norte-rio-grandense na Alçada Pernambucana”, de Raimundo Nonato
- 3 – “Breve História sobre a Província do Rio Grande do Norte”, de Manoel Ferreira Nobre, com anotações de Manoel Rodrigues de Melo
- 4 – “Luís da Câmara Cascudo – Sua vida e sua obra”
- 5 – “Os Arquitetos da História do Rio Grande do Norte”, de Enélio Lima Petrovich
- 6 – “Roteiro do Visitante do Instituto Histórico e Geográfico”
- 7 – “O Livro das Velhas Figuras” (Vol. I a VI, de Luís da Câmara Cascudo)
- 8 – “Visões e Abusões Nordestinas” (Vol. I e II), de Raimundo Nonato
- 9 – “Os franceses no Rio Grande do Norte”, de Bernard Alléguede
- 10 – “A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte”, de Augusto Tavares de Lyra
- 11 – “Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte”, de Vicente de Lemos (Vol. I) e Tarcísio da Natividade Medeiros (Vol. II)
- 12 – “Titulados do Açú”, de Francisco Amorim
- 13 – “Naufrágios no litoral potiguar”, de Olavo de Medeiros Filho.

“Nenhuma outra associação de letras conseguiu, até hoje, projetar-se na cultura norte-rio-grandense quanto o nosso querido e venerando sodalício, que a mão carinhosa dos fundadores nos outorgou e nós desejamos transmitir, íntegro e ileso, aos nossos sucessores, para a realização dos seus altos e nobres desígnios.” (Dr. Nestor dos Santos Lima, em conferência de 23 de março de 1952).

VI – ACERVO PARCIAL DO INSTITUTO

O Instituto dispõe de um precioso e variado acervo em documentos, objetos e peças históricas.

A relação que se segue é apenas uma amostragem do referido acervo e foi organizada graças a uma paciente pesquisa desenvolvida pelo sócio efetivo Olavo de Medeiros Filho.

MANUSCRITOS:

- 1) Concessões de Datas e Sesmarias, a cargo dos governos da Capitania do Rio Grande do Norte.
- 2) Ordens Reais referentes à Capitania (a partir de 1655).
- 3) Documentos diversos do Almojarifado Real (desde 1728).
- 4) Documentos diversos relativos à Fazenda Real.
- 5) Documentos sobre cobranças dos dízimos reais, nas diversas ribeiras da Capitania (desde 1702).
- 6) Documentos datados de 1709, oriundos do Senado da Câmara de Natal
- 7) Prestações de contas da Provedoria Real (1699).
- 8) Livros de Contratos (1709).
- 9) Correspondências diversas do governo da Capital (1700).
- 10) Processos de devassas (1718).
- 11) Vereações da Câmara de Natal (1714).
- 12) Assentamentos de militares do efetivo do Regimento da Capitania (1702).
- 13) Aforamentos de terrenos na Capital (1765).
- 14) Testamentos diversos (1767).
- 15) Matrículas do Regimento da Capitania (1682).
- 16) Livro de cargas de escravos (1747).
- 17) Documentação procedente da Alfândega de Natal (1678).
- 18) Registros da Folha Eclesiástica (1770).
- 19) Visitas de Bispos (1744).
- 20) Documentos referentes a batizados, casamentos e óbitos ocorridos na Capitania (a partir de 1727).
- 21) Atas das sessões do Conselho da Província (1832).

- 22) Atas das sessões da Câmara Municipal de Natal (1853).
- 23) Atas das sessões da Assembléia Legislativa.
- 24) Compromissos de Irmandades Religiosas.
- 25) Mensagens de presidentes da Província, projetos de leis, requerimentos, resoluções e outros documentos do período do Império.
- 26) Mapas estatísticos, portarias e decretos do Império (1822).
- 27) Posturas Municipais (1828).
- 28) Documentação relacionada com a Força Policial (1838).
- 29) Manuscrito original da 1ª Constituição do Rio Grande do Norte (21 de junho de 1891).
- 30) Correspondências diversas de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão endereçadas a Fabrício Pedroza, tio-avô do Dr. Sílvio Pedroza, ex-Governador do Rio Grande do Norte (de 1950 a 1954), o qual fez doação das referidas cartas ao Instituto Histórico.
- 31) Um exemplar de "Os Lusíadas", edição de 1720.
- 32) Coleção de mapas do Barão do Rio Branco.
- 33) Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (coletânea de 9 volumes, 1821 – 1823).
- 34) Primeira História do Rio Grande do Norte, de Ferreira Nobre, intitulada "Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte", editada em 1877.
- 35) Edição de 1647, de Gaspar Van Barle (Barleus), escrita em latim, descrevendo o governo de Maurício de Nassau.

PERIÓDICOS:

JORNAIS DO SÉCULO XIX: O Macauense, Gazeta do Natal, O Caixeiro, O Nortista, Brado Conservador, Rio Grande do Norte, O Santelmo e Oásis.

JORNAL DO SÉCULO XX: O Debate, Jornal de Natal, A Imprensa, Gazeta do Comércio, Jornal da Manhã, O Trabalho, O Mossoroense, Folha da Tarde, A Notícia, A Ordem, Tribuna do Norte, Diário de Natal, O Poti, Diário Oficial.

DIVERSOS:

- 1) Estola do Frei Miguelinho, um dos heróis da revolução de 1817. O recebimento dessa preciosidade foi participado na sessão de 5 de junho de 1910.

- 2) Máscara mortuária de Augusto Severo, doada pelo seu filho Sr. Sérgio Severo.
- 3) Pelourinho de pedra, do tempo do Brasil Colônia. Instalado à Praça André de Albuquerque, foi doado ao Instituto em 24 de dezembro de 1963.
- 4) Bandeiras do Brasil e da França, que Augusto Severo conduziu no Balão-dirigível "Pax", acidentado em Paris em 12 de maio de 1902.
- 5) Bandeira do 34º Batalhão de Infantaria, que participou de missões em Canudos/BA, contra os fanáticos de Antônio Conselheiro.
- 6) Brasão da Monarquia, de ferro, retirado da fachada da Cadeia Velha, em 1896 e pensando centenas de quilos.
- 7) Primeiro telefone instalado em Natal e que pertenceu à residência da viúva Sinhá Galvão.
- 8) Primeira pia batismal da Catedral de Natal.
- 9) Paramentos do 1º Bispo de Natal.
- 10) Primeiro cofre da Tesouraria da Província ("arca do sigilo").
- 11) Escrivania de Pedro Velho (1856 – 1907).
- 12) Primeiro cofre da Intendência Municipal.
- 13) Paramentos do Padre João Maria (1848 – 1905).
- 14) Coroa de flores deixada cair do "Graf Zeppelin" sobre a estátua de Augusto Severo, em 1930.

E AINDA: fotografias, diplomas, bustos, pinturas, dicionários, enciclopédias, poligrafias, condecorações, legislação, arte indígena, seção numismática, etc.

"Esta instituição (o Instituto Histórico) não é, como sabemos, uma sociedade juvenil recreativa, mas uma agremiação de trabalho perseverante e investigador: à semelhança do mineiro que desce as galerias subterrâneas à cata do precioso metal, penetramos nós com o facho da História, nas noites caliginosas do passado em busca dos elementos preciosos à construção de nossa obra." (Vicente Simões Pereira de Lemos, no discurso de posse como presidente do Instituto, em 3 de maio de 1910).

VII – OS 100 PRIMEIROS SÓCIOS

De acordo com as Atas das sessões arquivadas no Instituto, o quadro social da agremiação foi assim estruturado:

ANO: 1902

Sócios fundadores, por ordem alfabética:

PRESENTES À SESSÃO DE FUNDAÇÃO –

- 1) Alberto Maranhão
- 2) Francisco Carlos Pinheiro da Câmara
- 3) Francisco de Sales Meira e Sá
- 4) Francisco Pinto de Abreu
- 5) Joaquim Manoel Teixeira de Moura
- 6) Luiz Manoel Fernandes Sobrinho
- 7) Manoel Dantas
- 8) Olímpio Manoel dos Santos Vital
- 9) Pedro Soares de Araújo
- 10) Tomaz Landim
- 11) Veríssimo de Toledo
- 12) Vicente Simões Pereira de Lemos

REPRESENTADOS –

- 13) Augusto Tavares de Lyra
- 14) Eloy Castriciano de Souza
- 15) Joaquim Ferreira Chaves
- 16) Pedro Velho de Albuquerque Maranhão
- 17) José Bernardo de Medeiros
- 18) Antônio José de Melo e Souza
- 19) Henrique Castriciano de Souza
- 20) João Avelino Pereira de Vascelos
- 21) João Batista de Siqueira Cavalcante
- 22) José Teotônio Freire
- 23) Manoel Hemetério Raposo de Melo

- 24) Manoel Moreira Dias
- 25) Pedro Avelino
- 26) Sérgio Paes Barreto

AINDA DURANTE 1902 –

- 27) José de Calazans Pinheiro (Padre)
- 28) José Correia de Araújo Furtado
- 29) Honório Carrilho da Fonseca e Silva
- 30) João Tibúrcio da Cunha Pinheiro
- 31) Francisco Gomes Vale Miranda
- 32) Luiz Emídio Pinheiro da Câmara (BA)
- 33) José de Moraes Guedes Alcoforado (PE)
- 34) Hemetério Fernandes Raposo de Melo (Martins/RN)
- 35) Juvenal Lamartine de Farias (Acari/RN)
- 36) Luiz de Oliveira
- 37) Antônio Pereira Simões
- 38) João Dionísio Filgueira (Mossoró/RN)

ANO: 1903

- 39) Afonso Moreira de Loyola Barata
- 40) José Calistrato Carrilho de Vasconcelos
- 41) Manoel Segundo Wanderley
- 42) Manoel Lins Caldas
- 43) Pedro Soares de Araújo Amorim
- 44) Júlio Américo de Medeiros
- 45) Manoel de Carvalho e Souza
- 46) Joaquim Lourival Soares da Câmara
- 47) Jerônimo Américo Raposo da Câmara
- 48) José Paulino de Andrade (Monsenhor)
- 49) Horácio Barreto de Paiva Cavalcante
- 50) Artur José dos Reis Lisboa
- 51) Eduardo Rodrigues Tavares de Melo
- 52) Manoel Gonçalves Soares de Amorim (Padre)
- 53) Sebastião de Vasconcelos Galvão
- 54) Ângelo Caetano de Souza Cousseiro
- 55) Augusto Bezerra Cavalcante
- 56) Belizário Pernambuco
- 57) Antônio Gomes de Arruda Barreto
- 58) Felisbelo Firmo de Oliveira Freire

- 59) Francisco Vitor da Fonseca e Silva
- 60) Manoel Cícero Peregrino da Silva
- 61) Antonio Ferreira de Souza Pitanga
- 62) Antonio Gonçalves Ferreira
- 63) José Domingues Codeceira
- 64) João Batista Regueira Costa
- 65) Alfredo Ferreira de Carvalho
- 66) Júlio Maria (Padre)
- 67) Antônio Coelho Rodrigues
- 68) Manoel Pereira Reis

ANO: 1904

- 69) José Gervásio de Amorim Garcia
- 70) Herculano Ramos
- 71) Heliodoro Fernandes Barros
- 72) Luiz Tavares de Lyra
- 73) Antônio Soares de Araújo
- 74) Luiz Emídio Pinheiro da Câmara
- 75) Estêvam José Dantas (Cônego)
- 76) Mário Bhering
- 77) Vicente Férrer de Barros Wanderley
- 78) José Vieira Fazenda
- 79) João Lindolfo Câmara
- 80) Francisco de Assis de Albuquerque (Padre)
- 81) Francisco de Almeida (Cônego)
- 82) Manoel Praxedes Benevides Pimenta
- 83) Joaquim José Correia
- 84) Tomaz Garcez Paranhos Montenegro
- 85) Rui Barbosa ("A Águia de Haia")

ANO: 1905

- 86) Enéas de Araújo Torreão (RJ)
- 87) José Pereira Rego Filho (RJ)

ANO: 1906

- 88) Francisco Pinheiro de Almeida Castro
- 89) José Rodrigues de Carvalho
- 90) José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco)
- 91) Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo

ANO: 1907

92) José Correia de Araújo Furtado

ANO: 1908

93) Eduardo Marques Peixoto

94) Francisco Severino de Figueiredo (Cônego)

ANO: 1909

95) Domingos de Souza Barros

96) Sebastião Fernandes de Oliveira

97) Ezequiel Medeiros

ANO: 1910

98) Nestor dos Santos Lima

99) João de Lyra Tavares (PB)

100) Irineu Ferreira Pinto (PB).

"O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte é um reduto de homens ilustres que pelo tempo afora vem lembrando um dos passos do inesquecível conterrâneo Alberto Maranhão nos períodos em que nos governou.

Hoje, a vida do Instituto está assinalada por uma brilhante e ininterrupta atuação. Os volumes de sua Revista constituem documentário preciosíssimo do que se tem passado no Rio Grande do Norte." (Jornalista Aderbal de França, "Danilo", no "Diário de Natal", 31 de março de 1952).

VIII – AS DIRETORIAS DO INSTITUTO

DIRE- TORIA	DATA DA POSSE	PRESIDENTE	1º VICE- PRESIDENTE	2º VICE- PRESIDENTE
DIRE- TORIA	DATA DA POSSE	PRESIDENTE	1º VICE- PRESIDENTE	2º VICE- PRESIDENTE
DIRE- TORIA	DATA DA POSSE	PRESIDENTE	1º VICE- PRESIDENTE	2º VICE- PRESIDENTE
DIRE- TORIA	DATA DA POSSE	PRESIDENTE	1º VICE- PRESIDENTE	2º VICE- PRESIDENTE
DIRE- TORIA	DATA DA POSSE	PRESIDENTE	1º VICE- PRESIDENTE	2º VICE- PRESIDENTE
1ª (Pro- visória)	29.03.1902	Olimpio Manoel Santos Vital	Alberto Ma- ranhão	Não houve
2ª	12.06.1902	Idem	Vicente Simões Pereira Lemos	Antônio de Souza
3ª	03.05.1903	Idem	Idem	Idem
4ª	03.05.1904	Idem	Idem	Idem
5ª	03.05.1905	Idem	Idem	João Batista Regueira Costa
6ª	03.05.1906	Idem	Idem	Idem
7ª	03.05.1907	Idem	Idem	Idem
8ª	03.05.1908	Idem	Idem	Idem
9ª	03.05.1909	Idem	Idem	Idem
10ª	03.05.1910	Vicente Simões Pereira Lemos	Luiz Manoel Fernandes Sob.	Pedro Soares de Araújo
11ª	03.05.1911	Idem	Idem	Idem
12ª	03.05.1912	Idem	Idem	Idem
13ª	03.05.1913	Idem	Idem	Idem
14ª	03.05.1914	Idem	Idem	Idem
15ª	03.05.1915	Idem	Idem	Idem
16ª	03.05.1916	Pedro Soares de Araújo	João Dionfsio Filgueira	?

17 ^a	03.05.1917	Idem	Idem	Luiz Tavares Lyra
18 ^a	03.05.1918	Idem	Idem	Idem
19 ^d	03.05.1919	Idem	Idem	Idem
20 ^a	03.05.1920	Idem	Idem	Idem
21 ^a	03.05.1921	Idem	Idem	Idem
22 ^a	03.05.1922	Idem	Idem	Idem
23 ^a	03.05.1923	Idem	Idem	Idem
24 ^a	11.05.1924	Idem	Idem	Idem
25 ^a	03.05.1925	Idem	Idem	Idem
26 ^a	03.05.1926	Hemetério Fernandes Raposo de Melo	Idem	Idem
27 ^a	29.03.1927	Nestor dos Santos Lima	Idem	Idem
28 ^a	29.03.1929	Idem	Idem	Idem
29 ^a	29.03.1931	Idem	Idem	Idem
30 ^a	29.03.1933	Idem	Idem	Idem
31 ^a	29.03.1935	Idem	Idem	Idem
32 ^a	29.03.1937	Idem	Idem	Idem
33 ^a	29.03.1939	Idem	Idem	Idem
34 ^a	29.03.1941	Idem	Idem	Idem
35 ^a	04.04.1943	Idem	Idem	Idem
36 ^a	29.03.1945	Idem	Idem	Idem
37 ^a	29.03.1947	Idem	Idem	Idem
38 ^a	29.03.1949	Idem	Luiz Tavares de Lyra	Antônio Soares de Araújo
39 ^a	29.03.1951	Idem	Idem	Idem
40 ^a	29.03.1953	Idem	Antônio Soares de Araújo	Não houve
41 ^a	29.03.1955	Idem	Idem	?
42 ^a	29.03.1957	Idem	Idem	?
43 ^a	05.04.1959	Aldo Fernandes Raposo de Melo	Idem	Silvino Bezerra Neto
44 ^a	30.04.1961	Idem	Idem	Idem
45 ^a	20.04.1963	Enélio Lima Petrovich	Idem	Idem
46 ^a	03.04.1965	Idem	Idem	Idem
47 ^a	29.03.1967	Idem	Idem	Idem
48 ^a	29.03.1969	Idem	Idem	Manoel Rodrigues de Melo

49 ^a	29.03.1971	Idem	Idem	Idem
50 ^a	29.03.1973	Idem	Idem	Idem
51 ^a	29.03.1975	Idem	Idem	Idem
52 ^a	29.03.1977	Idem	Aldo Fernandes Raposo de Melo	Idem
53 ^a	29.03.1979	Idem	Idem	Idem
54 ^a	29.03.1981	Idem	Idem	Idem
55 ^a	29.03.1983	Idem	Idem	Idem
56 ^a	29.03.1985	Idem	Manoel Rodri- gues de Melo	Itamar de Souza
57 ^a	29.03.1987	Idem	Idem	Idem

IX – REGISTROS DIVERSOS

§ Os sócios mais idosos, já falecidos, são o Desembargador Antônio Soares de Araújo e a professora Isabel Urbana de Albuquerque Gondim (professora Isabel Gondim). Ambos faleceram com 94 anos de idade.

O médico Manoel Varela Santiago Sobrinho e Manoel Jácome de Lima, ambos sócios efetivos, faleceram com 92 anos de idade.

O sócio benemérito e notável historiador, o “maior dentre os maiores no Estado”, Luís da Câmara Cascudo, faleceu com 88 anos de idade.

§ O sócio mais jovem, já falecido, é Irineu Ferreira Pinto. Morreu aos 37 anos de idade e era sócio correspondente. O sócio fundador Veríssimo de Toledo faleceu aos 38 anos, sendo o primeiro sócio a morrer, pois há apenas 5 meses havia sido admitido ao quadro do Instituto.

§ Dois sócios faleceram no mesmo ano (1908), na mesma cidade (São José de Mipibu), e ambos possuíam a mesma letra no prenome (A): Antônio Pereira Simões (falecido em 30 de janeiro de 1908), e Ângelo Caetano de Souza Couseiro (falecido em 4 de abril de 1908).

§ Dois irmãos, ambos sócios, faleceram no mesmo ano (1916), com a diferença de apenas 2 meses e 15 dias: Luiz Emídio Pinheiro da Câmara e Francisco Carlos Pinheiro da Câmara.

§ Faleceram de forma inesperada:

– Antônio Pereira Simões (sócio efetivo) – Faleceu na estação ferroviária de São José de Mipibu, em 1908, quando viajava em trem, de Natal para Recife;

– Antônio Coelho Rodrigues (sócio honorário) – Faleceu em 1912, quando viajava em navio, entre a Europa e o Brasil, próximo à Ilha de São Vicente;

– Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (sócio fundador) – Faleceu em 1907, a bordo do navio “Brasil”, quando se encontrava fundeado no porto de Recife;

– Manoel de Oliveira Lima (sócio honorário) – Faleceu em 1928, quando se encontrava em Washington, Estados Unidos.

§ A primeira mulher que tomou posse no Instituto, a 29 de março de 1929, foi a professora Isabel Gondim, falecida aos 94 anos de idade. A segunda, foi a professora Caetana de Brito Guerra, falecida aos 85 anos, em 1988.

Em 1981, tomou posse a Sra. Maria de Lourdes Valentim Moura (sócio correspondente no Rio de Janeiro), e na sessão magna de aniversário do Instituto a 29 de março de 1982, assumiu a advogada e jornalista Anna Maria Cascudo Barreto.

A quinta mulher a ser empossada foi a historiadora Frieda Wolff, na sessão de 19 de novembro de 1987.

§ O primeiro sócio honorário do Instituto foi o Padre Júlio Maria, tendo sido recepcionado em sessão extraordinária de 10 de maio de 1903 no salão nobre do Palácio do Governo.

§ O Instituto conta com sócios correspondentes procedentes dos seguintes países: França, Espanha, Chile, Estados Unidos, Portugal, Alemanha e Argentina.

§ Os prenomes mais comuns, no quadro social do Instituto, são pela ordem: José, João, Manoel e Francisco. A grande parte dos sócios é constituída por advogados, médicos e engenheiros.

§ Uma pesquisa realizada no período de 1902 a 1982, revelou que a vida média de um sócio do Instituto é de 70 anos.

§ Inicialmente, o mandato das Diretorias compreendia o período de um ano, mas na sessão de 27 de março de 1927, programada para reformar os Estatutos do Instituto, as Diretorias da entidade passaram a ser administradas por biênio. As posses das referidas diretorias passaram a ser em 29 de março (aniversário da fundação do Instituto), em lugar de 3 de maio, como era rotina.

§ O edifício sede do Instituto foi tombado, de acordo com a Portaria 840/84-SEC, de 30 de novembro de 1984, da Fundação José Augusto, sendo o ato transcrito no Diário Oficial de 6 de dezembro de 1984.

§ A primeira conferência feita por pessoa não associada ao Instituto, na própria sede da entidade, foi realizada pelo cidadão Alfredo de Barros, que discorreu sobre "Augusto Conte", em 8 de setembro de 1908.

§ A maior oferta feita ao Instituto, nos seus primeiros 25 anos de existência, foi a doação de 307 volumes de obras diversas, sendo ofertante o consórcio José Augusto Bezerra de Medeiros, com registro em ata de sessão de 27 de novembro de 1927.

§ A primeira visita imperial ao Instituto ocorreu em 17 de julho de 1927, com as presenças do Príncipe Dom Pedro de Orleans e Bragança e seus familiares, à sessão de 17 de julho de 1927.

§ Rui Barbosa, a "Águia de Haia, consolidador da República e defensor das liberdades públicas", foi escolhido para sócio honorário do Instituto, sendo aprovado o seu nome na sessão ordinária de 5 de junho de 1904.

Dele, referiu-se o Presidente Nestor dos Santos Lima, ao afirmar em sessão de 10 de novembro de 1949; "Rui foi o patrono da causa de Grossos, célebre disputa que se desenrolou através mais de um século entre o Rio Grande do Norte e Ceará. Ele sustentou os direitos do nosso Estado ao tratar de terras limítrofes, desde a povoação de Grossos até a embocadura do Rio Mossoró, ou Apodi, no mar, e pela costa norte, até o Morro do Tibau, consagrado definitivamente como o marco do limite setentrional entre os dois Estados."

"Uma Casa como esta – a mais antiga instituição de cultura do Rio Grande do Norte – fundada em 29 de março de 1902, entre os poderes espiritual e temporal, faz renascer sempre a chama de brasilidade de nosso povo, em terras potiguares, transmitindo, de geração à geração, a mensagem séria e verdadeira, oriunda da pesquisa que amplia e engrandece o patrimônio cultural do mundo." (Presidente Enélio Lima Petrovich, março/1988).

LUIS DA CÂMARA CASCUDO

(POEMETO PARA O PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DO SEU FALECIMENTO)

Nilo Pereira
(Sócio correspondente)

Cascudo, meu bom Cascudo,
"Por serdes vós quem és",
Como diz Mário de Andrade
Em carta que te mandou.
Quem aqui fala, bem sabes,
É o Barão do Guaporé,
Cambiteiro do Verde-Nasce,
Teu amigo, teu devoto.
Não te faço o elogio,
Porque bem sei da resposta:
"É mentira, mas é gostoso".
Continuamos mentindo
No teu sagrado louvor.
E aqui me calo, temeroso
Da tua palavra final:
"Vai baixar noutro terreiro".
Aqui baixei, nesta noite,
No nosso terreiro histórico,
Para te dizer, grande mestre,
Que estás vivo, bem vivo,
Eterno no nosso lembrar.

Recife, 23 de julho de 1987

(Declamado no IHG/RN, em 30-julho-1987)

NESTOR DOS SANTOS LIMA

ASPECTOS DE SUA VIDA E OBRA

Eis a sua imagem. O perfil de Nestor dos Santos Lima ou, apenas, Nestor Lima: De baixa estatura, franzino, fronte larga, sóbrio, modesto. Meu tio-avô e padrinho duas vezes (batismo e casamento).

Ao seu lado estava quase todos os dias. Ora em sua casa, à rua da Conceição, 573, onde hoje é o prédio da Assembléia Legislativa do Estado; ora, às tardes, na calçada da antiga Livraria Cosmopolita, de Fortunato Aranha (Rua Dr. Barata — Ribeira). Com ele — recordo-me bem — velhos amigos, entre os quais Amaro Silva, Otávio Varela, Régulo Tinoco, Túlio Fernandes, Isaac Seabra, Dionísio Filgueira, Solon Aranha, Jerônimo Cabral, Silvino Bezerra Neto e seu irmão Luiz Antônio.

Ainda jovem, dele aprendi as mais perfeitas lições de Direito, ouvindo seus conselhos e ensinamentos. Tinha-o como pai e como mestre. Pai pela bondade de seu coração e mestre pela inteligência e personalidade incomparáveis. Era simples sem ser apático, perspicaz sem ser arrogante, severo sem ser estúpido, metódico sem ser exagerado e culto sem ser orgulhoso. Dois exemplos a história antiga pode oferecer-lhe: Epicteto e Catão. Humilde, bom e justo. Soube dar a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, fazendo da sublime e difícil missão de advogado um verdadeiro sacerdócio. Aplicando justiça praticou o bem, a exemplo do samaritano da passagem bíblica. Dono de um coração magnânimo, jamais se lastimou diante das mágoas e injustiças. Aos ingratos respondia sempre como o testemunho de sua conduta honrada.

Filho de Galdino dos Santos Lima e Ana Souto Lima, nasceu na cidade do Açu, terra de poetas e carnaubais, a 1^o de agosto de 1887. Era o sexto filho, entre os dez do casal, correspondendo a sexta letra do nome paterno. Fez seus estudos primários com a própria genitora, no mesmo município que lhe serviu de berço. Em 1904, terminou os preparatórios no Liceu Paraibano. Foi aluno dos professores João Tibúrcio, Zózimo Fernandes e Celestino Pimentel. Um ano depois, ingressou na Faculdade de Direito do Recife, concluindo o curso de Ciências Jurídicas e Sociais, em 16 de março de 1909. Três anos decorridos, integrando o magistério estadual, por

concurso, veio a ensinar Pedagogia, na Escola Normal do Estado e, em seguida, Pedologia, dirigindo esse estabelecimento, de 1911 a 1923.

Quando ainda diretor da referida Escola, apresentou ao então Governador Alberto Maranhão, em 31 de maio de 1913, relatório substancial, abordando os melhoramentos técnicos do ensino primário e normal da Capital Federal e do Estado de São Paulo.

Nos governos de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamarine de Faria, fora Diretor do Departamento de Educação do Estado (1924 a 1929), oportunidade em que, graças ao seu elevado espírito público, realizou importante e básica reforma no ensino primário do Rio Grande do Norte, imprimindo-lhe critérios válidos e condizentes à época.

De cultura poliforme, lecionou durante seis anos (1928 a 1934), Psicologia Infantil. Seu conhecimento no campo educacional o fez respeitado em todo o Brasil, através de encontros e congressos dos quais participou, apresentando teses e trabalhos de reconhecido valor.

Exerceu o cargo de Secretário Geral do Estado, em 1930, quando interventor o Dr. Irineu Jofili e no período, também, de Aluízio de Andrade Moura (1931), tendo sido, ainda, em 1934, Procurador Geral do Estado e membro do Conselho Penitenciário, de 1933 a 1936. Dessa última data, presidiu até o seu falecimento.

Casou-se, em 14 de outubro de 1944, com Helena Cicco dos Santos Lima, que lhe sobrevive.

Criada, em 15 de agosto de 1949, a Faculdade de Direito, foi seu Diretor e nomeado Professor de Direito Internacional Público.

Mas, em abril de 1951, transferiu-se para a cadeira de Direito Penitenciário, a qual não chegou a lecionar, pois, antes, aposentou-se compulsoriamente, aos 70 anos de idade. Teria sido meu professor, em 1959, na 1ª Turma da Faculdade. Em seu lugar ensinou-nos essa matéria o Professor Francisco Nogueira Fernandes, casado, por sinal, com uma sobrinha legítima do saudoso tio-avô, Ana Maria dos Santos Lima Nogueira Fernandes.

Para homenagear a sua memória, já no Governo Aluízio Alves, através do Decreto nº 4.251, de 06 de agosto de 1964, foi criada a Escola Estadual Nestor Lima, situada à Av. São José, s/n — bairro de Dix-Sept Rosado, nesta cidade, até hoje em pleno funcionamento.

Um dos fundadores da Academia Norte-rio-grandense de Letras, em 1936, ocupava a cadeira nº 9, sendo Patrono o tribuno e abolicionista Almino Álvares Afonso.

Eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 16 de janeiro de 1910, cujo diploma está assinado pelos historiadores Vicente Simões Pereira de Lemos (fundador e presidente),

Luiz Tavares de Lyra (1º secretário) e Cônego Estevam José Dantas (2º secretário), com data de 28 de fevereiro de 1915. Em sessão de 02 de abril de 1916, passou a Sócio Benemérito, com aprovação da mesma Diretoria.

Pelos relevantes serviços prestados à Casa da Memória Norte-rio-grandense, não só através de trabalhos de alto significado histórico regional, como, de igual modo, pelos seus méritos à frente da primeira instituição cultural do Rio Grande do Norte, elegeu-se, em 1927, Presidente Perpétuo.

Na verdade, Nestor dos Santos Lima percorreu os variados e íngremes caminhos da História, do Magistério e do Direito.

Dignificou, assim, a vetusta entidade, representando-a em inúmeros conclave nacionais, e, sobretudo, se fazia presente em todas as comemorações de cunho histórico neste Estado, projetando-o além fronteiras.

Em testamento, doou a sua valiosa biblioteca à tradicional instituição a que pertencia e presidiu, inaugurada, em sala própria com o seu nome, a 29-09-1964, com a presença de sua irmã Idila. Era sócio correspondente e honorário de vários Institutos Históricos e Geográficos, entre os quais: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e Paraná.

Jamais freqüentou os salões palacianos para pleitear cargos ou favores políticos. As funções que exerceu, por ele foram valorizadas, nunca se valendo delas com o fim de promover-se pessoalmente.

Católico por convicção, ia à missa dominical, 9 horas, na Igreja Matriz.

Nos tempos de sua meninice — dizia-me emocional e alegremente — teve a graça de ajudar o Padre e Santo João Maria, nas celebrações dos atos religiosos.

Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Rio Grande do Norte, em 23 de abril de 1932, sob nº 8.

Assim viveu este inesquecível mestre, confrade, presidente, historiador, ensaísta, advogado, poeta, escritor e jornalista.

Talvez por ironia do destino, ainda em plena atividade advocatícia, sete dias antes de falecer, viajou à sua terra de nascimento, o seu querido Açú, a fim de defender um constituinte, em ação judicial que ali tramitava. Cumpriu a tarefa com toda serenidade e competência que o advogado da parte adversa, o historiador Hélio Galvão, propôs constar, no livro de audiências do cartório, a sua participação brilhante em defesa da causa, como estudioso do Direito, há mais de cinquenta anos.

Nesta cidade do Natal, em 26 de fevereiro de 1959, quase meia noite, faleceu, para permanecer ao lado do Onipotente.

Em homenagem à sua memória, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 26 de abril do mesmo ano, sob a presidência do Prof. Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, promoveu sessão magna.

Coube ao sócio efetivo Rômulo Chaves Wanderley proferir a oração da saudade.

Na Assembléia Legislativa do Estado foi aprovado voto de pesar, pronunciando comovidos discursos os Deputados Carlos Borges de Meireiros e Olavo Montenegro.

Afinal, Nestor Lima, partindo aos 72 anos incompletos, ainda "acreditava nos ideais dos moços e para eles viveu toda a sua vida, ensinando-os, orientando-os, incentivando-os. Se não era comunicativo de palavras e de gestos, tinha aberto o coração para todos os que dele precisassem.

Queremos lembrar que era um homem simples, de hábitos arraigados, de grande persistência no trabalho. M.C". (A República – 28-02-1959).

Nos lauréis dos valores humanos, sua vida e obra se perpetuarão, como prova maior de inteligência, cultura, caráter e do amor à sua terra e à sua gente.

Natal – Agosto – 1987.

ENÉLIO LIMA PETROVICH

– Presidente –

LIVROS E TRABALHOS DE SUA AUTORIA

- 01 – A Matriz de Natal – 1909
- 02 – O Quartel Militar de Natal – 1913
- 03 – O culto da pátria e a missão dos mestres – 1913
- 04 – Síntese do nosso movimento pedagógico – 1920
- 05 – Qual é o Rio "Grande" do Norte? – 1927
- 06 – Preciosa relíquia colonial – 1927
- 07 – Um Século de ensino primário – 1927
- 08 – Unificação do Magistério Nacional – 1927
- 09 – Assu – 1929
- 10 – O Celibato Pedagógico – 1929
- 11 – Monumentos do Rio Grande do Norte – 1933
- 12 – Tradições e Glórias de Mossoró – 1936
- 13 – Municípios do Rio Grande do Norte – 1937 – 1942
- 14 – O Grande Dever – 1938
- 15 – As cinco sedes do Instituto – 1938 – 1982
- 16 – As lindes municipais através da História – 1939

- 17 – O Doutor Souto – 1941
- 18 – As razões do Brasil no atual conflito – 1942
- 19 – No dia de Augusto Severo – 1943
- 20 – Em memória do Índio Potiguar – Dom Antônio Felipe Camarão – 1943
- 21 – Desembargador Manoel André da Rocha – 1944
- 22 – Limites entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte – 1944
- 23 – Primeiro Centenário do Barão do Rio Branco – 1945
- 24 – Ruas de Natal – 1946
- 25 – O centenário da cidade de Assu – 1946
- 26 – Sobre a Fortaleza dos Reis Magos – 1950
- 27 – Em memória de Miguelinho – 1950
- 28 – A Graça na execução da pena – 1950
- 29 – Amaro Cavalcanti – 1950
- 30 – Grossos e Ruy Barbosa – 1950
- 31 – O monumento da cidade – 1950
- 32 – Preito de leal veneração no centenário de Vicente de Lemos – 1952
- 33 – Tributo ao Fundador – idem – 1952
- 34 – Dia da Pátria – 1952
- 35 – O Jubileu de Ouro do Instituto Histórico – 1953
- 36 – Algumas lendas e tradições potiguares – 1953
- 37 – Tobias Monteiro – 1953
- 38 – A verdade sobre o bicentenário da Imagem de Nossa Senhora do Rosário, venerada como Padroeira de Natal – 1953
- 39 – A Glória de Augusto Severo – 1954
- 40 – Tributo ao Mérito (a José Torfio Medina) – 1954
- 41 – Tavares de Lyra – Governador e Político – 1954
- 42 – O Clero na História do Rio Grande do Norte – 1954
- 43 – A Semana do Marinheiro – 1954
- 44 – O grande Juiz Meira e Sá – 1956.

PROGRAMAÇÃO DO CENTENÁRIO

1987

Dia 1º - Agosto - 17:30 horas – Missa na Capela N. S. de Fátima
Celebrante: Padre Teobaldo Dias Ferreira

Dia 10 - Agosto - Nestor Lima – Historiador
Sócio Efetivo Itamar de Souza

Dia 11 - Agosto - Nestor Lima – Advogado e Balbino Teixeira, uma revelação
Discurso de Posse do Des. Anselmo Pegado Cortez
Saudação: Sócio Efetivo Gumercindo Saraiva

Dia 12 - Agosto - Nestor Lima - Educador
Sócio Efetivo Manoel Rodrigues de Melo

Dia 13 - Agosto - Contribuição de Nestor Lima à História de Mossoró
Sócio Efetivo Vingt-Un Rosado
Nestor Lima em família
Considerações e depoimentos através do Sócio Efetivo
Enélio Lima Petrovich
(Coquetel aos convidados)

Local das sessões solenes: Salão Nobre do I. H. G. R. N.

Horário: 20:30 horas

A CASTANHOLA DA RIBEIRA UMA ÁRVORE BI-CENTENÁRIA

OLAVO DE MEDEIROS FILHO
Sócio Efetivo

Em 1764, casava-se em Natal o português Manuel Pinto de Castro, com Francisca Antônia Teixeira, passando a residir o casal em um sítio, localizado além da Ribeira. À porta do português estendia-se o caminho para a fortaleza, que se converteria em rua da Tatajubeira, depois 13 de Maio, e finalmente Frei Miguelinho. Até 1868, pelo menos, a Ribeira terminava à altura dos atuais Beco da Quarentena e rua Ferreira Chaves. Manuel faleceu a 6 de outubro de 1799, e sua esposa em data que não nos foi possível determinar.

O casal criou seus filhos em uma casa "de construção forte, altura regular, bom tamanho", não se sabendo se edificada de taipa ou de alvenaria. No local nasceu, entre outros rebentos, Miguel Joaquim de Almeida Castro, que tendo vindo ao mundo em 17 de setembro de 1768, professou na ordem dos frades carmelitas, a 4 de novembro de 1784. Tomando o nome de Frei Miguel de S. Bonifácio, era conhecido por todos como Frei Miguelinho. Em 1800 o referido Miguel foi secularizado, transformando-se no Padre Miguelinho. Foi ele um dos mártires da Revolução de 1817.

Uma irmã do Padre Miguelinho, chamada Bonifácia Pinto Garcia de Almeida, contraiu matrimônio com o português Francisco Xavier Garcia, Professor Régio de Gramática Latina em Natal, o qual fez parte do Governo Provisório que administrou o Rio Grande do Norte, em 1822. Devido à sua atividade de professor régio, Francisco ostentava o apelido de "O Régio"... A tradicional casa do caminho da fortaleza foi herdada dos sogros, pelo dito professor. Faleceu ele a 31 de agosto de 1828, com 60 anos. Bonifácia, sua viúva, que havia nascido em 1770, expirou a 19 de novembro de 1833.

Com o falecimento do casal Francisco Xavier Garcia – Bonifácia Pinto Garcia de Almeida, a velha casa do caminho da fortaleza passou a

pertencer ao Padre Antônio Xavier Garcia de Almeida, filho do casal, que ali residia em companhia de quatro irmãs solteiras – Antônia Joaquina, Joana, Maria Isabel Xavier de Almeida e Bernardina Xavier Garcia de Almeida, as chamadas “moças do Padre Antônio”...

O padre Antônio Xavier Garcia nasceu a 13 de abril de 1797 e faleceu a 3 de setembro de 1845. Foi Cônego honorário da Capela Imperial, Vigário interino de Natal (1830-1835), Vice-Diretor do Atheneu, professor de Filosofia, Deputado Provincial em 1835-37, reeleito para os períodos legislativos de 1838-39 e 1840-41.

Em 1904, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte pretendendo prestar uma homenagem ao Padre Miguelinho, constituiu uma comissão formada pelos sócios Joaquim Lourival Soares da Câmara e Pedro Soares de Araújo, com a finalidade de identificar o local onde existira a casa, em que nascera o Padre Miguelinho.

Um dos informantes da comissão foi o sr. Antiocho, que nos parece tratar-se de Antiocho Aprígio de Miranda, Tesoureiro do Correio Geral em Natal, no ano de 1897. Segundo esclareceu Antiocho, ainda alcançara ele, no bairro da Ribeira, um vasto terreno cercado onde moravam, em um grande rancho de palha, “duas senhoras velhas, de vida honesta”, chamadas Maria Maxixe e Leandra. Segundo Antiocho, o local onde fora construído o quartel do Batalhão de Segurança Pública, fazia parte daquele grande terreno. Hoje, tal prédio corresponde ao de nº 76 da Esplanada Silva Jardim.

Ainda, segundo Antiocho, “Adiante para o lado do nascente do quartel de Segurança hoje”, ficava a antiga casa “de construção forte, altura regular, bom tamanho”, que havia sucessivamente pertencido a Manuel Pinto de Castro, Francisco Xavier Garcia e padre Antônio Xavier Garcia de Almeida. Adiantava Antiocho, ter conhecido muito bem a referida casa. Do lado do nascente da mesma, à época em que Antiocho a conhecera, morava o velho pescador Joaquim Chumbada.

Na 51ª sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico, ocorrida a 16 de outubro de 1904, a comissão especial formada por Joaquim Lourival Soares da Câmara (Prof. Panqueca) e Pedro Soares de Araújo, “tendo procedido a escrupulosas e diligentes pesquisas”, apresentou as suas conclusões: “... infelizmente, não existe mais esse prédio que, segundo informações fidedignas e de pessoas de mais avançada idade, fora situado no bairro da Ribeira desta cidade, na rua hoje denominada Silva Jardim, em um sítio de coqueiros que então ali existira entre a propriedade da finada d. Maximina Barroca e o ponto conhecido por Canto da Ribeira”.

No dia 12 de junho de 1906, 89º aniversário da morte do Padre Miguelinho, ocorreu a posição de uma lápide comemorativa do evento,

no prédio pertencente ao quartel do Batalhão de Segurança. Segundo consta da legenda escrita na lápide, o Padre Miguelinho teria nascido naquele local, o que contrariava a informação de Antiocho e o próprio relatório da comissão. O verdadeiro local onde existira a casa dos pais do Padre Miguelinho, coincidia com o leito da Silva Jardim, trecho entre a Duque de Caxias e a Frei Miguelinho. Posteriormente ao ano de 1868, ocorreu uma expansão do bairro da Ribeira, provocando inclusive a demolição da velha casa onde morara Manuel Pinto de Castro, para dar lugar à Esplanada Silva Jardim.

O informante Antiocho dava notícia de “uma árvore secular”, existente no fundo da casa do padre Antônio Xavier, “semelhante a outra que existiu no quintal do falecido Capitão Pedro Paulo V. de Melo”. É óbvio que tais árvores seriam de uma espécie estranha à flora nativa, chamando a atenção dos moradores da Cidade...

Ao que tudo indica, a árvore existente no fundo da casa do padre Antônio Xavier, já secular em 1904, seria a tradicional e carcomida Castanhola (*Terminalia catappa* Linn., da família das Combretáceas), que ainda sobrevive no cruzamento da Duque de Caxias e Silva Jardim. A referida espécie botânica também é conhecida sob a denominação de amendoira-da-praia, tratando-se de uma árvore ornamental apropriada para terrenos à beira-mar, expostos a salinidade e ventos fortes.

Demolida a casa da Rua da Tatajubeira, teria escapado incólume a secular árvore, outrora existente na casa onde nasceu o Pe. Miguelinho.

A tradicional Castanhola da Ribeira, batizada há algum tempo como a Árvore da Cidade, merece o máximo cuidado no tocante à sua preservação, por ser ela uma verdadeira testemunha da história da Cidade do Natal.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. A Família do Padre Miguelinho, nºs 4, 5, 6, 8 e 12, in A REPÚBLICA (7, 8, 11, 13 e 19.08.1959);

FREI MIGUELINHO, in Revista do Inst. Histórico e Geográfico do R. G. do Norte, vol. IV nº 1, Janeiro-1906, p. 330;

ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE (16.10.1904), in Revista do Inst. Histórico e Geográfico do R. G. do Norte, vol. VI - nº 2, Julho-1908, pp. 330-331;

INFORMAÇÃO prestada por Antiocho, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (provavelmente em 1904). Ao que tudo indica, tratava-se de Antiocho Aprígio de Miranda. Acervo documental do Instituto Histórico e Geográfico.

DEPOIMENTO

REGINALDO FERNANDES (x)
Ex-Senador pelo Rio Grande do Norte

ENÉLIO LIMA PETROVICH — Aqui estou, em companhia do memorialista Gil Soares e do historiador Olavo de Medeiros Filho, do nosso venerando Instituto Histórico e Geográfico, para entrevista informal com o eminente conterrâneo dr. Reginaldo Fernandes de Oliveira, tisiologista de grande mérito, membro da Academia Nacional de Medicina, para ouvi-lo como amigo íntimo do saudoso Presidente Café Filho, a respeito de acontecimentos políticos.

REGINALDO FERNANDES — Antes de tudo, quero agradecer ao digno presidente de nosso Instituto Histórico a honra de vir à minha casa em companhia de dois ilustres conterrâneos. Direi o que assisti quando Café Filho teve de ocupar a Presidência da República após o inesperado suicídio de Getúlio Vargas, naquela manhã de 24 de agosto de 1954, acontecimento que provocou grande surpresa e comoção, sobretudo no Rio de Janeiro. Na véspera, houve memorial de Generais sediados aqui pedindo o afastamento do Presidente, por licença ou renúncia, a fim de que fosse solucionado, com liberdade, inquérito policial-militar já instaurado no Galeão, pela Aeronáutica, sobre o assassinato do Major Vaz pela guarda pessoal do Presidente. Então, Getúlio reuniu o Ministério, sob sua presidência, para ouvir os auxiliares. A reunião se prolongou pela madrugada não se chegando a nenhuma conclusão. Dizia o Presidente que, se fosse para sua fazenda no Rio Grande, aqueles oficiais, magoados com os acontecimentos, aqueles homens que estavam entrando e saindo no Catete sem sua ordem, sem ordem de seus auxiliares nem de sua família, para apanhar elementos da guarda pessoal e pessoas de sua família para depor no Galeão, ele naquela altura da vida não se submeteria a essa humilhação, como já dissera dias antes a Café Filho. Já haviam detido Gregório Fortunato, o chefe da guarda pessoal. Eu estava na casa de Café Filho, que vinha sendo invadida por curiosos, ávidos de conhecerem detalhes dos acontecimentos. Ele sentia-se cansado e resolveu ir repousar ali perto, na

residência de seu conterrâneo e amigo Raimundo de Brito, diretor do Hospital do IPASE. Fui despertado de madrugada pelo noticiário do rádio. Café Filho também. Parti imediatamente de automóvel para a casa de Raimundo de Brito. Lá já encontrei os senadores Pinto Aleixo e Vitorino Freire. Disse-me Café: "Estou aqui sem saber o que fazer. Não posso ir ao Palácio do Catete, que está ocupado com o cadáver do Presidente". Chegou seu secretário, Oséas Martins, que toma primeiras providências. Pediu-me Café para ir com urgência à sua casa dizer à esposa Jandira e irmã Jurandir, minhas primas legítimas, que fossem para a casa de Raimundo, irmão delas. Na saída, encontro o deputado Prado Kelly, dizendo precisar falar urgente com o Presidente (referia-se a Café Filho), pois trazia recado para ele. Café me havia dito que o que mais o preocupava era a "fogueira" da Aeronáutica no Galeão. Precisava de um Ministro da Justiça que controlasse aquele inquérito. Lembrei-lhe o nome de Seabra Fagundes. Respondeu: "Este seria muito bom. É meu conterrâneo e amigo. Jurisconsulto consumado. Mas lhe falta, infelizmente, ressonância política nacional". Volto à conversa com Prado Kelly. Café insiste na preocupação com a Aeronáutica. Então Kelly lhe diz: "Porque não convida o Brigadeiro?" Café, quando ouviu o nome do Brigadeiro, ficou como que encantado. E, ansioso, indagou: "E ele aceita?". Prado Kelly declarou, com voz firme: "Ele aceita". Abriu Café os braços e diz: "É o meu candidato". Dirigindo-se a nós, acrescentou: "Estejam às duas da tarde no Palácio das Laranjeiras quando vou assumir o governo, pois não posso fazê-lo no Catete". Em seguida, me disse: "Procure falar com o Brigadeiro Epaminondas, que é o Ministro da Aeronáutica, para fazer a transmissão do cargo". Em seguida, vejo subindo a escada aquele jurista do Estado Novo, o Francisco Campos. Café o detém. Não precisa dos serviços dele. Despede-se. Chegam também o senador Bernardes Filho, o general Sérgio Marinho e o jornalista Elmano Cardim. Tomamos os automóveis e nos dirigimos ao Palácio das Laranjeiras. Soube-se que havia distúrbio pelo centro da cidade. Políticos começaram a aparecer no Palácio. O Presidente Café mandou chamar o Chefe de Polícia e apelou: "Mantenha-se no cargo, pois estamos entrando no caos, ameaçados de guerra civil. Meu apelo é feito na condição de patriota. Permaneça em seu posto para garantir a ordem pública e social". Fomos então para o Palácio do Catete, onde nos apareceu o Chefe da Casa Civil, Lourival Fontes. Pediu a Café a manutenção de sua candidatura ao Senado por Sergipe. Isso ficou solucionado.

ENÉLIO LIMA PETROVICH – Dr. Reginaldo, quanto ao Ministério de Café o sr. poderá indicar particularidades?

– Sim. Como já disse, o primeiro Ministro escolhido foi o Brigadeiro Eduardo Gomes, homem de alto prestígio não só nas Forças Armadas como

no Brasil inteiro. Sua presença apazigou a situação. Elmano Cardim foi emissário de Café junto a várias personalidades, como ao economista Eugênio Gudin, que aceitou a pasta da Fazenda. Café chegou a convidar para a pasta da Justiça o senador Nereu Ramos, que a recusou por pretender reeleger-se. Veio então Miguel Seabra Fagundes, que desempenhou muito bem o cargo. O mesmo aconteceu com o General Juarez Távora, Chefe da Casa Militar. Coube ao senador Bernardes Filho indicar para a pasta da Educação seu correligionário professor Cândido Mota Filho. A escolha do General Teixeira Lott, considerado apolítico, para o Ministério da Guerra, foi lembrança de Juarez Távora. O governador Jânio Quadros indicou para Ministro da Viação o presidente da Usina Paulo Afonso. A escolha do Almirante Amorim do Vale para Ministro da Marinha resultou de indicação do Almirantado.

GIL SOARES — Reginaldo, porque Eugênio Gudin deixou o Ministério?

— A impressão que tenho é a de que ele havia mantido entendimentos reservados com o Governador de São Paulo. Fui apresentado, na Gávea Pequena, a dois emissários de Jânio Quadros e com eles segui para São Paulo. Lá, houve reunião. Jânio queria que na futura chapa coubesse a Juarez a Presidência e a Moura Andrade o lugar de Vice, Café Filho me dera contra-proposta, a fim de caber a Vice-Presidência a seu prezado amigo Munhoz da Rocha, governador do Paraná. Isso foi aceito.

GIL SOARES — E a vinda do Whitaker para Ministro da Fazenda?

— Este fôra Ministro da Fazenda no primeiro governo de Vargas. Era homem idoso. Gudin, talvez melindrado, não posso afirmar, telefonou ao deputado Monteiro de Castro, chefe da Casa Civil de Café Filho, para que este comunicasse ao Presidente sua renúncia ao cargo. Sua vaga foi entregue ao governador de São Paulo, o qual indicou então o Whitaker. Este apresentou plano de reforma monetária, mas Café lhe ponderou que estava em fim de governo para isso. Caberia essa tarefa ao sucessor. Whitaker não gostou e pediu demissão. Jânio Quadros indicou um de seus auxiliares para dirigir o Banco do Brasil, enquanto Café aproveitava, para ministro da Fazenda, o conterrâneo Mário Câmara, seu velho companheiro de lutas políticas.

ENÉLIO LIMA PETROVICH — Causou certa estranheza o fato de Mário Câmara haver continuado Ministro após a deposição de Café Filho, em novembro de 55?

GIL SOARES — Quero dar uma explicação. Casualmente, encontrei Mário Câmara, que tomou a iniciativa de explicar porque ficou no novo governo. Estava arrumando gavetas e dando providências para aguardar o sucessor, quando lhe apareceu uma comissão de parlamentares, à frente o deputado Flores da Cunha. Exigiram-lhe continuar como Ministro porque havia muita inquietação nos meios financeiros de Londres e Nova York a

respeito dos acontecimentos políticos de nosso país. Como ele havia permanecido naquelas cidades por longos anos, como Delegado do Tesouro Nacional, sua continuação à frente do Ministério se tornava indispensável ao próprio interesse nacional. Só por isso acabou rendendo-se à exigência daquela comissão.

ENÉLIO LIMA PETROVICH — Como aconteceu a deposição de Café Filho?

— Ele teve mais um surto de sua doença. Era cardíaco. Foi para o Hospital dos Servidores. Pelo menos, cinco ou seis crises cardíacas o acometeram, uma delas com ameaça de derrame cerebral.

ENÉLIO LIMA PETROVICH — Como o Presidente encarava a candidatura de Juscelino Kubitschek a seu sucessor?

— Em igualdade com os outros candidatos. Recebeu ele manifesto de Generais sobre a situação política decorrente do suicídio de Getúlio Vargas e sugerindo consenso para se escolher homem de alta responsabilidade e grande dignidade na sucessão presidencial. Para tratar do assunto, Café convidou em primeiro lugar Juscelino Kubitschek e lhe pedindo para vir em companhia do senador Bernardes Filho. Concordaram com a sugestão do manifesto e foi até redigida nota com a colaboração de Oséas Martins. Porém, logo mais, em outra reunião fora do Catete, o jornalista Macedo Soares ponderou: "Juscelino, falta um capítulo. É o de que, apesar disso, você mantém sua candidatura". Os presentes criaram alma nova. E o jornalista Augusto Schmidt ainda acrescentou: "Deus me poupou do sentido do Medo" — que se tornou slogan da campanha daquele candidato. Por sua vez, diante de violento editorial do jornalista Carlos de Lacerda, alegando que Juarez Távora, por seu passado, não poderia entrar em barganhas, chegou este a renunciar à candidatura. Surgiu a candidatura do senador Etelvino Lins.

O Presidente Café tratou de ir compondo o Ministério tendo em vista a marcha da sua sucessão. Escolheu o senador Marcondes Filho para a pasta da Justiça. Logo se soube que Otávio Mangabeira se rebelara, alegando não poderem se sentar na mesma mesa Eduardo Gomes e Marcondes Filho. Mas Café manteve Marcondes, seu amigo pessoal. Depois, veio para aquele Ministério o Prado Kelly, que acabou saindo com outros no "Tamandaré", mar afora, no 11 de novembro.

NOTA — O presente depoimento cuidou, ainda, de fatos e aspectos da política estadual. Café Filho considerava Reginaldo Fernandes seu maior amigo, desde a juventude. Foi em 2 de dezembro de 1945 que Reginaldo Fernandes concorreu ao pleito, como deputado, para a Constituinte Nacional. Registrou-se, em Natal, pelo Partido Comunista. Gravado em sua residência, no Rio de Janeiro, em 16-12-1987.

MENSAGEM DO CARDEAL ARCEBISPO DO RIO JANEIRO AO MONSENHOR SEVERINO BEZERRA POR OCASIÃO DOS 50 ANOS DE SACERDÓCIO

A celebração de 50 anos de Ordenação Sacerdotal constitui um extraordinário evento. Marca a fidelidade ao propósito solenemente assumido diante do Bispo, diante de Deus. Por isso mesmo, esta celebração provoca profunda alegria no coração do velho sacerdote que pode olhar meio século atrás e encontrar farto material para louvar as misericórdias divinas.

O que temos — desde a vida à nossa vocação — tudo vem das mãos de Deus. Por isso mesmo, devemos agradecer, não apenas as alegrias e as vitórias, mas também os sofrimentos e as dores. Deus as converte em motivo de retribuição na eternidade.

50 anos de Sacerdócio também nos recordam uma verdade, muito importante para a vida do padre e de todos os fiéis. Nós somos meros instrumentos nas mãos de Deus. Depois de termos trabalhado meio século pela Igreja do Senhor, diremos apenas: "Somos servos inúteis!" Fizemos o que Deus nos mandou fazer. A nada temos direito, mas confiamos ilimitadamente na bondade infinita do Senhor.

Monsenhor Severino Bezerra, conheço-o muito bem: companheiros de visitas pastorais e de muitos anos de trabalho na querida Arquidiocese de Natal.

Venho participar, com esta mensagem, da alegria deste amigo e deste colega no Sacerdócio de Jesus Cristo. E peço a Deus que o abençoe, concedendo-lhe a abundância de seus favores.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1987

Card. D. Eugênio de Araújo Sales
Arcebispo do Rio de Janeiro

A SERRA DA VILA

GIL SOARES
(Sócio Correspondente)

Em Martins, em maio de 1935, numa tarde clara, fui com Cirilino Pimenta e Temístocles Duarte passear a cavalo no atual distrito de Lagoa Nova(1), onde foi instalada, em 1763, a fazenda de gado de Manoel Carneiro de Freitas. Pernambucano de Paudalho, avô do padre Brito Guerra, senador do Império e trisavô do desembargador Felipe Guerra, que com tanta competência e dedicação estudou o problema das secas do Nordeste.

Observamos durante algum tempo o belo panorama para os lados de Patu e Caraúbas.

Em seguida, fomos até à cabeça da ladeira da Forquilha, donde se avista, aparentemente próxima, a igreja branca de Portalegre, na qual em 1828 foi sepultado aquele fazendeiro.

Um velhinho, apontando para ela, nos disse:

— Ali é a Serra da Vila.

Foi o nome que ficou, depois de chamar-se Serra dos Dormentes, de Santana, do Regente e de Dona Margarida. Nas publicações oficiais é Serra de Portalegre.

Vila que foi sede, por quase um século, do único município da Zona Oeste, o de Portalegre, criado em 1761 no reinado de Dom José I. O mais antigo do Estado depois de Natal, Arês e Ceará-Mirim.

Nele nasceu, em dezessete de abril de mil oitocentos e quarenta, o líder abolicionista Almino Afonso, quando a seu extenso território pertencia o sítio Coroatá(2).

Veio-me a tentação de ir conhecer a Vila. Dormir lá para regressar na manhã seguinte, após o banho na Fonte da Bica.

Ponderou Temístocles que o caminho secular, por ele conhecido, só era utilizado, normalmente, durante o inverno, por pedestres, por causa dos buracos abertos nas duas serras pelas grandes chuvas.

Prevaleceu a vontade da maioria.

Ele desceu à frente e fomos permitindo que o próprio animal fosse escolhendo as melhores passagens.

Muito adiante pensamos em retroceder. Mas a noite escura já havia descido sobre a região.

A parte plana entre as duas serras, formando a "forquilha", é apontada por geólogos como prova do período terciário do planeta.

Nela encontramos apenas um casebre, à beira do caminho. E desabitado.

Ainda me lembrei do verso do poeta conterrâneo José Leão Ferreira Souto:

"Voai ao puro céu da pátria minha / Aves de arribação / Entrai pelo meu lar, pobre casinha / Perdida no sertão".

Logo concluímos que, em caso de acidente, só poderíamos buscar socorro ao amanhecer.

Enfim, depois das vinte horas chegamos ao alto da Serra da Vila.

Entramos na localidade. Tudo fechado. E ainda não havia hotel ou pensão.

Uma ou outra janela era entreaberta, procurando o morador identificar os estranhos cavaleiros chegados àquela hora, das bandas da Forquilha em época de inverno.

Quem nos abriu a porta foi o juiz distrital José Alves Guimarães, com sua distinta esposa, professora Hilda Leite Guimarães, mossoroense, diretora das Escolas Reunidas Margarida de Freitas. Consideraram o acontecimento surpresa agradável e nos acolheram generosamente.

No dia seguinte, quando retornamos a Martins, sol alto, constatamos melhor os perigos por que havíamos passado. Três ou quatro vezes preferimos descer do animal e puxá-lo.

Registre-se que esse caminho foi percorrido algumas vezes, certamente de dia, no ano de 1817, pelo patriota David Targine, o elemento de ligação entre os conspiradores de Portalegre e Martins em prol da Independência do Brasil.

A ORIGEM DO NOME DO MUNICÍPIO

Manoel Antônio de Oliveira Coriolano (1835-1922) e Raimundo Nonato Ferreira da Mota (1866-1936), de Apodi, realizaram, a começar do século passado, pacientes e proveitosas pesquisas sobre a história da Zona Oeste.

Diz o segundo que o juiz de fora Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, ao subir a serra, em 1761, vindo da ribeira de Apodi, para a funda-

ção de Portalegre (há documentos com Port'Alegre e Porto Alegre), teria exclamado:

– É uma porta alegre deste lugar (antiga ladeira) se olhando para o Nascente e se descortina um panorama agradável da verdura do sertão(3).

Tal versão é mencionada, igualmente, por Manoel Dantas(4) e prefeito Antônio Martins Fernandes de Carvalho(5).

Luís da Câmara Cascudo(6) e Antônio Soares(7), meu pai, entendem se tratar, apenas, de mais uma localidade portuguesa lembrada, naqueles tempos, para denominação das que iam surgindo no Brasil. Temos no Rio Grande do Norte: Arês, Extremoz, Macau, Redinha, Vila Flor.

Foi Antônio Martins quem estudou o caso de maneira mais completa. Descobriu inclusive que a família Caldeira Castelo Branco é de Portalegre. E deduz que isso influu, decisivamente, na escolha do nome dado à nossa Serra da Vila.

Não penso assim. Então, seria natural que aquele juiz tivesse, sempre predileção por nomes do Alentejo, sua província. No entanto, ao instalar, no litoral, outra Vila, perto da barra de Cunhaú, deu-lhe o nome de Vila Flor, tirado da província de Trás-os-Montes, por sinal muito distante do mar.

Igualmente, não deve impressionar coincidência de serras, principalmente sendo uma mais alta do que a outra, já que nelas as localidades possuem topografias diversas.

Mas, quando Antônio Martins tem, a meu ver, completa razão é ao comparar, e com certa minúcia, a água de lá com a de cá.

Acrescento, a propósito, esta estrofe, sobre o Alentejo, do poeta português Antônio Sardinha:

‘Terra de coração em brasa viva / Queimando no furor canicular /
– terra de que a gente se cativa / Se a água das nascentes lhe provar’.

Afinal, para mim, a origem do nome do município está somente na água.

Portalegre, no Alentejo, tem na Fonte das Sete Bicas a melhor água de Portugal. Nosso Portalegre tem na Fonte da Bica a melhor água encontrada no Rio Grande do Norte.

MOVIMENTO PELA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Em 1817, André de Albuquerque Maranhão, coronel de Milícias e proprietário do engenho Cunhaú, deflagrou revolução pela Independência do Brasil.

Com ele e a tropa, vinha o capitão-mór Antônio Ferreira Cavalcanti, de Portalegre, seu parente.

Prenderam o governador da Capitania, José Inácio Borges.

O Governo Provisório que instalou em Natal, em 25 de março, só durou um mês. Contra-revolução vitoriosa recolheu André de Albuquerque à Fortaleza dos Reis Magos depois de ferido covardemente. Morreu no dia seguinte.

Na Zona Oeste existia conspiração com os mesmos objetivos(8). Liderava-a David Targine (David Leopoldo Targine ou David Targine Leopoldo Garocho), vinte e cinco anos, casado, criador de gados, nascido em Apodi(9).

Se a vitória do Albuquerque em Natal causou júbilo aos portalegrenses, inclusive com a celebração de Te Deum Laudamus, o fracasso do movimento foi ocultado por David Targine, que, para isso, interceptava até mensageiros do correio.

Ainda em 10 de maio, conseguiu instalar Governo Provisório na Vila, de cinco membros: Vigário João Barbosa Cordeiro, tenente-coronel Leandro Francisco de Bessa, capitão Manoel Joaquim Palácio, tenente Felipe Bandeira de Moura e sargento-mór José Francisco Vieira de Barros. Funcionou como secretário Francisco Marçal da Costa Melo. Dissolvido nove dias depois quando se teve conhecimento da realidade na Capital. Targine e o Vigário fugiram para território paraibano.

Entretanto, todos os envolvidos nos acontecimentos, em Portalegre e Martins, acabaram presos por destacamento vindo do litoral. Conduzidos sob maus tratos e humilhações, estrada afora, chegaram a Natal, donde foram remetidos para o Forte do Barbalho, na capital baiana.

O Governador Borges pediu perdão para quase todos os implicados na Capitania. Sobre ele escreveu Luís da Câmara Cascudo:

“É uma figura que se deve estudar com respeitoso carinho, fazendo realçar seus méritos que não são pequenos nem raros”.(10)

Quanto a Portalegre, o tenente-coronel Bessa precisou ser desembarcado em Recife, onde faleceu hospitalizado.

O Governador indicou prisão perpétua para Targine e degredo na Argélia, por cinco anos, para o padre Cordeiro.

Todos retornaram à nossa terra com a anistia ampla concedida em 1821 pelas Cortes de Lisboa. Exceto o líder Targine. Colocado, com ferros, em masmorra infecta, contraiu tuberculose. E morreu.

David Targine, herói da Independência, foi o André de Albuquerque da Zona Oeste.

HÁ CINQUENTA ANOS

Quando promotor público de Martins (1935-1942), sempre que tinha de ir a Portalegre o fazia com satisfação. Em 1940, levei até meu velho pai, que fora juiz de direito da comarca (1907-1909).

Ambiente social agradável. Vida tranqüila numa localidade em que todos se conheciam. Às vezes, desde a infância.

Muito raro um processo criminal. Nos casos graves, quase sempre era de fora o criminoso.

Admirava o trabalho perseverante do escrivão Odilon Ferreira de Moura. Mas, sucumbia aos poucos, de asma, lidando no cartório com livros, processos e até papéis seculares.

Nunca divergi de meu adjunto. Excelente pessoa. Apenas não apreciava esta "teimosia" com que ele expressava concordância em arrolamentos: "Nada ao pôr". Certa vez, acrescentei a lápis: "do sol". Porém o juiz passou a borracha.

O oficial de justiça Manoel Leandro do Nascimento (Manoel Miguel) fora servir em Martins. Com os antigos, aprendera usos e expressões de meirinhos reinícolas. Não esqueço quando, em leilão judicial, desafiava os interessados, solenemente, no lance final: "Afronto a face e mais não acho. Se mais achara mais tomara. Dou-lhe três".

Nem sempre a legislação municipal era bem redigida. Precisava de assessor. Pequeno agricultor me trouxe cópia de lei que lhe teria sido aplicada indevidamente. Não a atendi. Surpreendeu-me então com estas palavras: "Doutor, no dia em que as leis forem muito claras, de que é que advogado vai viver?"

Diante de prédios muito antigos, pensava nas pessoas que, nestes dois séculos, teriam certamente realizado em Portalegre aquilo que tanto emocionava Sainte-Beuve: "Nascer, viver e morrer na mesma casa".

Passando a cavalo nos estreitos caminhos da serra, poder-se-ia escutar cantos de moças, no roçado, durante as colheitas. E toadas de homens, pela noite afora, manejando aviamentos na fabricação de farinha.

Algumas dessas pessoas só apareciam na sede do município nas quatro Festas do ano.

E logo vinha a pergunta: "Moço, como vão as guerras?"

Muito longe, os povos mais civilizados se destruíam com armas calamitosas.

Aquela gente boa e simples, muito religiosa, pedia a Deus bom inverno. Para fartura e sossego nos lares. E que a venda da safrinha de algodão lhe permitisse comprar "um paninho", ou seja, vestir a família.

Dizia Gilberto Amado:

"Felicidade é sinônimo de tranqüilidade. Ser feliz é ser tranqüilo".

A DANÇA DE SÃO GONÇALO

São Gonçalo de Amarante, nascido em Portugal em 1200, deixou tradição de "santo casamenteiro".

Preocupado, segundo se dizia, em assegurar a formação cristã da família, vencia oposição injustificável a matrimônios. Acabava concubinato realizando o casamento. Conseguia, até, solucionar situação de jovem inexperiente seduzida ou infelicitada, que ganhava outrora o nome de "moça-derrotada".

Sabe-se que a Imagem do Santo chegou ao Nordeste para a Matriz de Amarante, no Piauí. E surgiram festejos os mais variados. Luís da Câmara Cascudo, na melhor de suas obras(11), esgotou o assunto. Achou até de aproveitar indagações que, a seu pedido fiz em 1939, em Portalegre, único município do Estado em que se realizava, habitualmente, a Dança de São Gonçalo.

Os rebanhos chegaram ao Nordeste vindos do reconvexo baiano, trazidos por vaqueiros de Garcia D'Ávila para Campo Maior, no Piauí. Há mais de cento e cinquenta anos(12) seu comércio se estendeu a outros Estados. E quem quiser conhecer, inclusive, aspectos bem curiosos desse comércio procure ler o precioso trabalho de Artélío Bezerra(13), de Serra Negra do Norte.

Não tenho dúvida de que boiadeiros trouxeram para Portalegre, no século passado, a Dança de São Gonçalo.

Doze jornadas, com violeiros e tambor. A última reservada ao dono da casa. As demais distribuídas com onze moças, que fizeram promessas ao Santo e se cotizaram para o ato. Formam as duas alas.

O verso mais cantado é este:

“São Gonçalo de Amarante / Casamenteiro das moças / Oh! casai-me a mim primeiro / Para então casar as outras”.

Como é compreensível, a Igreja se rebelou contra esse tipo de festejo. Principalmente porque a imagem do Santo é trazida para o local e colocado em destaque na latada.

Que eu saiba, quem primeiro conseguiu proibir isso foi o Cônego Luís Adolfo de Paula, quando vigário de Martins (1914-1915).

Mas, tudo reapareceu e com a mesma freqüência.

O pior é que, no auditório rústico, circula discretamente “cana” (aguadente) durante a exibição. Daí, certamente, espectador-repentista largar, a sua roda, verso como este, que mandei a Cascudo:

“São Gonçalo de Amarante / É feito de pau de espinho / Tem mais força no pescoço / Do que porco no focinho”.

Eis outro, na terra piauiense, em presença de Raimundo Rocha, citado pelo saudoso professor Assis Silva, que assistiu àquelas jornadas em Portalegre(14).

“São Gonçalo diz que é Santo / Mas também tem seus amores / Todo dia recebendo / Os seus raminhos de flores”.

POLÍTICA MUNICIPAL

Quem despontou, no século passado, na política municipal, com excelente futuro, foi Benvenuto Fialho (deputado provincial, 1856-1857). Infelizmente, faleceu de febre amarela, em Natal, aos trinta e cinco anos.

Ainda no Império, surgiu o chefe político local de maior prestígio até hoje: Laurindo de Paiva deputado provincial, (1886-1887), e deputado estadual (1910-1912). Dirigiu também, algumas vezes, os destinos de seu Município.

Outros deputados: Leandro Cavalcanti (1838-1839), Antônio Martins (1888-1889 e 1895-1897), Francisco Nobre (1921-1923) e Vicente do Rego (1927-1929). O primeiro era tabelião e os demais dedicavam-se a atividades agropecuárias.

Muito poucos representantes, por conseguinte.

Verifica-se assim que, desde meados do século passado, o tradicional município vem sendo muito esquecido pelos dirigentes da política norte-rio-grandense e seus governos.

Na década de 30, quando comecei na política, o quadro em Portalegre poderia ser assim definido:

- Conservadores (Partido Popular), remanescentes da política perre-pista da Primeira República;
- Liberais (Aliança Social), simpatizantes da antiga Aliança Liberal (chapa Getúlio Vargas – João Pessoa).

Na primeira corrente, que detinha a maioria do eleitorado, destacavam-se os irmãos Manoel, Gonçalo e Raimundo de Freitas Nobre, Raimundo Rodrigues Torres, (Nonato Rodrigues), Vicente do Rêgo, os irmãos Suassuna de Alencar (Francisco, Joaquim e José), Antônio do Rego Leite (Antônio Damião), Pedro de Alcântara Freitas, os irmãos Mafaldo, com o patriarca Ananias, da boa gente do Riacho da Areia. Um deles, Augusto, era meu correligionário.

Na segunda, os irmãos Antônio, Florêncio e Francisco de Freitas Nobre, Otávio Turfóbio de Souza, Agostinho Hermes de Freitas (Agostinho Fialho), José Pereira do Carmo (José Bilau), Francisco Epifânio Ribeiro, José Alves Guimarães, os irmãos Ferreira Cavalcanti, da Baixa Grande.

Como se vê, não prevalecia, ali, a concepção primária, ou tribal muito observada, no interior, na maior parte deste século – segundo a qual a família deve pertencer toda a um só partido político. O certo é que, em política e religião, cada um de seus membros tem o direito natural de seguir o caminho que escolher. É assim a Democracia.

Note-se que o progresso, na política portalegrense, tem seu ponto de partida muito elevado, pois o município sediou, na Zona Oeste, em 1817, o movimento em prol da Independência do Brasil. Registre-se, também, que havia ali, em 1763, ensino secundário.(15)

Pelo que sei, somente dois acontecimentos graves, em dia de eleição, ocorreram na vila. Em 1870, foram assassinados dentro da igreja, local do pleito, os eleitores José Marcolino de Bessa e Ricarte de tal. Em 1934, elementos exaltados, estranhos ao município, chegaram inesperadamente à vila, provocando desordens e correrias.

Nos anos trinta, Portalegre era ainda o único município do Estado em cuja sede não trafegava automóvel. Os trabalhos na rodovia, para a subida da serpa, se achavam há muito paralisados.

Coube-me, então, como deputado opositorista, apresentar projeto, transformado em lei (16), abrindo o crédito necessário à conclusão daquelas obras. Meus adversários locais receberam de bom grado essa iniciativa, re-

velando assim boa formação democrática. Entretanto, a execução da lei só ocorreu depois de 1940.

O ex-deputado Francisco Nobre, velho agricultor, disse-me em 1942 pretender terminar seus dias no Estado de Goiás(17), a exemplo de muitos nordestinos nos últimos anos.

Já no Estado Novo (1937-1945), o prefeito Manoel Nobre, antigo adversário, me ofereceu baile no salão da Prefeitura. Todavia, o mais animado de que participei aconteceu em setembro de 1935, quando o saudoso amigo e correligionário Antônio de Freitas, irmão dele, assumiu dessa vez por algumas semanas — o cargo de Prefeito. Realizou-se nos salões das Escolas Reunidas. Todos os elementos femininos compareceram de vestido encarnado, numa alegre recordação da campanha, no Nordeste, da Aliança Liberal (1929-1930).

Antônio de Freitas Nobre era fazendeiro esclarecido e progressista. Bem identificado com as diretrizes da Revolução de 30. Ganhara, injustamente, fama de "demandista". É que não queria deixar problemas aos descendentes ou sucessores. Entregava ao Judiciário a solução de dúvidas ou divergências sobre bens. Treze vezes esteve no foro cível e sempre com êxito. Sua décima-quarta e maior vitória verificou-se no Supremo Tribunal Federal quando impediu a "ressurreição" da Data Gitirana.

DATAS OU SESMARIAS

Perdoem-me tratar aqui de matéria tão remota. Mas ela reapareceu em Portalegre. E tive de estudá-la, antes e depois, por haver funcionado, como curador, em demarcação e divisão de terras.

Segundo a tradição, o português Manoel Pereira Monteiro pertencia à família de Dom Nuno Álvares Pereira(18). Este tinha trinta e um irmãos.

Decidiu fixar-se definitivamente no Brasil.

Adquiriu no Nordeste "parte" da grande Data do Espinharas, concedida em 1670 pelo Governo da Bahia e abrangendo terras das Capitânicas da Paraíba e do Rio Grande.

Pereira Monteiro precisou defender-se de ataques de tapuios e de animais ferozes. Mas construiu em 1728 residência, capela e currais. Tornou-se o fundador de Serra Negra do Norte.

De tal modo sua família conseguiu desenvolver aquelas paragens que o terceiro Manoel Pereira Monteiro (1771-1861), ao ser escolhido, em 1835,

vice-presidente da Província, já era considerado “o mais rico proprietário do Rio Grande”,(19).

Lembro mais um, que se tornou bastante conhecido nos sertões e muito se destacou nas atividades agropecuárias. Dele contam, ainda hoje, episódios bem interessantes e outros inventados por desafetos. Trata-se de Antônio Pereira Monteiro (1820–1912), o Cangalha, assim chamado por causa de defeito congênito. Padrinho de crisma de meu pai.

Sabe-se, segundo Juvenal Lamartine, que chegou a possuir em 1898 “mais de dez mil cabeças de gado, distribuídas por várias fazendas”(20). Solteirão, deixou uma propriedade para cada sobrinho. Coube assim à minha avó paterna a de nome Dinamarca, onde ela nasceu.

Esses empreendedores estenderam as atividades a outros pontos da Paraíba e de nosso Estado.

Nasceram em Pau dos Ferros(21), por exemplo, três filhos de Francisco Pereira Monteiro(22).

A família Pereira Monteiro deu ao Rio Grande do Norte o presidente Juvenal Lamartine(23) – o administrador até hoje, repito, de maiores aptidões e melhores conhecimentos para o cargo.

DATA DOS DORMENTES

Os primeiros habitantes da Serra da Vila, depois dos Índios, foram os irmãos Clemente Gomes de Amorim e Carlos Vidal Borromeu, portugueses de Coimbra, este último casado com dona Margarida de Freitas, filha do capitão-mór Manoel Nogueira Ferreira.

Já pelas limitações trazidas pela Carta Régia de 7 de dezembro de 1697, obtiveram em 1747 a concessão, ali, da Data dos Dormentes: “três léguas de comprido e uma de largo, fazendo do comprimento largura e da largura comprimento” e, principalmente, “com a condição de povoar, medir e demarcar dentro do quinquênio da lei, sob pena de se haver por devoluta e se darem a quem as pedir”.

Caiu em comisso.(24)

Do mesmo modo várias Datas, mesmo revalidadas, notadamente na Zona Oeste.

Tudo indica que a maioria dos concessionários não dispunha de capacidade ou recurso para o empreendimento. Ou apenas pretendia deixá-la, como “patrimônio”, aos descendentes/ ...

Ficaram tais sesmeiros, veja-se bem, mantidos "apenas" na posse da área que ocupavam, realmente, com efetiva cultura, havendo-se por "devoluto" o que se achasse "inculto".

A Lei 601, de 1850, foi ainda mais radical: "não se haverá por princípio de cultura para revalidação de sesmarias nem para legitimação de qualquer posse, os simples roçados, derrubadas ou queimadas de matos e campos, levantamento de ranchos ou outros atos de semelhante natureza, não sendo acompanhados de cultura EFETIVA e morada HABITUAL".(25)

Orientação governamental, por conseguinte, sadia e patriótica, visando logo a impedir latifúndios improdutivos e especulações imobiliárias à custa do patrimônio da Nação.(26)

Já José Bonifácio, o grande estadista do Império, advertia: "A propriedade só se justifica pela função social que exerce" – conceito que veio a figurar, em 1934, em texto constitucional.(27)

OUTRAS DATAS

Por incrível que pareça, o Legislativo estadual, no começo da República – através de absurda concepção do direito de propriedade – tentou "revalidar" sesmarias, as quais, como "terras devolutas", haviam sido incorporadas ao domínio do Estado por força do art. 64, da Constituição Federal de 1891.(27-a)

Como se vê, para atender, talvez, a interesses de políticos, verdadeiro atentado ao patrimônio do Estado!

O jurista Olinto Meira, ex-presidente da Província, mostrou até a inconstitucionalidade de tão aberrante iniciativa.(28)

Cabia, portanto, daí em diante, a cada interessado legitimar sua "posse", de acordo com a legislação aplicável. Até mesmo mediante compra ou aforamento ao Estado.

E os pequenos "posseiros"?...

Como o objetivo da Coroa Portuguesa fôra o de povoar e desenvolver o interior das Capitânicas, ainda a sábia Lei de 1850 tratou de lhes garantir os direitos. Os "posseiros" que cinco anos "antes" da demarcação da Data ou dez anos "depois" desses trabalhos ali se encontrassem com cultura efetiva e morada habitual não poderiam mais ser arrancados da respectiva área. Prêmio justíssimo àquela pobre gente que, sem assistência alguma, havia se embrenhado pelos sertões.

Lamentavelmente, o Governo não lhe proporcionou a necessária assistência para a obtenção dos títulos.

Ademais, havia sesmeiros gananciosos e escravocratas, servidos por malvados capitães-do-mato, que não admitiam a existência de “posseiro”. Quando muito como “rendeiro”, ou simples “morador” com vida miserável.

Aconteceu até o pior. Algumas Datas vieram a ser “integralmente” inventariadas(29). Pretendia-se trazer cessar, dessa maneira, o “comisso” em que haviam incorrido ...

Ora, como poderia brotar, de inventário assim, título “legítimo”? Como, se na época própria, não haviam sido cumpridas as “condições” da concessão da sesmaria? Se, legalmente, só restara ao sesmeiro a “parte” por ele “realmente” utilizada? ...

Devem ter sido muitas, através dos tempos, as irregularidades na aquisição de imóveis rurais.(30).

O cadastro do INCRA registrou, há poucos anos, em todo o Nordeste, 61.479 imóveis rurais, “totalmente inexplorados”, com a área conjunta de 4,7 milhões de hectares. E as propriedades rurais com área “superior” a quinhentos hectares controlam a “metade” da área total – segundo ficou apurado(31).

Talvez por isso, Pompeu Accioly Borges, ex-Diretor Regional da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), resolveu sugerir – “ante a disseminação das práticas de grilagem e de apropriação indébita de terras públicas e inclusive de terras de pequenos proprietários” – que se procedesse à “revisão” da legitimidade dos títulos de propriedade dos imóveis de grande tamanho”. Salientou que, por esse processo, o México conseguiu reaver para o domínio público mais de um milhão de hectares(32).

ESBULHOS À VISTA

Inexplicavelmente, o Código de Processo Civil e Comercial do Estado fora modificado, em 1928, a fim de que, nas ações de demarcação e divisão de terras, “todos” os interessados fossem citados “somente” por edital.(33).

Medida injusta, pois acabaria prejudicando ou dificultando a defesa de direitos de pequenos proprietários e pessoas pobres, principalmente nos sertões. Quando alguns se certificassem de que seu sítio ou pedaço de terra fora abrangido, no todo ou em parte, pela inicial da causa já poderia haver decorrido o prazo “comum” para a contestação. Além disso, tais demandas

são complexas e de curso demorado, sujeitando o contestante a elevadas despesas judiciais, inclusive honorários de advogado.

No fim da década de trinta, grandes proprietários da Zona Oeste começaram a promover ações de demarcação e divisão de Datas, na expectativa, evidente, de terem direito a mais terras.

Estive mais de um ano ausente da Promotoria, no exercício do mandato de deputado estadual. Quando reassumi o cargo, a primeira daquelas ações já se achava, sem contestação, no final da execução. Assim, começaram a me aparecer pessoas declarando-se prejudicadas com essas ações. Falaram-me até num caso doloroso: um pobre velho perdera sua terrinha, que possuía desde o começo do século, porque seu "papel" (escritura) não se vinculava ao inventário da Data. Contaram-me, também, este fato pitoresco. Ao ler, aos interessados, o primeiro esboço de partida, em forma de "fitas", anunciara o agrimensor-prático: "Fulano de tal, dois palmos de frente por meia légua de fundo". Bradara o pobre agricultor: "Desse jeito só poderia andar no que é meu de bicicleta"...

Na segunda Data, pronunciei-me como curador geral pela inviabilidade da ação.

A Carta de Sesmaria não tinha validade como título de domínio(34). Documento apenas de valor histórico.

Acresce que, como fiscal da lei e de sua execução, cumpria-me examinar os títulos trazidos aos autos à vista deste texto, sobre registros públicos, que vem desde o começo da República: "As nulidades de pleno direito, do registro, uma vez provadas, invalidam-no independentemente de ação direta"(35).

Entretanto, o aspecto mais relevante, ao meu ver, estava na "inclusão" de propriedades autônomas no traçado "escolhido" pelos promoventes mais de um século após a concessão da sesmaria... Ou, como já assinalou o Tribunal de Minas Gerais, "diversos sítios agrícolas com nomes diferentes e confrontantes diversos"(36). Donos de sítios vivendo em paz com os vizinhos, regendo-se por limites conhecidos e respeitados, há mais de trinta anos, como riacho, caminho, cerca, etc. Situações consolidadas até mesmo por usucapião, que sempre pôde ser invocado como "matéria de defesa"(37). Imóveis que não poderiam, por conseguinte, ser "cortados" por linha demarcatória e nem "incluídos" em processo divisório de Data.(38).

Dúvida a respeito de área "entre" dois sítios se resolve por demarcação parcial, amigável ou judicial e conforme as regras estabelecidas no Código Civil(39).

Se porém, "entre" eles existe o que se costuma chamar de "terras soltas", estas são "terras devolutas" e, como tais, pertencentes ao Estado. Não mais sujeitas a usucapião, a partir de 1917.(40).

FIM DO PESADELO

Para tranqüilidade geral, a ação demarcatória acima ficou paralisada em cartório. Indefinidamente.

Surgiu a terceira, mas no foro de Pau dos Ferros. Contestaram-na o médico Manoel Ferreira do Monte e outros. Também não prosseguiu.

Finalmente, a quarta foi distribuída ao Cartório Procópio, na Capital, porque os promoventes incluíram na área, que escolheram, o pequeno açude Currais, de Itaú, pertencente à União.

Os contestantes, desta vez, foram Antônio de Freitas Nobre e outros.

Por sentença de 6 de outubro de 1940, confirmada unanimemente pelo Supremo Tribunal Federal, em grau de apelação, o juiz Floriano Cavalcanti, dos feitos da Fazenda Nacional, julgou-a improcedente. Nela há este tópico bem expressivo/:

“Pela posse tácita das iniciativas pessoais, pela divisão em auto-deliberações, pela própria prescrição aquisitiva após o decurso de trinta anos, o domínio sobre a totalidade da coisa desapareceu, fragmentando-se em vários pedaços. Por conseguinte, a sesmaria “Gitirana” não é mais uma propriedade comum a diversos condôminos. É apenas a designação genérica de uma grande extensão de terra outrora existente, como muitas outras hoje não mais lembradas”.

TRINTA ANOS DEPOIS

Voltei a Portalegre em 1972.

Bondosamente acompanhado pelo prezado amigo Antônio Damião, percorri a pequena cidade.

Alguns amigos e conhecidos haviam desaparecido na morte.

Senti falta de arborização completa e apropriada nas ruas e praças. Também no caminho para a Fonte da Bica. Melhor seria que ela se estendesse à cabeça de cada ladeira próxima, para embelezamento da entrada da localidade.

O clima tão salubre, dos melhores do Nordeste, ainda desaproveitado para estabelecimento de saúde e outras finalidades adequadas.

Veio-me a saudade daqueles animados bailes em noites enluaradas. Conduzidos pelo famoso acordeonista João da Costa Melo (Janjão), vindo

de Martins. Tudo com ordem e respeito. Brilhava a encantadora simplicidade daquelas moças, todas dançando bem e torcendo para que sua única diversão social se prolongasse pela madrugada.

Enfim, com tantos desmembramentos de seu território, o grande município do reinado de Dom José I achava-se, agora, praticamente reduzido à Serra da Vila, Onde, por sinal, homens vindos de além-mar descobriram, há mais de duzentos anos, um dos lugares privilegiados deste mundo.

NOTAS

- 1) Em Lagoa Nova nasceu o coronel Demétrio Lemos (1867-1943), grande benfeitor do município. Certa vez, minha mulher, Dina Lemos Soares de Araújo (1915-1972), identificou-se como sua sobrinha, ao ser apresentada, com outras correligionárias, ao General Eurico Gaspar Dutra, o candidato de Getúlio Vargas à Presidência da República, em 1945. Dele ouviu o seguinte: "Demétrio do Rego Lemos foi meu Comandante. Como capitão mais antigo assumiu, durante algum tempo, o Comando de nosso Regimento de Cavalaria, no Rio Grande do Sul".
- 2) Seus limites, na época, eram os seguintes: "ao Norte, com a Villa da Princeza (Açu); ao Poente, com a Província do Ceará; ao Sul, com a Província da Paraíba; e ao Nascente, com o distrito de Villa Nova do Príncipe (Caicó)". J.C.R. MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil. J.P. Aillaud. — Paris, 1845 — Martins, freguesia em 2 de novembro de 1840 e município em 10 de novembro de 1841. Patu, freguesia em 1852 e município em 1890. Almino Afonso, município em 1953.
- 3) NONATO MOTA, Fundação de Portalegre, Rev. do Inst. Histórico e Geográfico, XXXV-XXXVI/124.
- 4) MANOEL DANTAS, Homens de Outrora, Pongetti Editores, Rio, 1941, pág. 77.
- 5) ANTONIO MARTINS FERREANDES DE CARVALHO, Notas para a História de Portalegre, Rio, 1953.
- 6) LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, Nomes da Terra, Fundação José Augusto, Natal, 1968, págs. 235-236.
- 7) ANTONIO SOARES, Portalegre — Origem de sua denominação, Revista citada, XXXVIII-XL, 63 a 66.

- 8) RAIMUNDO NONATO, A Zona Oeste no Movimento da Independência, "O Mossoroense", 25-11-1972; Presença Norte-Riograndense na Alçada Pernambucana, Editora Pongetti, Rio, 1971.
- 9) Revolução Republicana de 1817, Revista citada. XXXII-XXXIV, pág. 141.
- 10) CASCUDO, Governo do Rio Grande do Norte, Livraria Cosmopolita, Natal, 1939, pág. 147.
- 11) CASCUDO, Dicionário do Folclore Brasileiro, verbete GONÇALO.
- 12) OSWALDO LAMARTINE DE FARIA, Ferro e Ribeiras do Rio Grande do Norte, Coleção Mossoroense, CCXLI, Série "C", 1984, pág. 35.
- 13) ARTÉFIO BEZERRA DA CUNHA, Memórias de um Sertanejo, Editora Pongetti, Rio, 1971.
- 14) ASSIS SILVA, Sobre a Dança de São Gonçalo, Coleção Mossoroense, nº 14.
- 15) OLAVO DE MEDEIROS FILHO, Velhas Famílias do Seridó, Senado Federal, Centro Gráfico, Brasília, 1981, pág. 185.
- 16) Coletânea de Leis e Decretos Estaduais, 1936-1937.
- 17) Em Goiás, em 1959, durante Conferência Penitenciária, fui levado uma noite, por bom colega, à residência de Pedro Ludovico Teixeira. Antigo baluarte da Aliança Liberal, ex-Interventor e ex-Governador. Sem sofisticações nem gastos fabulosos, construiu a bem traçada e encantadora Goiânia. Para mim um dos grandes brasileiros. Falou-me, de preferência, no excelente trabalho de nordestinos na edificação da nova capital de seu Estado.
- 18) Dom Nuno Álvares Pereira (1360-1431). "Guerreiro, herói e santo. Condestável do Reino, Considerado "a mais alta figura da História Militar portuguesa". Quando faleceu sua filha única, casada, deixando-lhe três netos, recolheu-se ao Convento do Carmo, em Lisboa, até o fim da vida. Sua morte foi assistida pelo Rei e o príncipe Dom Diniz. Beatificado em 1918 pelo Papa Bento XV.
- 19) JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELO BRANCO, "Moreira Brandão", Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 242 – pág. 72.
- 20) JUVENAL LAMARTINE, Velhos Costumes do Meu Sertão, Fund. José Augusto, 1965, pág. 14.
- 21) OLAVO DE MEDEIROS FILHO, Obra citada, págs. 271 a 275.

- 22) FRANCISCO PEREIRA MONTEIRO foi um dos quatro eleitores da Paróquia de Pau dos Ferros que participaram, na Capital, em dezembro de 1821, da eleição de sucessão do Governo Provisório da Província (AUGUSTO TAVARES DE LYRA) A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte, Editora Pongetti, 1972, pág. 90.
- 23) Descendente de Manoel Pereira Monteiro Filho.
- 24) "Para o comisso não se exige interpelação alguma. É automático" (Supremo Tribunal Federal, Revista de Direito, 107/422).
- 25) COSTA PORTO, Sesmarialismo e Estrutura Fundiária, Revista de Direito Agrário, nº 1, págs. 41 a 45.
- 26) RAIMUNDO SOARES DE BRITO, Atas da Câmara Municipal de Mossoró, 1864-1868, pág. 110 – Informaram ao presidente da Província que João dos Reis Guilherme de Melo tem, realmente, "meios necessários para cultivar as terras situadas entre a serra que se denomina Mossoró e o sítio Santo Antônio, que requereu por aforamento ou compra ao Governo Imperial. Coleção Mossoroense, vol. CCLXVII.
- 27) Constituição Federal de 1934, art. 113, nº 17.
- 27-A) "Terras devolutas se consideram as sesmarias caídas em comisso, por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura, ensina Teixeira de Freitas no art. 53, parág. 2º de sua Consolidação" (Revista do Supremo Tribunal Federal, 49/96 a 100).
- 28) OLYNTHO JOSÉ MEIRA, Terras do Brasil, Coleção Mossoroense, vol. CCXXIV, 1982.
- 29) "As decisões em inventário não obrigam as pessoas nele não ouvidas". (Revista Forense, 112/360).
- 30) "No fim do século XVII, vemos a Câmara da Capitania do Rio Grande do Norte representado "que ali existem muitas pessoas a quem se havia dado quantidade de terras de sesmaria que não podiam cultivar, tendo algumas duas e três sesmarias de cinco e seis léguas em quadro, que vendiam e arrendavam" (MACEDO SOARES, Medição e Demarcação das Terras, ed. de 1887, pág. 396).
- 31) Tive ensejo de sugerir este texto da Constituição Estadual de 1947: "Dependerá de prévia autorização da Assembléia Legislativa a concessão de mais de cem hectares de terras devolutas à mesma pessoa, natural ou jurídica" (art. 111).
- 32) POMPEU ACCIOLY BORGES. O que a estrutura agrária impede, Jornal do Brasil, Caderno Especial, 27-11-1983.

- 33) Lei Estadual nº 710, de 8-11-1928, art. 1º.
- 34) "Conclui-se, pois, que não satisfaz o texto legal, e não esclarece a intenção de autor, a inicial que descreve o prédio com as vagas indicações e confrontações constantes em cartas de sesmarias, concessões de Datas e velhas confirmações de poses, por serem comumente incompletas, obscuras e até incertas" (ALCIDES CRUZ, Demarcação e Divisão de Terras, págs. 50-51).
"Contra a Carta de Sesmaria, como contra qualquer outro título, vale não só a posse trintenária, como a de dez e vinte anos para a prescrição" (MACEDO SOARES, obra citada, pág. 400; TITO FULGÊNCIO, Direitos de Vizinhança, ed. de 1925, pág. 76).
- 35) Decreto Federal nº 370, de 2-5-1890. Exemplo: "É nula de pleno direito a transcrição se dos extratos não constam as confrontações e características do imóvel" (Revista de Direito, 73/98).
- 36) Revista Forense, 78/541.
- 37) Supremo Tribunal Federal, Súmula 237. Em minha passagem pela Câmara dos Deputados, apresentei o Projeto 89-A, de 1950, transformado na Lei nº 2.437, de 7-3-1955, que reduziu de trinta para vinte e de vinte para quinze anos os prazos de usucapião estabelecidos no Código Civil. Ultimamente, temos até usucapião especial de cinco anos (Lei nº 8.969, de 10-12-1981).
- 38) "Não é admissível ação de demarcação quando os limites entre duas propriedades são certos, visíveis e naturais" (Revista dos Tribunais, XIX/337). "Se os limites nunca foram assinalados, mas há entre os prédios rumos respeitados por mais de trinta anos, embora constem outros dos títulos das partes, prescreve a ação finium regundorum" (MACEDO SOARES, obra citada, pág. 123).
- 39) Código Civil, arts. 569 e 570.
- 40) Supremo Tribunal Federal, Súmula 340.

HOMENAGEM A JOÃO MEDEIROS FILHO

João Batista Pinheiro Cabral
(Sócio Correspondente)

No dia trinta de julho de 1904, na cidade de Campina Grande, Paraíba, nasceu um menino que recebeu o nome de João Medeiros Filho. Seus pais, o comerciante João Medeiros Santiago e Dona Clara Sampaio de Medeiros, eram também paraibanos. Poucos anos após o nascimento do menino João, a família de João Santiago deixou a cidade de Campina Grande para fixar nova residência em Guarabira, também no Estado da Paraíba.

Na cidade de Guarabira, onde seu pai exercia as atividades de comerciante e a senhora sua mãe administrava a economia doméstica, cuidando da casa e criando os filhos, João Medeiros viveu a infância e parte da adolescência. Foi ali, naquela cidade do interior paraibano, que ele aprendeu e fixou os valores fundamentais que lhe forjaram o caráter e que lhe serviram de referencial durante toda a sua profícua existência.

Mesmo não sendo norte-rio-grandense de nascimento — fato que ele, em diversas ocasiões fez questão de tornar claro, pois nunca quis se aproveitar de aparências ou de meias-verdades —, João Medeiros Filho merecia, de pleno direito, a posse por usucapião afetivo de mais de meio século de fêrrico e jubiloso trabalho em várias esferas de atividades em nosso Estado, da irrestrita cidadania Potiguar.

Aliás, como sabemos, não são os acidentes geográficos os melhores determinantes do direito de cidadania, nem os mais justos critérios para sua outorga aos indivíduos. Recentemente, estando nos Estados Unidos da América do Norte, tive a oportunidade de assistir, pela televisão, os depoimentos de alguns cidadãos daquele país perante a Comissão do Congresso Norte-Americano que investigava o chamado escândalo "Irã-Contras". Nesse processo, um dos principais inquiridores dos acusados de violarem as leis do país, era um senador de feições orientais que falava com uma ponta de sotaque asiático. Isto foi o suficiente para que alguns hostentadores de patriotismo zarolho, de virtudes equivocadas e de nacionalismo estrábico, deixassem transparecer seus sentimentos vagos, mas injustos, de xenofobia

em relação à dureza, ou melhor dizendo, à firmeza com que o senador Daniel Inouye, um homem de feições asiáticas, questionava os acusados, todos de aparência européia brancos e saxônicos, os quais alegavam de modo genérico terem agido exclusivamente pelo patriotismo. Por um momento, os advogados dos acusados talvez tivessem até pensado em explorar esse contraste a fim de conquistar apoio e simpatia para os seus clientes. Percebendo o que acontecia, o senador Inouye, descendente de orientais, nascido no Awaí, quando este não havia ainda sido incorporado aos Estados Unidos como unidade da Federação, tirou o paletó diante dos expectadores atônitos, mostrando aos que dele pareciam duvidar, que ele não possuía um dos braços, pois o perdera durante a Segunda Guerra Mundial, lutando na Europa como soldado americano, durante um assalto que ele comandou contra um ninho de metralhadoras nazistas. Isto calou os que pensaram em por em dúvida a plenitude de sua cidadania e de sua lealdade aos Estados Unidos.

O Doutor João Medeiros Filho poderia, se quisesse, exhibir os méritos com os quais conquistou o pleno direito à cidadania norte-rio-grandense, e se não fez, foi por convicção de que a possuía, de que a conquistara de forma meritória, justa e não acidental ou geograficamente. A propósito disso, ele talvez pudesse dizer como Camões "Essas honras vão e esse ouro puro não dão o verdadeiro valor à gente, porque, melhor que tê-las sem merecer, é merecer sem as possuir." E João Medeiros Filho podia provar, como disse Luiz da Câmara Cascudo, a posse por usucapião de mais de cinquenta anos funcionais frutíferos e produtivos, da cidadania potiguar. E isto pode fazê-lo sem a menor necessidade de renúncia à sua herança e às suas raízes paraibanas.

Depois de aprender as primeiras letras em Guarabira, o jovem João Medeiros veio para Natal, a fim de continuar seus estudos, indo residir em casa de parentes próximos, seus tios e primos. Em Natal, estudou no Colégio Santo Antônio, onde concluiu o curso primário como um dos primeiros de sua classe.

Terminado o curso primário, transferiu-se para o Colégio Pio X, em João Pessoa, escola onde se preparou para prestar os exames parcelados no Liceu Paraibano, à época o educandário de maior prestígio e rigor acadêmico na capital paraibana. Na fase do Liceu Paraibano, no início da década de vinte, surgiram, na mente do jovem estudante, as dúvidas e as indefinições próprias da mocidade. É preciso não esquecer que nessa época o Brasil passava por profundas crises estruturais de natureza econômica, política social.

O sistema político inflexível, as injustiças sociais, o início do processo de industrialização, a ânsia de modernização, a chegada dos imigrantes e

os movimentos tenentistas indicavam a exaustão da tradicional política do “Café com Leite”, segundo a qual São Paulo e Minas Gerais se alternavam e se perpetuavam no Poder, isto é na Presidência e nos demais cargos importantes da República.

A década de vinte levou o país à efervescência revolucionária. Foi um período de acúmulo de tensões, com freqüentes revoltas militares. Todas essas tensões iriam finalmente explodir na chamada “Revolução de 1930”, com Getúlio Vargas, e suas reverberações em 1932, com o movimento constitucionalista de São Paulo e mais tarde, com a Intentona Comunista e a tentativa de golpe dos Integralistas, em 1935 e 1937, respectivamente.

Todos esses acontecimentos atingiram a mente e o coração do jovem João Medeiros Filho. Na ebulição dos anos vinte, após concluir seus estudos no Colégio Pio X em João Pessoa, e prestar os exames parcelados no Liceu Paraibano, ele decide estudar Direito, tornar-se advogado, matricula-se na tradicional Faculdade de Direito do Recife onde iniciou seus estudos jurídicos, mas logo resolveu interrompê-los para tentar a carreira das armas, a vida militar.

Tomada essa decisão, viajou para o Rio de Janeiro, onde conseguiu matricular-se na Escola Militar de Realengo. Sua vida de caserna durou exatamente dois anos, pois ao cabo desse tempo João Medeiros resolveu, de uma só vez, deixar a Escola Militar de Realengo, retornar ao nordeste e retomar o curso de Direito interrompido com sua ida para o Rio de Janeiro.

De volta à Faculdade de Direito do Recife João Medeiros Filho conquistou logo o respeito e a admiração dos colegas e professores. Estampando sempre um rosto sério, quase taciturno, um semblante austero, ele estava sempre disposto a ouvir pacientemente os interlocutores antes de falar. Somente após ouvir com muita atenção o que lhe era dito, ele se engajava na conversa. Habitou-se a falar baseado na leitura dos clássicos de Direito e das demais ciências sociais que lhe dão suporte. Foi um período em que se dedicou com afinco ao estudo das obras dos grandes mestres das ciências jurídicas. Desde acadêmico, desenvolveu o hábito de emitir opiniões de modo solene firmados sobre fatos concretos, envolvidos — não raramente — numa capa de fina ironia, arma da qual se tornaria mestre. Desde os anos universitários, João Medeiros Filho soube se utilizar, como poucos, da mais refinada ironia, especialmente nos embates jurídicos, para denunciar qualquer falha ou erro cometido por um adversário. E sabia fazer isto sem prejuízo da solidez da jurisprudência e da doutrina que empregava de acordo com a natureza do caso e da questão que patrocinava.

Terminado o curso de Direito, graduado Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Recife no ano de 1927, turma "Centenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil", João Medeiros Filho entrou de corpo e alma na profissão de advogado. Cumpria-se assim, um desejo alimentado desde os tempos da adolescência, quando ainda imberbe acompanhava em Guarabira os vibrantes discursos de Antônio Boto de Menezes, um brilhante orador de júri que atuou durante muitos anos no Fórum daquela cidade. O jovem advogado João Medeiros queria ser brilhante na profissão. Compenetrou-se da necessidade de estudar continuamente a fim de se manter em sintonia com as emoções universais e com a contínua evolução do pensamento jurídico. Lia tudo que era novidade e logo começou a escrever sobre os assuntos jurídicos e as questões legais de seu tempo. Disto dão testemunhos seus três primeiros trabalhos, que se intitularam NOTAS DE UM PROMOTOR PÚBLICO (1933); ELOGIO DO JURISTA (1936) e MORTE POR ELECTROPRESSÃO (1937). Neste último trabalho, João Medeiros Filho examina, de modo pioneiro no Brasil, a morte ocorrida em consequência à aplicação de descarga elétrica no corpo humano.

Em 1927, o jovem e promissor advogado João Medeiros Filho foi nomeado Promotor Público de Jardim do Seridó, em nosso querido Estado, cargo no qual permaneceu até 1930, quando passou a exercer funções idênticas na comarca de Cajazeiras, na Paraíba, por um curto período. Ainda em 1930 volta ao Rio Grande do Norte, na interventoria de Irineu Joffily, sendo nomeado Segundo Promotor da Capital, Cargo que exerceu até o início de 1936, quando foi exonerado da função pelo interventor Mário Câmara, por questão de natureza política.

Momentaneamente desgostoso com a situação política em nosso Estado, João Medeiros aceitou o convite do Interventor Gratuliano de Brito, da Paraíba, para exercer as funções de Delegado da Ordem Social naquele Estado. Com o Governo Constitucional de Argemiro de Figueiredo, foi nomeado Secretário de Segurança Pública, cargo que na época tinha a designação de Chefe de Polícia. Na Paraíba exerceu, ainda, os cargos de Prefeito de Guarabira e Diretor de A UNIÃO, órgão oficial daquele Estado. No mesmo ano de 1935, com a instalação do Governo Constitucional de Rafael Fernandes, foi por ele nomeado Chefe de Polícia, isto é, Secretário de Segurança do Rio Grande do Norte.

Foi nessa capacidade que João Medeiros Filho enfrentou os duros acontecimentos de 1935, a Intentona Comunista. Nessa Ocasão, com grande risco de vida, ele enfrentou com altivez e com dignidade as vicissitudes do breve, mas sangrento Governo Comunista que se instalou em Natal. Os violentos episódios da insurreição comunista de 1935, que o

levaram ao cárcere e quase o conduziram ao encontro de um pelotão de fuzilamento, estão magistralmente narrados em dois de seus livros que se intitularam MEU DEPOIMENTO (SOBRE A INTENTONA COMUNISTA), 1941, e 82 HORAS DE SUBVERSÃO (INTENTONA COMUNISTA), 1980. Neste último trabalho o autor responde, inclusive, as interpretações de Nelson Werneck Sodré a respeito do movimento comunista de 1935 no Rio Grande do Norte, levando a vantagem de haver ele mesmo vivido os graves momentos históricos como Chefe de Polícia, como prisioneiro dos sediciosos e como condenado à morte, situação da qual se livrou, em grande parte, pela altivez com que enfrentou os seus captores.

Contida a investida comunista de novembro de 1935 e restaurado o Governo Constitucional, o doutor João Medeiros Filho, em 1936, pediu exoneração do cargo de Chefe de Polícia do Rio Grande do Norte, por razões pessoais, e passou a dedicar-se exclusivamente à advocacia. Foi nesse período, de 1936 até 1961, que ele se tornou um dos mais brilhantes, inteligentes e atuantes advogados criminalistas do Rio Grande do Norte, do Nordeste e do Brasil, tendo participado de júris famosos onde sua exuberante oratória, seu profundo conhecimento jurídico, sua dedicação e sua refinada ironia ficaram definitivamente consagrados na história dos feitos jurídicos do Rio Grande do Norte, do Nordeste e do Brasil.

Em 1961, já consagrado nacionalmente, João Medeiros Filho foi readmitido no Ministério Público no Rio Grande do Norte, aposentando-se, três anos depois, em 1964, por tempo de serviço, isto no Governo de Aluízio Alves.

Além dos honrosos cargos públicos já mencionados, João Medeiros Filho exerceu ainda as funções dos cargos de Diretor de "A REPÚBLICA", órgão oficial do Estado do Rio Grande do Norte, no Governo de Rafael Fernandes, de Consultor Geral do Estado no Governo de José Varela e de Procurador Geral da Justiça no Governo de Aluízio Alves, de 1960 a 1965.

Na administração federal o Dr. João Medeiros exerceu dois cargos. Foi Inspetor do Ensino Secundário e Diretor da Polícia Civil em Brasília. Exerceu também o cargo de Consultor Jurídico da Confederação Nacional do Comércio, a época da Presidência do Dr. Jessé Pinto Freire, de 1957 a 1960 e, ainda, os cargos de Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, durante quatro anos, e de Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados, durante doze anos.

Além das associações profissionais acima referidas, João Medeiros Filho pertenceu às Academias Norte-Rio-Grandense de Letras e Potiguar de Letras, e era sócio efetivo da Casa da Memória Potiguar, o venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que hoje, por

iniciativa do seu brilhante e dinâmico presidente, Doutor Enélio Petrovich, lhe presta esta simples, sincera e merecida homenagem.

Além das obras já mencionadas João Medeiros, como incansável lizador que era, publicou ainda os seguintes trabalhos: DEBATE JUDICIÁRIO EM TORNO DO PROBLEMA DA LEPROSA (1941); DISCURSOS E CRÔNICAS (1941); TERRAS DEVOLUTAS (1942); DEVER DO ADVOGADO EM MATÉRIA CRIMINAL (1943); LIQUIDAÇÃO DAS DÍVIDAS DOS PECUARISTAS (1950); ANULAÇÃO DO CASAMENTO POR DOENÇA MENTAL (1952); APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DE MAGISTRADO (1952); REAJUSTE PECUÁRIO (1953); ERRO ESSENCIAL DE PESSOAL (1954); O DIREITO E AS CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (1958); CADERNOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (1966); PRESUNÇÕES E INDÍCIOS EM MATÉRIA PENAL (1977); EM DEFESA DA FACULDADE DE DIREITO (1978); IMPEACHMENT E CRIME DE RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS MUNICIPAIS (1979) e CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA INTELLECTUAL DO RIO GRANDE DO NORTE, 1.º volume, (1983).

João Medeiros Filho escreveu durante muitos anos artigos de cunho social, jurídico, econômico, político e cultural que publicava nos jornais do Rio Grande do Norte e do Brasil. Como jornalista manteve, durante anos a fio, uma seção da Tribuna do Norte de Natal e ainda publicou vários artigos em inúmeras Revistas especializadas em diversos Estados da Federação.

Como advogado, militou no Rio de Janeiro, em São Paulo, e principalmente no Rio Grande do Norte, terra de sua paixão.

João Medeiros Filho casou-se duas vezes. Em primeiras núpcias, casou-se com Dona Maria de Lourdes Fernandes, que lhe deu dois filhos, JOMAR FERNANDES MEDEIROS, Juiz em Natal, e MARIA DE LOURDES MEDEIROS GUIMARÃES, residente em Brasília. Enviuvando, o Doutor João Medeiros casou-se em segundas núpcias com a Professora de Francês do Atheneu Norte-Rio-Grandense, Dona ETELVINA CORTEZ EMERENCIANO, Dona Vina, como carinhosamente a chamava. Do segundo casamento nasceram seis filhos, a saber: Dra. ZÉLIA MEDEIROS DE LUCENA, Dr. JOÃO MEDEIROS NETO, THELMA LÚCIA DE MEDEIROS LIRA, Dr. FERNANDO LUIS EMERENCIANO DE MEDEIROS, CARLOS ALFREDO EMERENCIANO DE MEDEIROS, e TÂNIA DE MEDEIROS PHILLIPS. O Doutor João Medeiros tinha grande afeição pela família e teve a felicidade de contar mais de uma vintena de netos e mais de meia dúzia de bisnetos em sua descendência, aos quais abençoava diariamente com seu exemplo de trabalho, proffcuo, apaixonado e com seu grande espírito de humanista.

João Medeiros Filho trabalhou intensamente até os seus últimos dias de vida. Deixou uma vasta obra e um grande exemplo de vida. Não será possível, dado a exigüidade do tempo, analisar aqui toda extensão de sua contribuição ao Rio Grande do Norte, mas cabe aqui, como exemplo, uma palavra sobre o último grande trabalho acima mencionado, **CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA INTELECTUAL DO RIO GRANDE DO NORTE**, obra originalmente planejada em dois volumes, dos quais apenas um veio a lume antes do falecimento do autor. Este trabalho, segundo o Mestre Luís da Câmara Cascudo, "é uma verdadeira viagem sentimental e carinhosa na fixação das figuras que trabalharam e trabalham pela continuidade intelectual do Estado do Rio Grande do Norte". Essa obra evidencia o manuseio, a aproximação compreensiva, a ternura do entendimento na revelação da síntese julgadora, viva, feliz e pungente no calor da simpatia cordial que o autor demonstrou possuir pelos intelectuais do nosso Estado. É um trabalho que demonstra a paciência e a acuidade do jurista aplicados à análise da vida literária e da vida intelectual do Rio Grande do Norte, com informações sobre os seus homens de inteligência em quaisquer setores de suas atividades, não se limitando somente ao passado mas trazendo suas pesquisas até o presente.

A contribuição à cultura do Rio Grande do Norte de João Medeiros Filho é, pois, uma obra que pela sua abrangência e pela sua natureza quase enciclopédica, não pôde ser concluída pelo autor em seu tempo de vida. Ela é o início de um caminho e precisa ser continuada e atualizada, tarefa que, certamente, será desempenhada por um outro estudioso de nossa terra, em seu devido tempo.

Eis aqui em poucas e modestas palavras uma breve apresentação deste gigante da cultura jurídica, deste humanista, deste homem público, intímido orador e profícuo escritor, Dr. João Medeiros Filho.

Como homem voltado para a humanidade, João Medeiros Filho foi também Maçon. Entrou para a Maçonaria na Loja Filhos da Fé, da Rua Santo Antônio, tendo-lhe sido dado a luz maçônica pelo venerável Mestre Bartolomeu Fagundes, uma das mais tradicionais figuras da Maçonaria brasileira.

Durante toda sua existência, João Medeiros, foi um exemplo de coragem e dinamismo que encarnou em sua plenitude o estimulante conselho de Rui Barbosa, na "Oração aos Moços":

"NÃO HAJAIS MEDO A QUE A SORTE NOS LUDIBRIE. MAIS PODE QUE OS SEUS AZARES A CONSTÂNCIA, A CORAGEM E A VIRTUDE".

E João Medeiros Filho foi um fiel seguidor desse conselho de Rui Barbosa. Como um guerreiro que se fatiga na batalha, e para fugir, de vez em quando, dos inconvenientes e do cansaço da cidade, João Medeiros construiu na então quieta sossegada praia da Redinha o seu refúgio paradisíaco, sua shangrilá, sua passárgada. Para lá se recolhia nos seus anos de madureza para descansar, para refletir, e para realizar seu trabalho intelectual do qual todos nos beneficiamos. No seu refúgio da Redinha admitiu os amigos e nos seus passeios pela praia, conversava descontraidamente com quem encontrava. Muitos de nós aqui presentes podemos nos lembrar, com emoção, das conversas amenas, eruditas, cordiais e às vezes doutrinárias e sérias, com as quais João Medeiros Filho, Mestre do Direito, homem de cultura multiforme, nos brindava na praia da Redinha.

A Redinha representava para João Medeiros Filho, Ilha que ele, como grande espírito que era, desejava possuir, não para ficar separado dos homens, mas para poder controlar, e assim melhor desfrutar o fluxo do seu intercâmbio com seus semelhantes. Este sentimento difícil de descrever, foi magistralmente captado e transmitido por CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE no seu Poema-Crônica *Passeios na Ilha*, onde se lê:

“QUANDO ME ACONTECE ALGUMA PECÚNIA, PASSANTE DE UM MILHÃO DE CRUZEIROS, COMPRO UMA ILHA, NÃO MUITO LONGE DO LITORAL, QUE O LITORAL FAZ FALTA; NEM TÃO PERTO TAMBÉM, QUE DE LÁ POSSA EU ASPIRAR A FUMAÇA E A GRAXA DO PORTO. MINHA ILHA (E SÓ DE A IMAGINAR JÁ ME CONSIDERO SEU HABITANTE) FICARÁ NO JUSTO PONTO DE LATITUDE E LONGITUDE QUE, NEM ME AFASTE DEMASIADO DOS HOMENS NEM ME OBRIGUE A PRATICÁ-LOS DIUTURNAMENTE. PORQUE ESTA É A CIÊNCIA E, DIREI, A ARTE DO BEM VIVER; UMA FUGA RELATIVA E UMA NÃO MUITO ESTOUVADA CONFRA-TERNIZAÇÃO.

Este pondo de equilíbrio João Medeiros Filho soube alcançar no seu refúgio de Redinha.

Quando em 22 de fevereiro de 1987, no Cemitério Parque, aqui em Natal, o seu corpo baixou à sepultura, a cultura do Rio Grande do Norte e do Brasil ficaram mais pobres.

E, como disse o Dr. Enélio Lima Petrovich, Presidente desta casa, no discurso que fez ao pé do túmulo, naquele dia o grande espírito de João

Medeiros Filho entrou no céu — tal como no poema de Bandeira — sem precisar pedir licença.

Ao concluir, em meu nome, dos confrades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, e da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, quero transmitir à família de João Medeiros Filho, aqui simbolizada na pessoa de sua digníssima esposa Dona Etelvina Cortez Emerenciano Medeiros, Dona Vina, nossa mais sincera homenagem e o pleno reconhecimento do trabalho incessante e valoroso que ele denodamente desenvolveu em terras potiguares por mais de meio século.

(Discurso proferido na sessão solene
do IHG/RN - 4 de fevereiro de 1988)

DISCURSO DE POSSE – IHGRN

JOACIL DE BRITTO PEREIRA
(Sócio Correspondente)

Ao investir-me como sócio deste Instituto, repositório das tradições históricas do Rio Grande do Norte, sinto-me dominado por intensas emoções. São, ao mesmo tempo, tão fortes; tão variadas e tão belas que não sei defini-las. Só a prodigiosa imaginação dos poetas pode, na verdade, expressá-las. Valho-me; assim, de Augusto dos Anjos ao proclamar que, em meu peito, nesta hora festiva, “um nune de amor em serenatas / canta a aleluia virginal das crenças”. Ao mesmo passo, volto-me para o meu passado de criança, e me fascina aquela visão de Verlaine: “numa revoada azul de pássaros cantando / descem-me ao coração as saudades em bando.”

★ ★ ★

Não sou um prófugo, fugitivo dos meus pagos nativos. Ainda infante, deixei, porém, as plagas seridoenses, em companhia de meus pais, tangidas da gleba do meu e do nascimento materno. Desencadeava-se, então, o furor das paixões políticas e assolava os campos o flagelo das secas dos começos de 1930. Passamos a residir em João Pessoa. No entanto, o sentido da minha terra, a antiga Vila do Príncipe, depois Cidade de Caicó, nunca me saiu da mente. Para onde me conduziu o destino – e não o maldigo – levei entranhado como fonte indizível de ternura, manancial dos mais puros afetos, a minha urbe, fixada nos seus relevos, nos seus contornos, nos seus acidentes geográficos.

Não posso me queixar daquela saída involuntária do local do meu nascimento. Na Paraíba tenho sido feliz. Há quase onze anos passados, quando da entrega do título de cidadão pessoense, um dentre os seis igualmente conferidos por outras cidades paraibanas, dissera, com absoluta sinceridade, na Câmara Municipal de João Pessoa, em discurso de agradecimento à unânime concessão da comenda:

“A cidade que me conhece plasmou o meu espírito. Nela expandi alegrias e chorei

tristezas. Tem sido sempre, por quase meio século, a testemunha maior das minhas esperanças e dos meus desenganos.

“Nunca me faltou com o seu estímulo e com a sua doce consolação.

“Ensinou-me magníficas lições. Ilustrou-me nas suas ciências e nas suas artes. Penetrou-me dos seus mistérios e dos seus encantos. Mostrou-me os seus heróis e os seus mártires, cada vez mais redivivos na veneração da posteridade.

E noutro trecho:

“Deu-me um lar, esposa e filhos que são a razão de ser de minha vida.

“Nutriu-me da apologia dos seus sábios e dos comentários dos seus doutores. Favoreceu-me com alguns bens materiais e me outorgou um nome de relativa projeção na política e nas letras, na cátedra e no pretório.

“A sua gente acolhedora e afável me concedeu tudo: abriu-me as portas das entidades culturais — A Academia Paraibana de Letras, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, o Instituto de Genealogia e Heráldica, o Conselho Estadual de Cultura e a Fundação Cultural do Estado da Paraíba.”

Poderia acrescentar: A Paraíba me deu dois mandatos consecutivos de deputado estadual e dois de representante do povo paraibano na Baixa Câmara do País. E, em diferentes Governos, participei do Centro Ativo do Poder, primeiro como Chefe da Casa Civil e, depois, como Secretário de Interior e Justiça.

Tudo isso decerto me enalteceu e comprova a generosidade da minha terra adotiva. Mas faltava-me algo mais no meu universo interior. Como se procurasse a minha identidade, no meu “verdadeiro lar imaterial”. Uma força telúrica, impelente, me levava nas peregrinações do espírito aos cenários do meu berço natal. Movido desse virgiliano *ris amore* muitas vezes visitei Caicó, algumas delas anonimamente. Revi aquela paisagem adusta; mantive contato com os lugares da infância; o Rio Seridó e o Barra Nova;

o poço de Santana. Relembrei os banhos a nu, em companhia de donzelas despreocupadas com o menino, nos anos de inverno, "em águas vivas mas remançosas ou quase mortas, cercadas de vegetação", como descreveria Juarez Batista. Essas cenas só as reveria muitos anos depois, em Paris, no Museu do Louvre, vendo os quadros de Renoir. E os passeios pelos sítios, pés descalços, enfrentando espinhos e areia quente; os penhascos, as pedras do caminho...

Como enunciou Dom José Adelino Dantas,

"O Amor à terra mãe faz parte de nossa vida. Todos queremos amá-la e cantá-la. Mas, para tanto, é mister conhecê-la primeiro, buscar-lhe as raízes. O conhecimento é a medida do amor."

Li tudo o que me caiu às mãos sobre Caicó e sobre a região seridoense onde aquele Município se encrava. Descendente de Joaquim de Santana Pereira, parente pela ancestralidade de Joaquim Apolinar (ou Apolinário) Pereira de Britto, tenho nas veias, pelo lado materno, sangue dos Baptista, parentes, por sua vez, dos Medeiros e dos Fernandes Pimenta. Minha genitora se chamava Izabel Pereira de Brito. Meu pai, outro Pereira das bandas de Brejo do Cruz, Francisco Clementino Pereira, nasceu na beira do Rio de Piranhas, antiga Vila, hoje Cidade de São Bento. E nos seus liames de parentela havia consagüinidade com os Araújo, com os Garcia, com os Dantas, com os Azevedo.

O meu avô por parte de mãe, contava das nossas origens. E José Augusto de Medeiros, em "Famílias Seridoenses", rememorando os prélios políticos da Monarquia e da República, narrou o "antagonismo intransponível entre as famílias Medeiros e Baptista. Não obstante os laços de parentesco existentes entre os representantes de ambas, por largo espaço de tempo elas não conseguiram entender-se no que se referia à vida partidária."

Sebastião de Azevedo Bastos, "No Roteiro dos Azevedo e Outras Famílias do Nordeste", notícia que o meu genitor, filho de Clementino Quitério de Araújo e de Maria Pereira de Araújo, era "neto materno de Clementino Pereira de Azevedo e de Ana Pereira de Azevedo, estes descendentes dos mesmos Tomaz de Araújo Pereira e esposa e de Antonio de Azevedo Maia e esposa". Enquanto a minha mãe, era "filha de Pedro Pereira de Brito e de Francisca Benigna de Araújo Brito, neta paterna de Egídio Gomes de Brito e de Ana Batista de Araújo, da mesma descendência de Cosmo Pereira da Costa e dos Baptista de Azevedo e Medeiros Pereira". Tanto o meu pai como a minha mãe descendiam de João Damasceno Pe-

reira, filho de Tomaz Pereira de Araújo, o segundo desse nome (o terceiro Tomaz de Araújo Pereira governou a Província do Rio Grande do Norte, em 1824). Cosmo Pereira da Costa de quem descendem Antonio Alves de Araújo e Ana Baptista de Araújo, foram bisavós de minha mãe pelo lado materno.

Do meu chão calcinado, donde brota o melhor algodão do mundo, o mocó, cuja fibra longa, sedosa e resistente rivaliza com as das malváceas egípcias, são alguns dos mais destacados vultos da vida social, política, econômica e cultural do Rio Grande do Norte. Citarei, entre outros, o Tte. Cel. José Bernardo de Medeiros; o latinista Joaquim Apolinário Pereira de Britto; o Padre Francisco de Brito Guerra, Senador do Império, único nordestino-grandense com assento na Câmara Alta, no regime monárquico e o mais influente homem do seu tempo; Amaro Soares Cavalcanti de Brito e o seu irmão, Padre João Maria, o primeiro uma espécie de Ruy Barbosa potiguar e o segundo um sacerdote quase santo; Manoel Gomes de Medeiros Dantas, um dos fundadores desta "Casa de Memória"; José Augusto Bezerra de Medeiros, uma das glórias do nosso passado, e Monsenhor Walfredo Dantas Gurgel, que governou o Estado.

Não é justo, porém, que fale só de mim, dos meus e do meu rincão sertanejo. Justificado é esse orgulho filial. É mesmo a minha maior emoção desta hora de vivo encantamento. Esse sentimento leva-me a declamar bem alto aquela confissão de Ascendino Leite, como se minha fosse:

"Sou homem da minha terra. Por mais tempo que tenha estado longe dela, por mais que tenha polido meu ser pela educação, pelo estudo, pelo convívio com outras gentes, outras terras, outros estilos de vida, haverá sempre um recanto no meu interior que abrigará o espírito longínquo mas vivo, latente, do meu mundo de menino. Aí, o ponto virginal, incorruptível, da minha personalidade. Aí, onde sou mais nítido, mais cultural e mais ajustado às convergências imutáveis do meio que me esculpiu o primeiro traço de caráter, o primeiro elemento positivo de minha psicologia."

Mas, há outros aspectos comovedores nesta noite que entra para sempre em nossas vidas; na minha e na dos outros companheiros que comigo ingressam nesta Casa de cultura histórica e geográfica. É a efeméride dos

86 anos de existência da mais vetusta Instituição cultural do Estado. A comemoração do octogésimo sexto aniversário de fundação deste Silogeu suscita, em si mesma, as alegrias mais puras do nosso civismo.

Justo é que rememoremos os fundadores; os grandes nomes de outrora, que desfilam diante de nós, pela evocação. Vêm-nos à lembrança sombras augustas: Alberto Maranhão, Olímpio Manoel dos Santos Vital, Francisco de Sales Meira e Sá, Vicente Simões Pereira de Lemos, Francisco Carlos Pinheiro da Câmara, Francisco Pinto Abreu, Luiz Manoel Fernandes Sobrinho, Manuel Dantas Tomaz Landim, Pedro Soares de Araújo, Joaquim Manuel Teixeira de Moura, Verfssimo de Toledo, Pedro Velho, Ferreira Chaves, Augusto Tavares de Lyra, Elói de Souza, José Bernardo de Medeiros, João Batista de Siqueira Cavalcanti, José Teotônio Freire, Manuel Moreira Dias, Antonio de Souza, Manuel Hemétrio Raposo de Mélo, Sérgio Paes Barreto, João Avelino Pereira de Vasconcelos, Henrique Castriciano de Souza e Pedro Avelino.

Saltam, em seguida, da galeria dos ex-presidentes, figuras singulares pela abnegação e pelo valor; todas dispostas a velar pela entidade notável, cuja missão meritória e investigar o passado, comunicá-lo e preservá-lo. Eis como eles marcham aos nossos olhos, pela ordem de sucessão:

Olímpio Vital, de 1902 a 1910; Vicente de Lemos, de 1910 a 1916; Pedro Soares de Araújo de 1916 a 1925; João Dionísio Figueira, de 1925 a 1926; Hemetério Fernandes Raposo de Melo, de 1926 a 1927; Nestor dos Santos Lima de 1927 a 1959; Aldo Fernandes Raposo de Melo, de 1959 a 1963.

★ ★ ★

De 1963 até os nossos dias, dirige esta Casa o atual Presidente Enélio Lima Petrovich, eleito e várias vezes reeleito para continuar o trabalho dos seus antecessores.

Tenho a ventura de figurar no rol dos seus amigos. Desde o momento em que o conheci, ao primeiro toque, nossas almas se entenderam. Selamos uma amizade que, embora recente, parece antiga e definitivamente consolidada. Unimo-nos pela comunhão de pensamento e pelas inclinações espirituais. Kanti diria: "pelas afinidades eletivas". Nele admiro a inteligência, a lhanza e a cordura. Penetro os umbrais deste Templo pela sua iniciativa.

Um puro e delicado gesto de afeto. Tirou-me do olvido em que vivia entre os meus conterrâneos. E me põe neste destaque, para a salutar convivência de um ambiente purificado de idealismo. Venho, assim, para o seio de uma comunidade que me reintegra e me restaura nas minhas origens.

Chego em ótimas companhias. Ao lado de outros novos confrades que grangearam fama de intelectuais da melhor cepa, conhecidos e aplaudidos como estudiosos da historiografia, pesquisadores do nosso passado, das coisas e fatos do Estado potiguar. São eles Clóvis Travassos Sarinho, médico de nomeada e escritor; o festejado poeta e acadêmico Luiz Rabelo; o aplaudido pintor e cronista Dorian Gray Caldas, esses três na categoria de sócios efetivos. E, como correspondentes, em cujo grupo me incluo, aparecem o consagrado botânico Luiz Emydio de Melo Filho; o notável médico e historiador José Tércio Fagundes e esse conhecido beletrista Gilberto Barbalho.

Distinguido para falar, também, em nome desses novos consócios, expresso, por mim e por eles, neste momento, sentimentos comuns de júbilo e de agradecimento. Mas de modo especial, ao brilhante orador do Instituto que nos dirigiu a sua calorosa saudação. Alvar Furtado de Mendonça honra as tradições de eloquência do Rio Grande do Norte. A sua presença ocupará os espaços mais nobres do nosso pensamento e da nossa amizade.

Vêde, pois, minhas senhoras, meus senhores, quantos sentimentos se hospedam no nosso espírito, nesta formosa noite. É como se um pedaço de céu, salpicado de estrelas, coroasse as nossas fronteiras.



De repente um halo. Desce dos páramos toda uma coorte de convivas inesperados. Reina no salão uma mistura de silêncio e de rumores. São os mortos desta gloriosa Confraria quase centenária que se juntam aos vivos para a festa desta sessão magna. Todos comparecem, os fundadores, os antigos dirigentes. Poetas, jornalistas, educadores, juristas, folcloristas, geógrafos, genealogistas, escritores, médicos, oradores, sociólogos e historiadores. Alguns são ao mesmo tempo um pouco de tudo isso. Vejo Nestor dos Santos Lima, o Presidente Perpétuo, abrindo o cortejo dos imortais. Luís da Câmara Cascudo é o cerra-fila do pomposo séquito. Parece querer significar que os últimos são os primeiros.

Inibo-me diante de tantos luminares. O que mais me ofusca é o último. Deixa-me trêmulo, pelos seus lampejos. Dele se irradiam cintilações. Só uma palavra me sai dos lábios convulsos: “—Mestre”! Mas o refulgente vulto me estende a mão e me dirige palavras de santa humildade:

“— Entra por esta porta e toma o teu lugar entre nós. Aqui não há maiores nem menores; todos somos iguais.”

A simplicidade daquele homem de tantos saberes — um sábio entre os mais sábios —, o genial Câmara Cascudo, me tranqüiliza e me dá coragem para a convivência convosco. Vejo, então, que posso participar desta Confraria. E comungar na mesma taça do vosso civismo; comer do mesmo pão e beber da mesma água pura dos vossos regatos.

Aqui posso reclinar a cabeça, longe das tormentas do mundo, confortado com a claridade dos vossos espíritos e a serenidade das vossas meditações!

(Proferido na sessão solene de 29 de março de 1988
— Presidência: Enélio Lima Petrovich)

DISCURSO DE POSSE

LUIZ EMYGDIO DE MELLO FILHO

Vejo-me, neste momento, na situação singular que sentem os emigrados e os exilados quando retornam ao solo pátrio. Tenho raízes profundamente inseridas neste solo potiguar onde, ainda que tudo viesse a faltar, e não será esse jamais o caso, duas coisas seriam sempre presentes, e porque não dizê-lo, até mesmo em excesso, e são elas — a luz, essa intensa luz que pedia o gênio prestes a penetrar nas trilhas da eternidade e que empresta brilho, nitidez e reflexos a todas as causas e, a inteligência que é o apanágio do grupo humano aqui instalado e onde brilham nomes como os de CASCU DO, SEVERO, NÍSIA FLORESTA, AUTA DE SOUZA e tantos Outros.

Em realidade considero-me norte-rio-grandense, não pela circunstância geográfica do nascimento dentro de suas fronteiras, mas pelo determinismo genético que me fez participar do vetusto tronco dos ALBUQUERQUE MARANHÃO, do ramo da Casa de Cunhaú.

Sirvam estas palavras para vos dizer do júbilo em ser aqui recebido, nesta Casa, sem dúvida uma das expressões mais altas do pensamento e da cultura do Rio Grande do Norte. Mas meu júbilo é duplo. Por estas aqui afora e por ter tido a felicidade de ver restaurada a histórica capela do Engenho Cunhaú, mercê de luta tenaz que sustentaram Câmara Cascudo, Enélio Lima Petrovich, Paulo de Albuquerque Maranhão e os ilustres dirigentes e técnicos da Fundação José Augusto e da Fundação Pró-Memória.

Mas, o objetivo principal desta breve intervenção não é somente o de rejubilar-me e de agradecer. Quero trazer aqui, a vossa consideração, uma circunstância digna de avaliação e análise. Como sabeis existem no Nordeste Brasileiro respeitáveis monumentos vegetais representados por exemplares de uma árvore africana, o “baobá” (*Adausonia digitata* L), de dimensões espetaculares. São encontrados em Fortaleza, em Natal, em Nísia Floresta, na Paraíba e em Recife. Qual a razão da presença dessas longevas árvores nesses locais? Sua distribuição corresponde ao Brasil holandês do período nassauiano.

Permitam-me que rememore um pouco da História desse período. Nassau sonhava em erguer uma capital à altura de suas ambições e anseios. E o fez ao construir a Segunda Brasília deste país, a sua cidade Mauricéa.

Porém, nesse tempo a força construtiva não eram as máquinas e sim o braço humano, o braço escravo. E donde obter essa força de trabalho? Resolvendo a equação, Nassau conquista a África fronteira, do golfo da Guiné, nos limites de Angola. E, nos mesmos navios que vieram os escravos vieram também as sementes que produziram essas singulares árvores.

Nassau, fundador do primeiro "Jardim Botânico" do primeiro "Jardim Zoológico" e do primeiro Observatório Astronômico das Américas, mereceu ser designado o "descobridor científico do Novo Mundo", título por outros emprestado a Humboldt por sua fantástica viagem de exploração científica na Colômbia.

Mas o "baobá" não é somente a árvore imortalizada pela ficção de Saint-Exupéry no asteróide de "O Pequeno Príncipe". É uma das maiores árvores do mundo, fornecedora de madeira branca, mole, porosa servindo em sua região de origem pra fazer canoas, cochos, gamelas e também caixões mortuários. Em sua pátria usavam abrir em seus largos troncos escavações que servem de tumba aos reis, aos guerreiros ilustres e aos poetas ou, como árvores sagradas, para colocação em seus ramos de oferendas votivas e amuletos.

Tem outros usos e utilidades. Dele se pode extrair celulose e colocado em lixívia produz sabão. A casca é febrífuga. As sementes são comestíveis, permitem extrair óleo aromático e uma substância antidiarreica. A entrecasca fornece material fibroso para vacaria e cordoalha. As folhas pulverizadas, são usadas pelos senegaleses para o fabrico do "lalo", um condimento alimentício e medicinal, as frutas partidas produzem recipientes à maneira das cuias do Nordeste. As flores são comestíveis e servem como ingrediente no preparo de "cusuz" árabe. Em Recife, um imenso "baobá" existente na porta do Palácio das Princesas é talvez e com grande verossimelhança o último elemento ainda existente do Jardim Botânico, de Nassau. É árvore tombada em cerimônia pública abrilhantada pela participação do Corpo de Balé do Senegal. Nessa cidade outros grandes "baobás" são objeto de uma intensa campanha de tombamento. Com o apoio de entidades como a Fundação da Cultura do Recife, da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco e do Movimento de Defesa do Meio Ambiente. Considerado sob o aspecto paisagístico, o "baobá" tem presença tão impressionante e tão marcante que causa espécie o fato de que NENHUM trabalho paisagístico contemporâneo, aqui no Nordeste, ao que saiba, incorporado em seu elenco vegetal esse soberbo valor. A beleza do "baobá", por sua forma física, por seu tronco elefantino, por suas grandes flores pendentes de longos fios, complicadas em estrutura, ganha um destacado lugar no tesouro de árvores ornamentais à disposição dos paisagistas.

Fica ainda pendente na imaginação uma pergunta. Dada a fácil adaptação do “baobá” ao semi-árido africano porque não ensaiá-lo no reflorestamento do semi-árido brasileiro? No Rio Grande do Norte, são notáveis os “baobás” de Nísia Floresta, de Jundiá e, em Natal, o da rua São José, na Lagoa Seca.

A circunstância de estar aqui presente a dedicada e diligente Prefeita desta cidade, a Dra. Vilma Maia, venho, ao concluir, fazer um apelo a essa ilustre autoridade, no sentido de que o lote onde situado o “baobá”, da Lagoa Seca, seja desapropriado, tornada bem público, e transformado numa praça, a “Praça do Baobá”, árvore símbolo dos séculos da gloriosa História desta Terra. Terminando, peço vênia para fazer, neste momento e no corpo deste ato solene, entrega ao IHGRGN da obra em que ao lado do vulto exponencial de CLARIVAL DO PRADO VALLADARES, tive oportunidade de analisar o trabalho de um dos pintores de Nassau, Alberto Eckhout (?).

Muito obrigado. Meu tempo está esgotado, mas minha satisfação e minha gratidão por ter sido acolhido nesta Casa jamais se esgotarão.

(Pronunciado na sessão solene de 29 de março de 1988)

FRASES CERTAS QUE VOAM INCERTAS

JOSÉ MELQUIADES
(Sócio Efetivo)

Há frases, máximas, anexins ou sentenças que se tornaram célebres há dezenas de anos e voltam à tona repetidas por A ou B a quem C ou D assegura a sua paternidade sem nenhuma investigação ou autoridade. Vejamos duas dessas máximas tão populares no Brasil e tão caluniadas nas suas verdadeiras origens ou na exata formação: 1) **todo homem tem seu preço e eu sei o preço de cada um**. Esta frase foi proferida, na Inglaterra, lá pelos idos de 1730, atribuída a Sir Robert Walpole, primeiro conde de Oxford, um político muito influente no tempo da rainha Ana. No Parlamento Britânico, defendeu corajosamente, a traição do país e investiu energicamente contra a malversação dos impostos e o descuido com o dinheiro público. O original, em inglês, é exatamente este: **All men have their price — Todos os homens têm seu preço —** publicada, pela primeira vez, num livro intitulado **Speech** (Discurso), em 1734. Entretanto, um pesquisador inglês chamado A. F. Robbins, no volume VI de sua revista **The Gentlemen's Magazine**, questionou que a sentença usada por Walpole tinha a seguinte redação: **Every man has his price — todo homem tem o seu preço. Every e all são o mesmo** nessa construção. Horace Walpole, filho de Sir Robert, grande humanista de Oxford, em carta datada de 26 de agosto de 1785, negou peremptoriamente que a frase fosse de seu pai mas, sim, utilizada contra ele por seus inimigos políticos.

Atualmente, num livro apelidado **Famous Sayings and Their Authors**, (Ditos Famosos e seus Autores) o seu signatário reafirma de modo categórico que a frase ironicamente condenatória fora realmente pronunciada no Parlamento em alusão a Lord John Levesen-Gower e que teria sido assim: **I know the price of every man in this House — eu sei do preço de cada homem nesta Casa**. Referia-se à Casa dos Comuns. Estas duas máximas popularizadas na Inglaterra na primeira metade do século 18, já vinha de longe com variantes famosas, razão pela qual Sir William Wyndham, um jacobita exaltado, ou seja, seguidor fidelíssimo de Jaime I e opositor sistemático de Sir Robert Walpole, em 1734, escreveu num livro cognominado **The Bee** (A Abelha) afirmando o seguinte: é um velho ditado este de que

todo homem tem seu preço – *it's an old maxim that every man has his price.*

Naturalmente, Wyndham não desconhecia algumas dessas variantes utilizadas sarcasticamente em Roma e na Grécia. Assim, por exemplo, Salústio, no seu *Bellum Iugurthinum* – A Guerra contra Iugurta – usou esta invectiva: *Romae omnia venalia* – em Roma tudo é venal. E Juvenal, na III Sátira, complementou enfaticamente: *Omnia Romae cum pretio* – Tudo em Roma tem seu preço. Ora, já 100 anos a. C., o filósofo Epictetus, nos seus Discursos, costumava repetir: *homens diferentes se vendem por diferentes preços.* Infelizmente, não há meios, aqui, de se reproduzirem os caracteres gregos.

De tanta antiguidade, a frase de Walpole entrou no Brasil como uma novidade e foi parar no Congresso através do Senador Dinarte Mariz que a reincarnou no seu Estado. E ficou célebre a putativa concepção. É sempre bom saber-se onde o galo canta para não acontecer o que aconteceu a S. Pedro, que só descobriu o verdadeiro sentido das palavras de Cristo depois que ouviu o galo cantar num terreiro de Jerusalém. 2) **O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever.**

Este foi o sinal içado pelo Almirante Barroso no mastro do navio Amazonas, no Arroio de Riachuelo, na guerra contra o Paraguai. Esta máxima de raro efeito acendeu o patriotismo dos oficiais de sua Divisão no calor da batalha naval. E disso muito se orgulha o Brasil e nos orgulhamos nós todos. Acontece, porém, que um outro Almirante, o inglês Horácio Nelson, no dia 21 de outubro de 1805 (conseqüentemente 60 anos antes) já havia levantado um sinal advertindo os seus comandados. Eis o aviso de Nelson: *England expects every man to do his duty* – A Inglaterra espera que cada homem cumpra o seu dever. Mesmo assim, o sinal de Nelson sofreu algumas observações mas terminou ficando no que era, sem lhe tirar o sentido original. Assim, pois, o *Time* de Londres, na edição de 26 de dezembro daquele mesmo ano, escreveu que Nelson teria acrescentado mais uma palavra – *officer* – oficial, e que o sinal teria sido assim: *England expects every man and officer to do his duty* – A Inglaterra espera que cada homem e cada oficial cumpram o seu dever.

Um dos oficiais de Nelson, Willim Pryce Cuny, comandante da nau capitânea Bellerophonte, esforçou-se para provar que seu comandante colocara a sentença com o verbo no futuro: *England expects every man will do his duty* – enquanto um outro, o capitão Pasco, argumentou que o sinal original foi este: *England confides that every man will do his duty* e que o verbo *confides* (confiar) fora substituído por *expects* (esperar) por ordem do próprio Nelson. São muitas minudências de muito pouca exigência. Confio na autoridade e na seriedade de Southey, o melhor biógrafo do Almirante Nelson.

E o nosso valoroso Almirante Barroso, português de nascimento e brasileiro por adoção e convicção, apenas substituiu Inglaterra por Brasil e o plágio ficou muito bem adaptado para a glória da Segunda Divisão Naval, no Rio da Prata. Almirante com Almirante se entende.

Pior ainda é quando um diplomata nosso profere uma frase de grande efeito no exterior e deixa o Brasil em situação melindrosa, ferido nos seus bríos e se tem que transferir a culpa para o estrangeiro. Foi assim com o diplomata Carlos Alves de Souza, nosso embaixador em Paris, no governo Goulart, que muito desinformado com a Guerra da Lagosta, num desabafo perante as autoridades francesas, afirmou: "O Brasil não é um país sério". Como estava em Paris e a frase causou certos embaraços ao orgulho nacional, logo se transferiu para De Gaulle a paternidade do dito, o que, aliás, muito o irritou, como irritou Miterrand na sua visita oficial ao Brasil, em 1985, exigindo-se que um repórter localizasse o Dr. Alves e dele arrancasse a verdade, o que dignamente foi feito (Veja) nº 894, de 23 de outubro de 1985, pg. 50). Esse diplomata, nesse tempo, estava escrevendo suas memórias e confirmou seu imprudente pronunciamento. Imprudente nada: certíssimo.

E que o pavilhão nacional tremule no mastro de nossas belonaves com orgulho e altivez. E seria melhor, hoje, que todos os políticos, governantes e homens públicos cumprissem o seu dever, sem formalidades, independentes do sinal de Nelson ou de Barroso, que souberam se impor, pois, realmente os militares costumam cumprir o seu dever no tempo devido.

Estas frases, ditos ou provérbios vêm de longe. É preciso muito cuidado em lhes assegurar a fonte, sem deturpação. Basta lembrar que a aparente bobagem tantas vezes repetida — **pedra que rola não cria lodo** — já era repetido pelos gregos. Erasmo achou-o tão expressivo que logo o traduziu para o latim na seguinte versão: **xaxum voluntum non obducitur musco**. Mais tarde, um outro latinista lhe deu esta outra versão: **lapis que volvitur algum non generat**. É bom lembrar que "quem com muitas pedras bole, uma lhe cai na cabeça", embora um Ministro de nossa Justiça tenha contrariado a eficácia desse provérbio: é que esse libanês utilizou-se sabiamente do outro — **enquanto descança carrega pedra**: e nenhuma lhe caiu na cabeça. Homem de sorte: com "pedrinhas de diamante" ladrilhou a calçada para a passagem do seu amor, aplicando aos provérbios golpes de garimpo contrabandeado: **a justiça é cega** e nem todos têm essa sorte de ministrá-la bem às escuras. É necessário procar-lhes a origem no curso dos séculos. O que veio de perto, e da França, numa pesca de lagosta ou numa rede de arrasto, nos é repetida erradamente com um criador apócrifo. Que não se transformem essas célebres frases para quem não tem celebridade alguma. Pior ainda: quem imprime a falsa autenticidade, autoridade não tem.

NOVA ORDEM MUNDIAL, NOVOS PARADIGMAS

WASHINGTON LUIŠ ANDRADE DE ARAÚJO
(Colaborador)

Paradigma. Muita atenção ao ouvir esta palavra de origem grega: paradeigma. Ela ficará na história dos anos finais deste século. O que vem a ser um paradigma? É um conjunto de conceitos, bem estabelecidos, que reputam verdades como fundamentais, constituindo um padrão ou modelo. A título de ilustração, os defensores do sistema geocêntrico firmaram um paradigma no qual a Terra era o centro do universo. Uma mudança de paradigma foi estabelecida pelo astrônomo e físico italiano Galileu Galilei (1564-1642), descartando-se o conceito anterior e afirmando-se o sistema heliocêntrico: o Sol tem sua primazia no universo.

Um exemplo mais corriqueiro é necessário. Por volta de 1965, a Suíça era o maior fabricante de relógios do mundo, chegando a responder por 85% do mercado mundial de relógios de pulso. Certo dia um dos empregados de uma de suas grandes relojoarias concebeu a invenção de um relógio que utilizaria o quartzo. Os executivos da fábrica, ouvindo seus técnicos, consideraram a idéia inócua: como imaginar um relógio sem corda, sem as dezenas de microengrenagens?

Não satisfeito com a avaliação de sua idéia, o tal funcionário apresentou a uma fábrica de relógios japonesa resultando então em uma revolução na indústria relojoeira. Hoje, a Suíça, mesmo incorporando o quartzo em seus relógios, ocupa não mais que 10% desse mercado mundial. O Japão e os Estados Unidos detêm a liderança desse mercado.

E este é apenas mais um exemplo da importância de um paradigma. A mudança de concepção de um relógio dissociado dos padrões correntes de produção causou uma revolução em todo um segmento industrial.

Isto posto, constatamos que uma mudança paradigmática é causadora, em muitos casos, de vertiginosos progressos e lançam luz sobre áreas até então inóculas de pesquisas para adoção de novas metodologias, parâmetros e padrões. Sem a coragem de criar, questionar e refletir sobre

o "não refletido" — não existiriam descobertas e invenções e portanto, inexistiria progresso científico.

Albert Einstein foi emblemático ao afirmar que "algo só é impossível até que alguém duvide e acabe por provar o contrário" e tempos depois daria sua receita pessoal, uma receita com a marca da genialidade e que em suas palavras simples, porém profundas, tomaram o seguinte enunciado: "Penso 99 vezes e nada descubro. Deixo de pensar, mergulho no silêncio e a verdade me é revelada."

À medida em que nos aproximamos do terceiro milênio, encontramos condições propícias ao surgimento de novos paradigmas. Estes, por sua vez, causarão uma guinada profunda no futuro da humanidade. Talvez mais ou pelo menos tão revolucionário e instigante quanto o enunciado de Einstein para uma Teoria da Relatividade, alterando profundamente o rumo da Física e por conseguinte diversos outros campos da ciência.

As idéias correntes, aceitas sem contestação, conduzem a humanidade ao conformismo e produz uma reação contrária, às vezes brusca: é o lago plácido que se agita com o arremesso de uma pedra, as ondas perturbam o status quo. Não é de se admirar que Galileu tivesse que abjurar suas idéias, heréticas para a época, ante o calor de uma fogueira que selaria seu destino. Alf arderia o fogo da ignorância e o combustível do conformismo reduziria a cinzas uma nova visão da ciência.

Mas o que nos interessa basicamente são as mudanças estruturais nas relações entre nações, bem como aquelas entre indivíduos. A proclamada Era de Aquário nos remete a temas do humanismo, ao positivismo de Comte, à Filosofia de Sartre e também ao misticismo. A busca da felicidade volta a ser a meta hodierna. É um contraponto ao racionalismo e envolve "Ponto de Mutação" de Kapra Stephen Hawking com uma nova Teoria do Universo. São os físicos iluminados, nestas últimas décadas, pela luz do espírito humano em "busca de meios para se satisfazer."

O conceito de GOVERNO AUTOCRÁTICO, com as decisões tomadas de cima para baixo deve ceder espaço aos postulados da ciência política que elabora o GOVERNO PARTICIPATIVO, onde as bases expressam seus anseios, esperanças e necessidades e se engajam em um processo efetivo de mudanças estruturais, sendo partícipe da construção de seu futuro. Foi-se o tempo em que o destino de uma cidade, de uma nação ficava concentrado nas mãos de um governante. A História mostra o quanto tal realidade impede o progresso.

O PROCESSO DECISÓRIO que no momento é uma vertente da autocracia e portanto viciado em posturas demagógicas e em "salvadores da Pátria", deve ser substituído pelo princípio da CONSULTA COLETIVA. As partes envolvidas em um problema devem ser ouvidas, os fatos

devem ser claramente estabelecidos e a liberdade de voz e voto na tomada da decisão devem constituir as bases de um processo decisório sadio e eficaz.

O conceito de **LIDERANÇA INDIVIDUAL** que sempre se pautou na supremacia da personalidade do líder, visto como uma forma de possuir prestígio pessoal, alimentador de vaidades e meio para a obtenção de recursos materiais, deve ceder lugar a sentimentos mais nobres e elevados que coloquem o bem coletivo acima do desejo individual e tem na conjugação de qualidades morais, espirituais e éticas, uma nova senda a ser trilhada, na qual o ato de servir será a aspiração maior. **SERVIÇO INEGOÍSTICO** passa a ser a característica exigida das novas lideranças. Cursos de formação de líderes darão especial atenção ao resgate de valores éticos e morais.

O sentimento de **SUPERIORIDADE RACIAL**, com sua longa história de sofrimento, guerras e conflitos étnico-raciais cedendo à proposta de **UNIDADE RACIAL**, onde todos são considerados irmãos, descendentes de Adão, frutos de uma mesma árvore, chamada humanidade. Com o ressurgimento de movimentos racistas na Europa, em especial na Alemanha, contra a minoria turca residente no país, os países tendem a investir na prevenção desse mal, chegando a impor sanções econômicas drásticas contra o apartheid na África do Sul.

A idéia do **NACIONALISMO**, com sua visão limitada da humanidade, não mais resiste à constatação das crescentes interdependências entre as nações do mundo, ainda mais quando observamos que nenhuma nação é autosuficiente na produção de matérias-primas essenciais (alimentos, por exemplo) e por conseguinte não conseguirá preços competitivos no mercado internacional. A par disso, o desenvolvimento tecnológico a que chegamos exigirá um verdadeiro **POOL** de países para a otimização da produção mundial. A amplitude de um reconhecimento da **UNIDADE DO GÊNERO HUMANO** requer a superação do conceito de soberania nacional. Um dos mais veementes exemplos da necessidade desse novo patamar de relações internacionais é a preocupação mundial com o meio-ambiente e a ecologia do planeta. O planeta é um bem que interessa a todos, independente de sua origem nacional. A humanidade avança então para o conceito integral de que "a Terra é um só país e os seres humanos seus cidadãos". Estamos em uma era de planetização. As lealdades menores cedem espaço a uma lealdade maior que abarque o mundo em um processo contínuo de evolução. Um bom exemplo é o projeto de uma Europa unificada, com um sistema monetário e alfandegário únicos, além de uma série de benefícios que passarão a ser comuns em qualquer país daquele continente.

O **SISTEMA DE EDUCAÇÃO** que ora privilegia a aquisição de conhecimentos técnico-científicos, o uso da razão pura e simples, a constatação

dos fenômenos naturais deverá ser complementada por uma visão integral e coesiva do ser humano, dando destaque aos frutos do espírito humano em um contexto de LIVRE E INDEPENDENTE BUSCA DA VERDADE e de renascimento das qualidades morais e espirituais como honestidade, veracidade, solidariedade: "Uma flor é bela não importa em que jardim floresça. A luz é boa, não importa em que lâmpada brilhe." Avancamos para uma compreensão toda-abrangente de que "o conhecimento é um ponto, os ignorantes o multiplicaram!"

O papel da Imprensa, marcado pelo CORPORATIVISMO E PELO PODER FINANCEIRO como agente manipulador da informação estão com os dias contados. A gestação de um novo paradigma requer a CORAGEM DE SE PUBLICAR A VERDADE, embora se apresente escamoteada a inteligência para reconhecê-la, embora se encontre sob muitos disfarces. Os meios de comunicação darão asas à imaginação humana e vocalizarão seus mais belos anseios por um mundo unido. Chegaremos ao verdadeiro papel da Imprensa: refletir a realidade e sobre a realidade em completo compromisso com a verdade dos fatos e das opiniões.

A visão da JUSTIÇA que temos visto ser distorcida ao longo dos séculos também parece estar em processo de mutação. Quando os trabalhadores empunham faixas e cartazes reivindicando menor jornada diária de trabalho semanal, aumento salarial, creches para seus filhos, ajudas para saúde, alimentação e transportes, dentre outros benefícios sociais, bem sabemos que no fundo o que se deseja é a JUSTIÇA SOCIAL. Uma justiça abrangente, de responsabilidade participativa e ensejando uma justa distribuição de renda. Sinais positivos nesse campo mostram o aperfeiçoamento das instituições representativas de trabalhadores: sindicatos, federações e confederações, associações de moradores. Organizações Não-Governamentais (ONG) também proliferam em todo o mundo. Defendem as mais diversas causas, do urso panda ao mico leão, da mata atlântica às savanas russas, dos meninos de rua às prostitutas infantís, da medicina alternativa à energia nuclear para fins pacíficos, dos aborígenes australianos aos indígenas da América.

O progresso da HOMEOPATIA em contraponto à MEDICINA ALOPÁTICA, também reviram os fundamentos da medicina moderna. A busca de encontrar na Natureza a panacéia para todos os males. O resgate da arte de curar dos antigos, uma cura que não tenha contra-indicações e seus nocivos efeitos colaterais e também da utilização de métodos espiritualistas, como o uso de orações e súplicas. Nessa vertente observamos o progresso acelerado da cura pela água, os florais de Bach e a grande aceitação das plantas e ervas medicinais ensejando o florescimento das farmácias de manipulação. Uma nova concepção da cura que resgata o poder lúdico, da

música e da dança como formas de liberar o potencial humano de seus tormentos e nos remete aos mitos que se entrelaçam na memória coletiva da raça humana.

A idéia de ECUMENISMO, onde as religiões e os diversos credos devem conviver pacificamente para uma visão ampla de que a base de todas as religiões é uma só: servir e adorar o mesmo Deus. Nesse caso a teologia moderna deve considerar a REVELAÇÃO DIVINA COMO PROGRESSIVA, a verdade religiosa é relativa, não absoluta. Nesse contexto o hinduísmo (Krishna), o budismo (Buda), o judaísmo (Moisés), o cristianismo (Cristo), o islamismo (Maomé), a fé bahá'í (Bahá'u'lláh) representam diferentes estágios na evolução do pensamento religioso. Nesse campo encontramos o surgimento do Conselho Mundial de Igrejas, do World Wild Fund (Fundo Mundial para a Natureza) e das Associações Interreligiosas. São os primeiros passos concretos para um novo paradigma de relações onde o maior beneficiário será o espírito humano.

Imaginemos agora um mundo com todas essas transformações em sua plenitude! Sem o medo de ser panfletário ou de vocalizar a mera expressão de um idealismo piegas, estaremos tornando o planeta mais habitável e digno das imensas potencialidades que tão somente o homem pode revelar.

As palavras de Chaplin em seu libelo anti-belicista conhecido como "Último Discurso" no filme "O Ditador" a nos lembrar que "Não sois máquinas, homens é o que sois!" E que é concluído com um comovente apelo no ar: "Ergue os olhos, Hannah! Estamos no início de uma nova era! Ergue os olhos, Hannah!" E Hannah aqui é o símbolo humano que representa cada um de nós. Apesar de estarmos vivendo as dores do parto de uma nova era, não nos apercebemos disso inteiramente. No entanto, inexoravelmente, seguimos rumo a um maravilhoso destino, não importa os temores e retrocessos que ora se nos apresentem, não importa o desânimo que vez por outra recai sobre nós, somos uma geração forjadora de uma era áurea, inigualável, anseio e meta de passadas gerações.

EM MEMÓRIA DE GUMERCINDO

LUIZ RABELO
(Sócio Efetivo)

GUMERCINDO SARAIVA. Vi-o um dia antes de sua morte, em maio de 1988, de relance, na Rua Princesa Isabel. Perguntei-lhe:

— Como vai, Gumercindo?

Respondeu-me, brincalhão:

— Vou chutando a vida, enquanto a vida não me chuta.

Noutra ocasião, ao tempo em que eu era Diretor do Museu de Arte e História, Gumercindo interpelou-me:

— Cadê a flauta de Eduardo Medeiros?

Respondi-lhe:

— Está por aí, lá dentro.

E ele, com aquele APLOMB de quem tudo sabia:

— Só que esta flauta não é de Eduardo.

— Agora, não tem mais jeito não, fica sendo do Eduardo.

Noutra oportunidade, na Academia Norte-rio-grandense de Letras, quando lhe disse que estava com um livro pronto, de aforismos, mais de mil pensamentos de amor, Gumercindo, procurando confundir-me, malicioso, perguntou-me:

— Du quem são os pensamentos?

Respondi-lhe:

— Você me acha com cara de puxar o saco dos outros?

A reação dele foi uma gostosa e sonora gargalhada.

Era assim o Gumercindo, o nosso Gumercindo, como tive oportunidade de declarar, numa das minhas entrevistas. Era um amigo inteligente e bondoso, sempre risonho. Sobretudo, era um pai extremoso e um marido exemplar.

Autor de vários livros, cerca de 15 obras publicadas (ressalto "Antologia da Canção Popular em Três Tempos", "Adagiário Musical Brasileiro", "Geografia do Violão Brasileiro", "Lendas do Brasil" e "A Gfria Brasileira

dos Marginais às Classes de Elite), sua dedicação às letras era dinâmica e jamais será esquecida.

Pertencia a todas as instituições culturais do RN, o que demonstra, com evidência, a sua capacidade intelectual e o seu prestígio junto aos amigos, que se contavam aos milhares dentro e fora do Estado.

Venceu, com galhardia, todos os obstáculos ao seu ingresso nas instituições de cultura de nossa terra, obstáculos que se lhe antepunham, às vezes, pelo simples fato de ser ele apenas um autodidata, como se isto, no Brasil, fosse condição *SINE QUA NON* à imortalidade literária.

Há um fato curioso na vida de Gumercindo que merece ser constatado, pois se trata de uma espécie de predestinação, cujo segredo só a Deus pertence. É que ele nasceu ao som de violões, numa noite de seresta. E aí está, nasceu ao som dos violões baixaverdenses, como ele próprio o diz, numa bela trova que teve oportunidade de publicar n' *A REPÚBLICA*, e morreu exatamente numa seresta, após tocar três músicas do seu repertório, isto por ocasião do lançamento do jornal *O GALO*, dentro da Fundação "José Augusto", ao lado de inúmeros amigos.

Soube do acontecimento no dia seguinte, e soube que ele, ao tocar a primeira música, sentiu que se lhe quebrava uma das cordas do violino. Mesmo assim, ainda tocou mais duas músicas, quando tombou ao chão, vítima da traição de um enfarto.

Sobre o acontecido, tive a oportunidade de declarar: "Ao se quebrar a corda do seu violino, quebrou-se também a corda do seu coração".

Na verdade, Gumercindo era um espírito amante da música, um coração generoso, uma alma nobre e pura. *LE CIEL N'EST PAS PLUS PUR QUE LE FOND DE MON COEUR*, dizia Racine, o famoso poeta francês, num alexandrino inimitável. E Gumercindo, a esta hora, deverá estar justificando esta ousada assertiva do autor de "Ester", mostrando que o seu coração, cheio dos acordes do seu instrumento favorito, é tão puro quanto o próprio céu, onde já se encontra, tocando violino na orquestra de Deus.

DISCURSO DE POSSE

MURILO MELO FILHO
(Sócio correspondente)

Desejo que minhas primeiras palavras sejam do mais profundo agradecimento ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e ao seu digno presidente Dr. Enélio Lima Petrovich, pela grande honra que agora me conferem, inscrevendo meu nome como seu sócio correspondente.

Peço-lhes também que me desculpem a emoção que sinto neste momento, ao receber a homenagem deste Instituto. É a emoção própria de um jovem pobre e humilde que aos 18 anos, saiu daqui de Natal para enfrentar, no sul do país, os perigosos desafios da vida.

Hoje em dia, quando vejo a perplexidade e a indecisão de alguns moços de 20 e até mesmo de alguns homens de 30 anos — sem saberem o que querem e para onde vão — eu me pergunto o que se passava na cabeça daquele rapaz que menino ainda, já decidira ser jornalista no Rio de Janeiro.

Agora, transcorrido tanto tempo, volto o meu pensamento para aqueles anos duros e difíceis que enfrentei na nova Metrópole. O moço tímido das peladas nos areais do Tirol via-se de uma hora para outra aterrizado entre os arranha-céus da cidade grande, tendo diante de si apenas uma opção e uma alternativa: vencer ou vencer.

Relembro, então, as atribulações e sofrimentos daqueles dias, as madrugadas nas redações dos jornais, as aulas noturnas na Faculdade de Direito (muitas vezes dormindo sobre as carteiras, vencido pelo sono e pelo cansaço), a média com opção e manteiga, a passagem do bonde, as longas marchas dos domingos na infantaria do CPOR.

Mas hoje vos confesso sinceramente que valeu a pena tudo aquilo. Os espinhos da juventude, como as flores de Malherbe, desabrocham agora na maturidade, quando já começamos a dar um balanço sobre o passado e vemos, felizes, que nada temos de que nos arrepender: nem do casamento que celebrei há 30 anos com a mesma mulher, Norma, companheira admirável até hoje; nem dos filhos que junto tivemos; nem da religião católica que abracei e que até hoje professo com muito orgulho; muito

menos do jornalismo, a profissão que escolhi e sobre a qual peço a vossa permissão e paciência para falar um pouco.

Pois, afinal de contas, o jornalismo me deu acesso a reis, rainhas, príncipes, ditadores, chefes de Estado, presidentes da República, homens todo-poderosos, com os quais me entrevistei pessoalmente ao longo destes 40 anos de trabalho jornalístico.

O amor ao jornal ofereceu-me tudo isto a que, a rigor, pelas minhas origens modestas, eu não teria direito na vida. Ele não me fez um homem rico, mas me proporcionou uma estabilidade financeira bastante para dar à minha família uma vida decente, com um mínimo de conforto e de bem-estar.

Por todas estas razões, nunca fui outra coisa senão jornalista, tentando devolver à minha profissão, em dedicação e trabalho, tudo quanto generosamente até hoje tenho recebido dela, que considero uma profissão maravilhosa e fascinante, quando exercida com dignidade, entusiasmo e competência.

O sensacionalismo é uma doença da imprensa livre, como a demagogia é uma doença da Democracia. Há um exemplo clássico na imprensa francesa.

No dia em que Napoleão fugiu da ilha de Elba, o jornal MONITEUR, que se editava em Paris, publicou a seguinte notícia: "O antropófago saiu da sua toca." Quando Napoleão desembarcou no Continente, o mesmo jornal deu a seguinte manchete: "O tirano da Córsega acaba de desembarcar." Na edição do dia seguinte: "O tigre passou em Marselha."

E ao longo dos famosos 100 dias, as manchetes daquele jornal se sucediam no mesmo tom, enquanto Napoleão estava longe: "O monstro pernitoou na cidade de Lyon"; "O bandido foi visto a 60 léguas de Paris"; "O aventureiro avança a passos largos, mas nunca entrará na Capital."

Acontece que Napoleão ia mesmo entrar em Paris e as manchetes daquele jornal sensacionalista já se modificavam, na medida em que Bonaparte se aproximava do Poder: "O Imperador chegou a Fontainebleau." E, afinal, a grande manchete: "Sua Majestade Imperial, sob aclamação dos seus fiéis súditos, desfilou gloriosamente nos Champs Élysées."

Ainda há pouco tempo, o TIMES de Londres matou um inglês por engano. O homem apareceu depois na redação do jornal, solicitando um desmentido. E ouviu do diretor, Thomas Norton, a seguinte resposta: "Desmentir não podemos, jamais. O que podemos, quando muito, é dar a notícia do seu novo nascimento."

E há na imprensa brasileira um caso famoso e lamentável.

O JORNAL DO COMMERCIO publicou certo dia que "o Imperador Pedro II havia passeado na Quinta da Boa Vista com apoio em duas MALETAS, em vez de duas MULETAS, evidentemente. Retificou no dia seguinte:

“O Imperador Pedro II passeou na Quinta da Boa Vista com apoio em duas MULATAS.” Foi o caso típico da emenda pior do que o soneto. Se fosse ao menos com Pedro I, ainda bem, mas logo com Pedro II, aquele modelo de virtudes...

Esse jornalismo representa para mim uma espécie de razão de ser da minha vida: pois foi aos 12 anos de idade, ainda de calças curtas, aqui nesta querida cidade de Natal, que eu entrei pela primeira vez na redação de um jornal, O DIÁRIO, ali na Rua Frei Miguelino, para falar com Djalma Maranhão e ganhar o então rico salário de 50 mil-réis por mês.

Natal era, nessa época, em 1940, uma cidade de 50 mil habitantes, que iria enfrentar os anos duríssimos da Segunda Grande Guerra.

Mas já era a Cidade do Sol; cidade presépio; cidade dos bairros típicos (Ribeira, Alecrim, Baldo, Lagoa Seca, Carrasco, Quintas, Rocas, Canto do Mangue, Tirol, Petrópolis); cidade das praias lindas (Ponta Negra, Pirangi, Areia Preta, do Meio, do Forte, da Redinha, de Muriú, Genipagu, de Jacumã); cidade dos pescadores corajosos, das dunas brancas e selvagens, dos coqueiros luxuriantes, dos mares de sargaços, dos cajueiros enfeitados, das mangueiras exóticas; cidade dos lugares tradicionais (Grande Ponto, Reis Magos, Natal Clube, Majestic, Mercado, Rex, Royal, São Luís, Cova da Onça, Rua Chile, Dr. Barata, Tavares de Lira, Rio Branco, Aero-Clube, América, ABC); cidade heróica, que resistiu aos holandeses e que iria transformar-se no Trampolim da Vitória; cidade avançada do Brasil no rumo da África; cidade espremida entre o rio Potengi e o oceano Atlântico; cidade de gente acolhedora e cativante.

Quem vem a Natal não a esquece jamais.

Quem sai de Natal, como eu saí, para enfrentar desafios em outras paragens, sempre se lembra dela.

Pois aqui ficaram as recordações de uma infância humilde e modesta, mas feliz e inesquecível: as recordações da primeira comunhão na Igreja de Santa Terezinha, do futebol no Seminário de São Pedro, das aulas no velho Atheneu, com Luís da Câmara Cascudo (cujo filho, Fernando Luís, aqui se encontra para felicidade minha), com Gentil Ferreira, Celestino Pimentel, Clementino Câmara, Alvamar Furtado, Orígenes Monte, Luís Antônio e Nestor dos Santos Lima, Esmeraldo Siqueira, Américo de Oliveira Costa, Otto Guerra, do Cônego Luís Wanderley, do Padre Luís Monte e de tantos outros; aqui ficaram também a admiração e o respeito que devoto aos homens cultos, aos pensadores, poetas, magistrados, escritores, médicos, empresários, juristas, professores, advogados, historiadores e jornalistas da minha terra.

Quase todos eles passaram por esta Casa e muitos ainda nela se encontram, honrando o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

com o brilho imortal de suas inteligências, dos seus livros, dos seus pensamentos, da sua bagagem intelectual.

Senhor Presidente Enélio Petrovich:

Concluindo estas palavras, que espero não tenham sido enfadonhas demais, devo dizer-vos que se desta terra parti, há 40 anos, em busca de novos horizontes e aspirações, aqui em Natal e no Rio Grande do Norte permanece para mim este Instituto Histórico e Geográfico, como aqui já estavam anteriormente as minhas raízes, o meu sangue, a minha origem, os meus pais, os meus tios e primos, as minhas irmãs e cunhados aqui presentes, parentes, e amigos, aos quais quero um bem enorme e dos quais sinto saudades imensas.

São saudades que guardarei para sempre, no fundo do meu coração.

Muito obrigado.

Discurso de posse do jornalista Murilo Melo Filho

– Sessão solene de 16-09-88 – IHG/RN.

EDUARDO GURGEL — UMA FIGURA DE PATRIARCA

JOSÉ GURGEL GUARÁ

— Sócio Efetivo —

Eduardo Gurgel Valente Viana nasceu em Jardim do Seridó, no dia 21 de fevereiro de 1876, tendo se batizado na mesma cidade. Era filho do Dr. Manoel Rodrigues da Cunha Viana (1844-1880), Juiz Municipal e de Órfãos do Termo de Caicó e Acari, e de Adelvina Gurgel Valente Viana, nascida no Aracati (CE). Órfão de pai, aos quatro anos de idade, o pequeno Eduardo viveu parte de sua infância em sua terra, mudando-se para Caicó, em 1885, por ocasião das segundas núpcias de sua genitora com Luís Antônio dos Santos. Na adolescência, estudou no Recife. Regressou ao Rio Grande do Norte, algum tempo depois, passando a trabalhar no comércio em Caicó. Nele se ombreavam a honradez, a firmeza de caráter, o amor ao trabalho, o senso de responsabilidade, a identidade à terra comum e o espírito de luta — qualidades estas que o acompanhariam por toda a vida.

No dia 1º de outubro de 1895, casou-se com Ana Anunciada de Araújo, nascida aos 11 de março de 1878, na Fazenda Tapuia, no Município de Caicó, hoje localizada em Timbaúba dos Batistas. Era filha do Major Salviano Batista de Araújo (1837-1901), grande proprietário rural e influente político da região, e de Guilhermina Iria de Araújo. Ana Anunciada de Araújo foi uma mulher digna de seu tempo. De temperamento forte e rigorosa na educação familiar, não obstante, era carinhosa com a numerosa prole, que soube conduzir no caminho do bem. Esposa e mãe amorosa, perspicaz e inteligente, trabalhadora e de espírito criativo, corajosa e enérgica foi uma prestimosa colaboradora do marido e fortíssimo esteio do lar. Faleceu aos 38 anos, deixando na lembrança de seus doze filhos e demais descendentes belíssimos exemplos de abnegação e de virtudes cristãs.

De arraigado espírito público, Eduardo Gurgel gostava dos entevos da política. Na turbulenta campanha para a sucessão do governo estadual, encetada no ano de 1911, acompanhou a oposição chefiada pelo destemido Capitão José da Penha Alves de Souza (1875-1913), contra o candidato do Governador Alberto Maranhão. Eduardo Gurgel, que chegou a ser candidato a Senador pelo nosso Estado, lutou muito com todos da família, sendo forte baluarte dos "penhistas" em Caicó. Apesar da coragem com que se empenharam, não obtiveram o êxito almejado, sendo derrotados

nas eleições então realizadas. Na verdade, sob forte pressão dos detentores do poder e perseguido tenazmente durante a campanha em nosso Estado, com cerceamento de suas liberdades individuais, o bravo José da Penha não pôde resistir às arbitrariedades e desmandos dos governantes daqueles tempos.

Desiludido, Eduardo Gurgel afastou-se da política partidária, voltando à gerência de seus negócios. Embora tenha exercido o comércio no Caicó durante alguns anos, esteve sempre ligado às lides do campo. Era por índole e tradição familiar, agricultor e criador, cujas atividades foram a tônica de sua breve e heróica existência. Assim é que nos primeiros anos de casado, viveu na “Fazenda Tapuia” de seu sogro e amigo Salviano Batista de Araújo, onde nasceram seus dois primeiros filhos. Posteriormente, morou algum tempo no “Baixio”, sítio de seu compadre e parente Manoel Pereira de Araújo, localizado no Município de Jucurutu (RN). Por fim, viveu no sítio “Encampinado”, no atual Município de Timbaúba dos Batistas. A fazenda, embora de pequeno porte, destacava-se pela organização e nível de produtividade, que lhe emprestava o seu proprietário. Aí nasceu o último de seus filhos — Aníbal Gurgel do Amaral, hoje na reserva do Exército, no posto de General de Divisão. Por motivo de saúde de sua mulher, Eduardo Gurgel desfaz-se do “Encampinado” e adquiriu uma casa na Vila de Papari, presentemente Cidade de Nísia Floresta, para onde deveria deslocar-se Ana Anunciada de Araújo Gurgel, que se encontrava em Natal, em companhia de Anita, uma de suas filhas menores. Tinham-lhe aconselhado fixar-se no agreste, “onde o clima ameno seria propício ao tratamento de sua enfermidade”.

Eduardo Gurgel resolveu, então, partir do Caicó com o restante da família, ao encontro da amada esposa, cujo estado de saúde inspirava cuidados. Esta viagem, que durou seis dias, foi-me descrita nos seus mínimos detalhes, incluindo os trechos percorridos, com pernoites e paradas para descanso, por um de seus filhos — Salviano Batista Gurgel Viana — então com 14 anos e um dos integrantes do grupo. A caravana era composta de 14 pessoas, tendo viajado de montaria desde Caicó a Nísia Floresta. Os adultos vinham a cavalo e os menores dentro de caçuás no dorso de jumentos e de muars. Foi uma inesquecível viagem, com as características de uma inusitada aventura. Finalmente, recorda Salviano Gurgel, hoje com 90 anos de idade — “numa bela manhã de um domingo de outubro de 1915, houve o encontro emocional de todos nós, com aquela que tanto ansiava em nos ver e abraçar. Vivemos momentos de indescritíveis contentamentos”. Embora cercada dos necessários cuidados médicos e o carinho da família, Ana Anunciada não apresentava melhoras em seu estado de saúde. E não resistindo ao agravamento da terrível doença, veio a falecer no dia 4 de maio

de 1916, deixando na orfanidade 12 filhos, dos quais apenas um de maior idade.

No ano seguinte, Eduardo Gurgel contraiu segundas núpcias com Maria Adelaide de Menezes, viúva de José Alípio e proprietária da grande "Fazenda Juazeiro", encravada no Município de Santana do Matos, deste Estado. Desse casamento não houve filho.

Trabalhador tenaz e de espírito empreendedor, introduziu consideráveis melhoramentos na fazenda, desde a Casa Grande que reformou inteiramente, dando-lhe condições de conforto e adaptações às suas finalidades, até a própria infra estrutura da propriedade, com ampliação do açude, restauração das cercas e campos de plantio de algodão, milho e feijão, não faltando as pastagens para engorda do gado. Pioneiro de várias realizações no setor agrícola, Eduardo Gurgel foi o iniciador no Rio Grande do Norte, do emprego da máquina a vapor, no processo particular do descaroçamento do algodão, instalando-o na "Fazenda Juazeiro".

Esta propriedade rural era à época das mais bem cuidadas e aparelhadas do Estado. O meu avô Eduardo, no pleno vigor dos seus 51 anos, desdobrava-se em constantes atividades, para torná-la, cada vez mais, atraente, produtiva e acolhedora. A casa, ampla e confortável, possuía belos jardins, com rosas raras e variadas espécies do reino vegetal, inclusive os populares "ficus-benjamins", onde se abrigavam todas as noites, centenas de canários e galos de campina, num verdadeiro festival de cânticos enternecedores, cujas lembranças nos levam e a quantos por lá passaram, à mais comovedora saudade. O alpendre, largo e bem construído, estava sempre guarnecido de confortáveis redes brancas, à espera do ciclo de conversas após a ceia, onde pontificavam as histórias contadas pelo avô Eduardo, recordando passagens de sua vida em Caicó, ou no Recife, nos tempos da mocidade. Mais das vezes, as conversas estimuladas pelas tias Alice e Anita, ou ainda pelo cozinheiro Cícero Romão Batista descambavam pelos tortuosos caminhos das assombrações, tornando-se indesejáveis para mim e meus irmãos Gerardo e Maria de Nazareth. A minha mãe Alzira e as tias Almira e Adalgiza não alimentavam essas conversas. A mesa, farta e convidativa, constituía atração permanente para os netos e afilhados, intransigentes admiradores das refeições de todas as horas, particularmente das ceias regadas com coalhada e rapadura e ainda roscas, cuscuz, pé-de-moleque, sequilhos, raivas, pães-de-ló e dos mais variados quitutes feitos pelo competente e fiel cozinheiro Cícero.

Especialista nos assuntos de açudagem, Eduardo Gurgel construiu em fins de 1932, em cooperação com a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, um açude bem maior do que o existente na Fazenda. Foi seu último e grande empreendimento. O considerável desgaste físico sofrido na

construção do açude, agravado pela inclemência de um ano de terrível seca, e ainda as contrariedades constantes, em virtude dos atrasos na liberação das verbas, sob responsabilidade dos órgãos financiadores do governo, terminaram por minar e destruir as energias e o vigor daquele admirável e digno representante da velha estirpe dos homens do sertão. Faleceu na "Fazenda Juazeiro", numa bela manhã de inverno, em 11 de julho de 1934. Tinha apenas 58 anos. A seu pedido, foi sepultado em Natal, sendo seus restos mortais trasladados, anos mais tarde para Nísia Floresta, ficando no túmulo de sua primeira mulher Ana Anunciada de Araújo Gurgel.

HENRIQUE CASTRICIANO DE SOUZA (UM REFORMADOR SOCIAL)

JOSÉ GERALDO DE ALBUQUERQUE
(Colaborador)

TRAÇOS DE SUA PERSONALIDADE

HENRIQUE CASTRICIANO DE SOUZA nasceu a quinze de março de 1874, em Macaíba, berço de ilustres filhos do Rio Grande do Norte, entre eles, Auta de Souza, sua irmã, escritora de renome internacional e o Governador Alberto Maranhão.

Trabalhou pela cultura e educação do seu Estado, sendo ele próprio um dos prestigiosos homens de cultura de seu tempo.

Henrique não foi um homem vulgar. Pertenceu à estirpe que vai ficando rara, dos que se projetam na vida pela força das próprias virtudes.

Sua destemerosa coragem, sua inconfundível presença marcaram atitudes positivas, definições irrecorríveis; a ambigüidade não fazia parte de seus atributos. Espírito infatigável, cheio de idéias alevantadas e progressistas, coração amoroso, modesto e almejando o sacerdócio do Bem e da Verdade.

Tinha a grande virtude de desconhecer vaidades e no exercício da nobre missão que abraçara foi um exemplo inigualável de altruísmo, e, por isso mesmo, desprendido do interesse sórdido de muitos outros.

A sua preocupação é, antes de tudo, zelar o nome conquistado honestamente, no labor incessante de muitos anos, com carinho, além da atitude altamente simpática na defesa do Bem-Estar de sua comunidade.

O Curso Superior foi feito em duas Faculdades: Faculdade do Ceará e na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Colou grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1908.

Henrique nunca gozou de boa saúde. O estado mórbido refletia-se no seu temperamento, nos cuidados, cismas, suspeitas. Nunca se impôs aos circunstâncias, centralizando as conversas, fazendo cenário para a auto-exibição.

Acolhedor e risonho, bom conservador, causava impressão de nitidez, finura e graça. Acima e antes de tudo pela naturalidade da expressão.

Suas enfermidades múltiplas e algumas possivelmente imaginárias, provocaram estudos de terapêutica, fisiologia, dietas, métodos diversos, elementos para as narrativas aos médicos, amigos e mesmo sugestões de medicamentos.

Januário Cicco, um dos clínicos de Henrique, dizia-o "um doente médico. Essa cultura diligente e serena erguida no esforço diário da vontade, construída na solidão dos estímulos foi a companhia, motivo e lâmpada fiel na vida melancólica que viveu."

A imagem da física é inarrredável do espírito. Dizia em 1897, no poema "Ao meu Chapéu":

"Devo deixar-te, pois...
Entre os negros abrolhos deste mundo
Estúpido e maldoso
Que faremos nós dois;
Eu, tuberculoso,
E tu manchado, quase roto, imundo?"

Certa vez, Virgílio Trindade comunicou na sessão de 24 de julho de 1947 na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, a visita que fizera a Henrique na Policlínica do Alecrim, de onde saíra chorando, propondo uma visita da Academia ao autor de "Vibrações e Ruínas". Infelizmente hoje em redor de sua cadeira não há mais vibrações: há somente ruínas.

Henrique faleceu dois dias depois, a 26 de julho de 1947.

Possuía o espírito religioso, o respeito pela dignidade devocional e a veneração pela fé. Teve o sentimento do recato às manifestações sagradas, a repulsa às atitudes desrespeitosas e blasfemas, ao atrevimento herético, à irreligiosidade zombeteira e mordaz. Meditava com a sua velha Bíblia no caminho que viera do colo da Dindinha à sua cadeira solitária na Policlínica do Alecrim, tão próximo ao cemitério que o acolheu para sempre.

É indispensável para conhecer a pessoa de Castriciano, analisar a "Página Inédita de Henrique Castriciano", escrita no álbum de D. Maria Madalena Antunes Pereira; eis algumas passagens dessa composição literária:

"O esquecimento é o nada. Entre o passado que se foi, levando para o desconhecido, alegrias e mágoas, e o futuro, que não se penetra, eis o rio cujas águas dão olvido. Somente o paganismo, a religião da força, seria capaz de gerar um sonho desses. — À margem do Jordão, o espírito quer esquecer e não pode. Eu, pelo menos não pude" ...

Henrique Castriciano era um contemplativo. Sobre o Jordão, um doce misticismo lhe invade a alma. É um canto de quem volta a si mesmo, uma liturgia do poeta itinerante, que tem ali a lembrança feliz de sua vida. Ele cultivou muito a solidão.

Lá dentro meditava o monge. Não se entregava logo à conversa fácil e arrebatada. Talvez fosse melhor segui-lo na rua do que procurá-lo em casa. E contudo, havia nele uma imensa doçura.

Era humilde. Nunca se fez mestre e valia por uma universidade.

Temperamento reflexivo, "filósofo", como o chamavam, andava apenas à cata da Beleza, como um caçador de símbolos e de magia. Foi o homem menos exibicionista entre os recatados e arredios.

Era refratário ao elogio reiterado, desconfiado e tímido ante a insistência do louvor.

Um excêntrico, esquisitão, homem diferente, não tinha complexo de inferioridade, mas de confiança.

Desconfiança de si mesmo, da oportunidade de intervenção intelectual, da audição simpática de sua narrativa, desde que sentisse a repercussão cordial, era realmente um encanto de inteligência, poderosa, sedutora, inesgotável, original.

Figura humana extraordinária, era o único na sua maneira de ser.

O ESCRITOR

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, não advogou. Jornalista, escrevendo em jornais de Natal e do Rio de Janeiro, mas sem que essa atividade valesse, financeiramente, sua subsistência.

Vários pseudônimos foram usados por Henrique: "José Capituliano", "Mário do Vale", "Lex", "J. Cláudio", "José Brás", "Rosa Romariz", "Frederico Menezes", "Y", "Erasmus Van der Does", e as iniciais "H.C.", de sua preferência. Sua assinatura predileta era, H. Castriciano. As suas publicações eram feitas quase sempre em jornais e revistas.

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão que fundara o Partido Republicano, o Jornal "A República", Governador do Estado de 1892-1896, convidou Henrique Castriciano para escrever no Jornal com apenas 17 anos.

Publicou então versos e prosa até 1923.

Na sua primeira publicação "Iriações", recebeu uma influência do paraibano José Rodrigues de Carvalho, autor de "Prismas".

Em seguida escreveu "Ruínas", sugestão de "Prismas" ou impressão do "Les Ruines", de Volney, que acabara de ler.

“Je vous salue, ruines salutaires,
tombeaux saints, murs silencieux :
C’est à vous que j’invoque,
C’est à vous que j’adresse ma prière! ...

Contudo “Vibrações” foi o livro que mais contentava o poeta, na relatividade do tempo e meio. Henrique perdeu todas as cartas de louvor. Estes versos foram escritos de 1897 a 1903.

Em 1904 escreveu “Promessa”, pequenina e graciosa peça em versos, num ato, representada pelas crianças na inauguração do Teatro Carlos Gomes, em 1904.

Publicou ainda: “Mãe”, “Estátua”, “Os Mestiços”, “Suprema Dor”, “O Enjeitado”, “O Aboio”, “O Último Enforcado”, “Lourival e o seu Tempo”, “Cartas Holandesas” etc...

Teve versos convertidos para o francês, sueco e polonês.

Câmara Cascudo o classifica de “Príncipe dos poetas Norte-rio-grandenses” e o desembargador Silvino Bezerra: “o mais brilhante intelectual do Rio Grande do Norte”.

Henrique Castriciano foi o primeiro Presidente da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras.

Estilista brilhante, até certo ponto influenciado pelo Parnasianismo, simbolista, também introdutor dessa Escola no Rio Grande do Norte, especialmente na fase em que colaborou na “Gazeta do Comércio”, divulgando versos de Cruz e Souza, Bernardino Lopes e Alphonsus Guimarães.

Todavia, sempre teve independência e personalidade própria. Na poesia, discípulo de Olavo Bilac, é um ourives, pronto sempre a dar-nos uma jóia completa. Por exemplo, o poema rural “O Aboio”, cuja beleza nativa, telúrica, talvez não seja igualada por quem quer que tenha tratado das dores e ansiedades da nossa gente sertaneja. O canto vem da alma do povo:

“Ah: como é triste o aboio! Ah, como é triste o canto
Sem palavras – tão vago! – a saudade exprimindo
Das selvas do sertão, no mês de junho rindo
Pelos olhos azuis das crianças, enquanto
No tamarindo verde, asas abertas, trina
À beira dos currais, o galo de campina! ...

Essa poesia selvagem mostrou aos contemporâneos um caminho de altivez humana dentro da dignidade humilde do homo sapiens.

Toda poesia de Henrique Castriciano, ainda as mais realistas, se vestem de roupagens do símbolo. Toda ela dá o que pensar... Não é exagero

asseverar que ele foi um dos poetas mais emotivos. Toda alma, todo sentimento, naquela sua doce simplicidade.

Câmara Cascudo preferia a prosa ao verso de Henrique Castriciano, sobretudo as crônicas, os artigos, os ensaios e não os capítulos dos romances inacabados ou apenas começado.

Seu idioma de cultura era o francês. Serviu de veículo na proporção de setenta por cento, inclusive para os latinos e gregos. Lia o inevitável espanhol, mas era hóspede cerimonioso do latim e hostil ao inglês. Lamentava de não possuir o elamão, a linha de ferro, escavadora dos túneis eruditos.

O POLÍTICO

Foi político por contágio' segundo Garibaldi Alves Filho. Fascinava-o a personalidade do irmão, Eloy de Souza, sua luta, sua tenaz combatividade.

O poeta feito político, tinha pela terra uma fidelidade indestrutível e esta iria se revelar pela pertinácia com que arrastou a chamada política formigueiro, insignificante, imediatista, simplesmente inútil.

Político, dedicou-se Henrique a três obras fundamentais que imortalizaram a sua passagem pela vida pública do Rio Grande do Norte: a Liga de Ensino, a Escola Doméstica e o Escotismo.

Na vida pública ocupou cargos de relevo, destacadamente sendo secretário do Governo e Procurador Geral do Estado, foi vice-Governador e presidiu o Congresso Legislativo.

O grande feito como Secretário do Governo, foi a Lei nº 145, de 06 de agosto de 1908, mandando imprimir, constituindo prêmio, para os livros de ciências ou literatura produzidos por filhos domiciliários do Rio Grande do Norte ou naturais de outros Estados, quando neste tenham fixa e definitiva a sua residência e criava o financiamento possível e regular para a manutenção da cultura local.

Vice-Governador por duas vezes, no governo de Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920) e do de Antônio José de Melo e Souza (1920-1924), foi um governante sem problemas e que não os criou ao seu companheiro executivo.

Como Procurador junto ao Tribunal de Justiça, é meticoloso, esmiuçador, exigente, digníssimo de cultura e moral.

De 1924 a 1933, o desembargador Luís Tavares de Lyra, nomeou-o para o Tribunal de Justiça Eleitoral, onde permaneceu até o golpe do Estado Novo de 10 de novembro de 1937.

Em 1938, o ministro Augusto Tavares de Lyra, presidente do Tribunal de Contas da União, arranhou um lugarzinho humilde para o mestre Henrique e lá o encontrou a aposentadoria compulsória, a 15 de março de 1942.

O EDUCADOR

Educar é a vocação de Henrique Castriçiano. Nascera para professor, chegara mesmo a exercer o magistério particular. Professor de "Educação Social", de 1919 a 1923. Curso que criou, organizando um Programa especial em 17 temas, é um documento excepcional, atendendo-se tempo e ambiente. Dará como nenhum documento o testemunho da mentalidade, visão, a meta educacional por ele almejada.

Conheça, como educador nato, que a dupla condição de indivíduo e pessoa, que cada um de nós desempenha na sociedade, impõe o cumprimento de uma missão recebida, mas confere, também, o direito de receber uma educação integral, que capacite para o exercício pleno dos deveres e direitos a que somos chamados.

A experiência do educador e a indispensável vontade de aprender do educando devem ser conjugados em alianças capaz de despertar no aluno todas as suas reais potencialidades.

É mister cultivar a sensibilidade, orientando-a para o belo.

É imprescindível ensinar que a vontade de cada um não é a medida de todas as coisas. Não pode ser absoluta. A condição de criatura nos faz dependentes do Criador.

A condição do indivíduo nos torna submissos às leis ditadas pela própria sociedade, inclusive pelo Estado, provedor do Bem Comum.

A capacidade profissional não pode ser massificada.

Deve considerar as aptidões individuais e desenvolver a criatividade, considerando que somos pessoas distintas por sinais individualizados inatos.

A formação do caráter e o exercício da cidadania reclama por seu turno, a educação moral e cívica que faz crescer os laços da solidariedade humana.

Henrique Castriçiano soube condensar tudo isto neste Programa que poria em prática na Escola Doméstica de Natal, ministrada por ele próprio com todo o esmero possível, comprometido com a busca da verdade, o caminho em que se forjam pessoas conscientes da grandeza da missão recebida e das responsabilidades inerentes à sua posição na sociedade.

Se para a educação feminina, ele fundou a Escola Doméstica para a educação masculina foi o pioneiro do Escotismo no Rio Grande do Norte.

Nilo Pereira em um discurso pronunciado no salão nobre da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, no dia quinze de março de 1974, data do primeiro centenário de nascimento de Henrique Castriciano, dizia:

“Quase tudo em que tocou, deixou inacabado,
menos a Escola Doméstica.”

Depois da Escola Doméstica tudo o mais viria por acréscimo.

Só a Escola o tomou todo inteiro, numa iniciativa arrojada.

Com efeito Henrique Castriciano realmente sintetizou nessa magnânima obra o seu mais belo ideal.

Os ensinamentos ali ministrados ultrapassariam fronteiras nacionais, como exemplo do seu idealismo e sua pertinácia.

A educação da mulher, segundo Henrique Castriciano, deve visar principalmente, fortificar, instruir, preparar-lhe o espírito, para que, no lar ou fora dele, saiba guiar-se nos caminhos da vida, exercendo também a salutar e benéfica influência, que direta ou indiretamente, tanto se faz sentir na vida social.

Era, a Escola Doméstica, uma grande obra que não apenas o Rio Grande do Norte, mas o Brasil ficava a dever ao idealismo e a ação prática de Henrique Castriciano.

Dizia Eloy de Souza, seu irmão, em um artigo na Tribuna do Norte, Edição de 23-02-1954: “Nunca é demais repetir que a Escola Doméstica de Natal, representa o esforço seguido e a dedicação vigilante de um grupo de conterrâneos empenhados desde muitos anos em dotar o Rio Grande do Norte de um educandário modelar destinado à formação de donas de casas”.

Num Estado pequeno e pobre, onde como em tantos outros do Nordeste, os métodos pedagógicos, considerada a distância do tempo, estavam circunscritos ao ensino das matérias rudimentares dos cursos primários e secundários, o ensino doméstico surgiu como uma fantasia de poeta retornando de uma curta viagem à Europa, portador de idéias inadaptaíveis ao nosso ambiente intelectual e social.

A Escola permitiu à juventude feminina deixar aquele hábito da burguesia em não valorizar os trabalhos caseiros e dar uma outra conotação, conciliando o trabalho físico ao mental de uma tal maneira que a sua criação veio a ser um evento revolucionário no âmbito educacional.

CONCLUSÃO

Pode-se dizer que Henrique foi uma figura respeitável no nosso mundo provinciano de outrora, simples, acolhedora, serena, incorruptível, acima dos pecados veniais da crítica ferina e da afeição interesseira.

A doutrina dos grandes mestres na sua palavra e na sua pena, ganhava um novo vigor dialético, uma nova expressão rica e colorida.

Henrique não foi o cortejador de fama nem o demagogo ávido de aplausos, nem o empresário de novidades.

Seguiu o curso de sua vida, com a segurança que só podia provir de uma consciência bem formada e foi o exemplo de equilíbrio.

Entre a tentação conservadora e acomodativa e a tentação demasiado renovadora, soube evitar os extremos. Seu conservadorismo era lúcido e progressista. Seu progressismo era sereno e realista.

Tinha o senso do oportuno sem ser jamais oportunista, o senso da realidade sendo imune do maquiavelismo.

Possuía a flexibilidade do cavalheiro, sem a contrapartida das concessões indevidas. Perfeito, nobre, na aceção perene e séria da palavra, um genuíno educador para as gerações posteriores.

Deixou uma verdadeira mensagem aos jovens: do exemplo que conduz...

Toda cultura possui uma concepção do homem. Ou melhor de um ideal de homem a ser atingido. E esse ideal é no final de contas, o da própria sociedade.

As exigências para a realização individual desse ideal podem ser mais ou menos árduas para o homem, na medida em que se aproxima ou se afasta na sua condição animal.

Assim o ideal de guerreiro de algumas sociedades tribais, o ideal de santo em sociedades teocráticas, e a educação mais do que instrumentos de transmissão de informações, é qualquer que seja o ideal predominante do homem, um meio de modelar as personalidades individuais que dele se afastam e do estímulo às que concorrem para a sua concretização.

Henrique atingiu o alvo a que se propôs, mas teve suas dificuldades, anos de pobreza e ocaso.

No pensamento de Hegel, o grande homem de sua era é aquele capaz de expressar em palavras a vontade da época, dizer à sua era qual é a sua vontade e executá-la.

Aquilo que ele faz constitui o cerne e a essência da época. Ele atualiza a sua era.

O fundador da Escola Doméstica cumpriu realmente sua obra educativa e para ele podemos atribuir aquele elogio dado a São Paulo no texto sagrado:

**"COMBATE O BOM COMBATE
CUMPRI MINHA MISSÃO
GUARDEI A FÉ."**

MAJOR AVIADOR HORTÊNCIO PEREIRA DE BRITO

PERY LAMARTINE
(Sócio Efetivo)

No ano de 1935, o General do Exército brasileiro Leitão de Carvalho, na época Chefe da Comissão da chamada "Paz do Chaco", necessitava urgentemente de chegar a Assunção no Paraguai.

Pela posição geográfica, qualquer viagem para capital guarani se fazia via marítima até Buenos Aires e via fluvial daí em diante, pelos rios Paraná e Paraguai; uma viagem penosa que poderia ultrapassar dez dias. A missão do General exigia pressa e foi aí que ele teve a idéia de procurar a Diretoria da Aviação Militar, que já vinha operando o "Correio Aéreo Militar" para o interior do Brasil desde 12 de junho de 1931, uma criação do então Major Aviador Eduardo Gomes.

A fim de atender ao apelo do General, foi designado o então Capitão Aviador Hortêncio Pereira de Brito (*) para cumprir aquela missão, considerada muito difícil, pela falta de apoio terrestre tão necessário àqueles frágeis aeroplanos da época. Aquele aviador gozava de grande reputação nos meios aviatórios razão pela qual recebeu a incumbência daquela missão muito importante.

Grande parte da região que iria ser sobrevoada, sudoeste do Brasil, as cartas geográficas tinham grandes claros com aquela pouco tranqüilizadora observação: INEXPLORADA. Por essa razão, o vôo do General foi realizado seguindo o litoral sul até Buenos Aires e a partir daí seguindo o curso dos rios Paraná e Paraguai até Assunção.

A missão, que se presumia ser resolvida com uma só viagem, desdobrou-se em várias outras, dando oportunidade ao Capitão Aviador Hortêncio de melhorar os seus mapas com informações geográficas até então desconhecidas e tornando a rota mais direta do Rio de Janeiro para Assunção. Foi aí que ele teve a idéia de levar o "Correio Aéreo Militar" até a capital paraguaia. Houve a interferência do Embaixador brasileiro no Paraguai Dr. Lafayete de Carvalho e Silva, conseguindo a autorização do Governo daquele país para os vôos do CAM que se iniciaram no dia 21 de janeiro de

1936. Naturalmente que o vôo inaugural ainda não foi pela rota ideal; o CAM já voava para Campo Grande no Mato Grosso e o que se fez foi prolongar aquela linha até Assunção. A rota ficou sendo operada desde o Rio de Janeiro, São Paulo, Bauru, Três Lagoas, Campo Grande, Ponta Porã e Assunção. O Cap. Av. Hortêncio Pereira de Brito usou na inauguração um monomotor WACO-CSO de fabricação americana, levando como companheiros o Tte. Av. Ricardo Nicoli e o Sgt. Mecânico Epifânio da Silva. Em Campo Grande embarcou também no WACO o Tte. Cel. Tindato Pereira Dias, Comandante do destacamento local de aviação. A viagem de ida decorreu sem nenhum problema; no dia seguinte, no momento de partir de regresso, o WACO sofreu um acidente ficando totalmente destruído. O governo do Paraguai teve de mandar um dos seus aviões trazer os brasileiros em Ponta Porã.

Do WACO-CSO envolvido nesse caso, foram recolhidos partes dele que ainda se encontra no Museu do "Correio Aéreo Militar". Tratava-se de um monomotor com 240 CV de potência, desenvolvia 160 quilômetros p/hora e não tinha equipamentos de rádio comunicação. A linha do CAM para Assunção, apesar das dificuldades da época, foi vencida com esse pequeno avião, concretizando um arrojado projeto de um aviador da então aviação militar, nascido no Seridó do Rio Grande do Norte.

-
- (*) Hortêncio Pereira de Brito, era filho do casal Napoleão Antão Pereira de Brito e Anunciada Bezerra de Brito da cidade de Acari (RN). Nasceu em 28/02/1905 naquela cidade do Seridó onde fez o curso primário no Grupo Escolar "Tomaz de Araújo" terminando em 1919. Em 1923 ingressou na Escola Militar na arma de cavalaria. Foi desligado no ano seguinte, permanecendo na Escola como professor de matemática. Transferiu-se para Juiz de Fora em Minas Gerais onde concluiu engenharia civil, indo trabalhar numa firma Construtora no Rio de Janeiro. Em 1930 participou ativamente do movimento revolucionário que agitou o Brasil e pelos bons serviços prestados à causa voltou à Escola Militar, agora na arma de aviação de onde saiu Aspirante Aviador em 1932. Foi muito ligado ao governo federal daquele período tendo sido piloto, diversas vezes, do Presidente Getúlio Vargas e participou da Comissão de Honra que o Brasil enviou ao Chaco. Foi Sub-Comandante do Parque da Aviação durante anos, no Rio de Janeiro e em 1943 fez especialização em Engenharia Aeronáutica nos Estados Unidos voltando à sua Base em 1944. Faleceu como Major Aviador no dia 17 de Março de 1944 num desastre aéreo quando testava um bimotor Lockheed Hudson no Rio de Janeiro. Hortêncio Pereira de Brito foi mais um mártir da aviação que o Rio Grande do Norte teve. Na Galeria dos Mártires já estava Augusto Severo, Sgto. Menezes, Edgard Dantas todos potiguares.

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DE 29-03-85 A 29-03-87

Caríssimos confrades:

Em obediência às normas estatutárias, é dever desta Presidência apresentar, anualmente, o seu relatório das atividades. E sobretudo, em resumo, focar o que se fez, quando se elege outra diretoria para dirigir os destinos da tradicional entidade. Eis a razão por que aqui estou para cumprir essa obrigação, justamente durante as comemorações do 85º aniversário de sua fundação.

Passamos, pois, a evidenciar alguns aspectos do trabalho desenvolvido à frente do IHG/RN.

I – SESSÕES REALIZADAS

Inegavelmente — confesse-se, poucas foram as sessões realizadas durante o biênio que ora se encerra. Não foi desleixo, falta de interesse, em absoluto. Um fator preponderante concorreu para que, em número reduzido, não se realizassem sessões. É que, em fevereiro de 1986, esta Casa da Memória atravessou períodos de preocupação. O teto do Salão Nobre começou a cair. O forro idem. Procurou-se auxílio dos poderes públicos e nada. Antes, porém, que conseqüências desastrosas acontecessem, foram feitos alguns consertos, para evitar desastre maior.

Assumia a Fundação José Augusto, o jornalista e confrade Paulo Macedo. E a ele se expôs o problema. Daí, então, tudo se realizou. Consertos do teto, forro, cujos serviços, pela burocracia para a liberação dos recursos, demoraram cerca de um ano, somente vindo à sua conclusão neste mês.

Esta a justificativa da presidência.

Mesmo assim, anteriormente ao mês de fevereiro de 1986, houve as seguintes promoções:

1 — Em 29 de março de 1985, a sessão comemorativa do 83º aniversário do IHG/RN;

2 – Em 20 de maio de 1985, juntamente com a Fundação “José Augusto”, ocorreu o lançamento do livro “Proto-História do Rio Grande do Norte”, de autoria do ilustre consócio Tarcísio da Natividade Medeiros;

3 – No dia 4 de outubro de 1985, realizou-se uma sessão de assembléia geral para tratarmos de assuntos gerais e apreciação de algumas propostas para o quadro social;

4 – Em 19 do mesmo mês (outubro), ocorreu a posse do Escritor Jarbas Elias da Rosa Oiticica, na categoria de sócio correspondente, o qual proferiu uma palestra sob o título “Isabel Gondim – A Educadora”.

5 – Em 31 do mesmo mês de outubro, houve a comemoração pelo transcurso do centenário de morte de Nísia Floresta e do centenário de nascimento do saudoso confrade Manoel Varela Santiago Sobrinho. Foi orador oficial o sócio correspondente Prof. Dr. Nilo Pereira;

6 – A 6 de dezembro de 1985, tomou posse, como Sócio Efetivo o General José Moretzohn, cuja saudação ficou a cargo do sócio efetivo Historiador Marcos Maranhão.

Afinal, acredita-se haver esta presidência justificada a ausência de outras promoções, sobretudo no ano anterior até esta data.

II – AJUDAS RECEBIDAS

Na verdade, apresentadas as razões supra, convém ressaltar o trabalho desta presidência, no que diz respeito aos serviços realizados na sede do Instituto, através das ajudas financeiras recebidas.

Reiterando, oportuno destacar o apoio que foi dado ao nosso Instituto Histórico e Geográfico pela Fundação “José Augusto”, desde a gestão do eminente consócio Valério Mesquita até a do não menos ilustre confrade Paulo Macedo.

Graças, assim, ao convênio assinado com aquela fundação e a Secretaria Geral do Ministério da Cultura e Pró-Memória, foram executadas obras de monta nesta sede própria, no valor de Cz\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil cruzados), compreendendo: Consertos no teto, forro, renovação do sistema elétrico e hidráulico, pintura do prédio – externa e interna, envernizamento de todos os móveis e confecção de duas estantes. Adiante-se que esses serviços, em sendo executados através da Fundação “José Augusto”, todo o movimento de contas se processou diretamente por aquela entidade, o que foi exigência pessoal.

Por outro lado, o Governo do Estado, tendo em vista solicitação que se formulou ao então Governador do Estado Radir Pereira, conseguimos

um auxílio da ordem de Cz\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados), que foram aplicados na aquisição do sistema de som (aparelho completo – toca fita, gravador, toca disco, auto-falantes, microfones e fios para a instalação), de alcatifa, no Salão Nobre, Presidência e Sala de Entrada, além com os serviços de encadernação de jornais antigos da coleção do Instituto.

De igual modo, atendendo ao pedido desta Presidência, o Exmo. Sr. Prefeito Garibaldi Alves Filho, em agosto do ano passado, através da Secretaria de Cultura, doou ao IHG/RN a importância de Cz\$ 10.000,00 (dez mil cruzados), que foi aplicado, ainda, na encadernação de alguns periódicos. Convém evidenciar que, o mesmo Prefeito, conforme expediente que se dirigiu em janeiro findo, está, em quatro parcelas, liberando uma ajuda de Cz\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados), já tendo recebido o valor de Cz\$ 20.000,00 (vinte mil cruzados), para a complementação dos serviços, entre eles a impressão do Guia do Visitante do IHG/RN, a ser lançado nas comemorações do 85º aniversário, 21 de abril próximo. Também o Calendário do ano 1987 já foi confeccionado, em número de 4 mil.

Eis, portanto, o que se conseguiu, até agora, para melhor adaptar esta vetusta entidade.

III – BENEFÍCIOS DA LEI Nº 7.505, DE 2-JULHO-1986

Na verdade, logo que foi sancionada a Lei 7.505, em julho do ano pretérito, encaminhou-se ao Ministério da Cultura a documentação necessária ao cadastramento do IHG/RN, visando, com essa providência, sermos beneficiados com as benesses do diploma legal. E já estamos devidamente cadastrados naquele Ministério, conforme nº 24.000261/86-64, aguardando, tão somente, as pessoas jurídicas e físicas, ao abaterem de sua renda bruta (I.R.), destinem alguma importância para o nosso venerando Instituto. Neste sentido, já se fez uma série de pedidos a várias empresas locais e a pessoas físicas. Vamos confiar.

IV – SÓCIOS FALECIDOS

Aqui, com profundo pesar, registramos o falecimento de diversos confrades, durante o biênio que ora se encerra. Ei-los, cujos nomes declinamos com saudade: Mariano Coelho (09-10-85), Jaime dos Guimarães Vanderley (24-02-86), José Tavares da Silva (28-06-86), Manoel Cavalcanti de Albuquerque Filho (29-04-86), Luís da Câmara Cascudo (30-07-86) e João Medeiros Filho (21-02-87). Todos sócios efetivos, com exceção do mestre Câmara Cascudo, que era o mais antigo sócio benemérito. Em

homenagem aos saudosos consócios, que foram libertados pela lei da morte, para evocar Camões, promoveremos sessões especiais.

FINALMENTE

Aqui, caríssimos confrades, está o relatório das atividades do Instituto Histórico e Geográfico, durante o biênio 85-87.

Se pouquíssimas sessões houve, não deixamos de emprestar um trabalho obstinado em prol desta Casa. Preferiu-se, neste período, dar melhores condições físicas, adaptando esta sede, conforme os serviços que nela se realizaram.

Decerto, muita coisa deverá ser feita. E se fará, queira Deus.

Mas hoje será eleita a nova diretoria do IHG/RN, para o biênio 87-89.

Agradecendo a todos os ilustres consócios e amigos, quero registrar, também, à imprensa falada e escrita que noticiaram as realizações do Instituto.

E no próximo dia 21 de abril, pelo transcurso do 85º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, haverá sessão solene.

Naquela data, através da palavra do confrade Escritor Nilo Pereira, evocar-se-á o grande evento e, ainda, será comemorado o centenário de nascimento do poeta Virgílio Galvão Bezerra da Trindade. A Revista do IHG/RN, já quase impressa, graças ao apoio do Governo do Estado, por intermédio do então Secretário de Estado de Educação e Cultura, Dr. Hélio Xavier de Vasconcelos, também será lançada, além de lançamento dos livros "Lendas do Rio Grande do Norte", de Gumercindo Saraiva, "Natal de meu Tempo", de Ivanaldo Lopes, ambos sócios efetivos, e "Isabel Gondim – A Educadora", de Jarbas Elias da Rosa Oiticica, sócio correspondente. Também, na magna solenidade, lançaremos mais um número da "Guia do Visitante do IHG/RN".

Eis, afinal, eminentes confrades, o que se pode realizar até agora.

Muito agradecido a todos, aos membros da Diretoria que nos incentivaram à frente desta Presidência. E contem sempre com o trabalho, persistente e gratuito, deste curioso e admirador das iniciativas da inteligência e da cultura em quaisquer circunstâncias.

Natal, 31 de março de 1987.

ENÉLIO LIMA PETROVICH
– Presidente –

I N D I C E

JUSTIFICATIVA

Enélio Lima Petrovich 7

A FUNDAÇÃO DO INSTITUTO – 1902

Fernando Hipólito da Costa 9

LUÍ\$ DA CÂMARA CASCUDO (Poemeto)

Nilo Pereira 75

NESTOR DOS SANTOS LIMA – Aspectos de sua vida e obra

Enélio Lima Petrovich 76

A CASTANHOLA DA RIBEIRA – UMA ÁRVORE BI-CENTENÁRIA

Olavo de Medeiros Filho 82

DEPOIMENTO

Reginaldo Fernandes 85

MENSAGEM DO CARDEAL ARCEBISPO DO RIO DE JANEIRO

Dom Eugênio de Araújo Sales 89

A SERRA DA VILA

Gil Soares 90

HOMENAGEM A JOÃO MEDEIROS FILHO

João Batista Pinheiro Cabral 108

DISCURSO DE POSSE – IHGRN

Joacil de Britto Pereira 117

DISCURSO DE POSSE

Luiz Emygdio de Mello Filho 124

FRASES CERTAS QUE VOAM INCERTAS

José Melquíades 127

NOVA ORDEM MUNDIAL, NOVOS PARADIGMAS	
Washington Luís Andrade de Araújo	130
EM MEMÓRIA DE GUMERCINDO	
Luiz Rabelo	135
DISCURSO DE POSSE	
Murilo Melo Filho	137
EDUARDO GURGEL – Uma figura de patriarca	
José Gurgel Guará	141
HENRIQUE CASTRICIANO DE SOUZA (Um reformador social)	
José Geraldo de Albuquerque	145
MAJOR AVIADOR HORTÊNCIO PEREIRA DE BRITO	
Pery Lamartine	153
RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DE 29-03-85 A 29-03-87	155

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

- 1 – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
- 2 – Presença Norte-Rio-Grandense na Alçada Pernambucana – Raimundo Nonato
- 3 – Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte – Manoel Ferreira Nobre (Anotações de M. Rodrigues de Melo)
- 4 – Luís da Câmara Cascudo – Sua Vida e Sua Obra
- 5 – Os Arquitetos da História do Rio Grande do Norte – Enélio Lima Petroviçh
- 6 – Roteiro do Visitante do Instituto Histórico e Geográfico
- 7 – O Livro das Velhas Figuras – (I, II, III, IV, V e VI) – Luís da Câmara Cascudo
- 8 – Visões e Abusões Nordestinas (I e II) – Raimundo Nonato
- 9 – Os Franceses no Rio Grande do Norte – Bernard Alléguede
- 10 – A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte – Augusto Tavares de Lyra
- 11 – Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte – Vicente de Lemos e Tarcísio Medeiros – II Volume
- 12 – Titulados do Açú – Francisco Amorim
- 13 – Naufrágios no Litoral Potiguar – Olavo de Medeiros Filho

PRÓXIMAS EDIÇÕES

- 1 – Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Anos 1989-1990)
- 2 – O Livro das Velhas Figuras (VII) – Luís da Câmara Cascudo
- 3 – Visita Episcopal de Dom José Pereira da Silva Barros a algumas Paróquias do Rio Grande do Norte – Luiz Carlos Lins Wanderley (Introdução de Nilo Pereira)

Apoio:



PETROBRAS